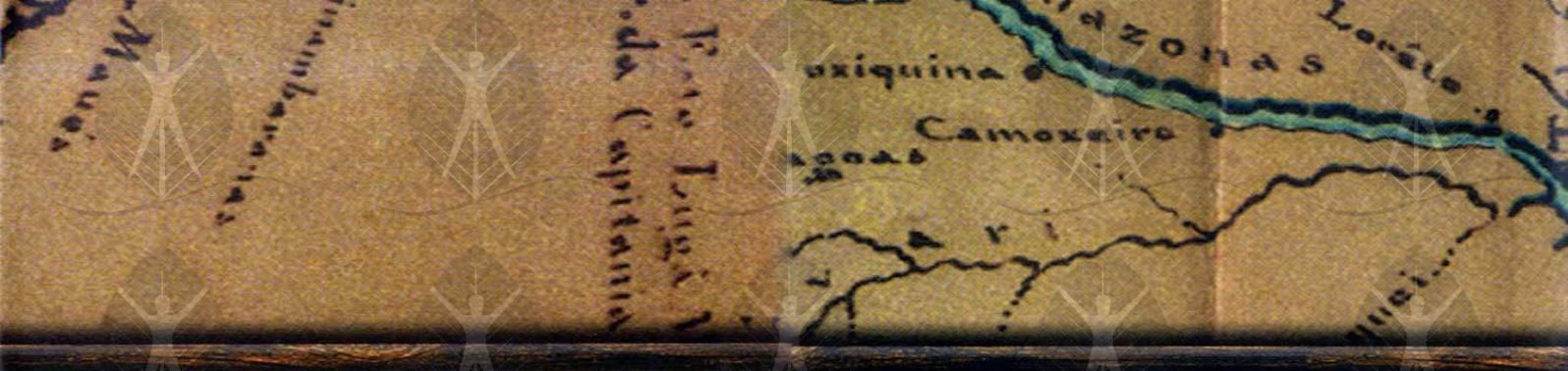


— IVÂNIA VIEIRA —

O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher





A fala da mulher – durante milênios nem fala da mulher havia e, sim, sussurro, silêncio, dores, gemidos e lamentos; então a mulher conquistou o direito à fala (mas que mulher tem a fala?), porque mulher não é um bloco, mulher são milhões (e dentro de cada uma, mil mulheres falam) de vozes e pensamentos. A mulher de Manaus não é a mulher de Marrakesh, a mulher de São Paulo não é a mulher de São Paulo de Olivença. A mulher do Distrito Industrial não é a mulher do Jardim das Américas. A divisão de classes não é uma ilusão marxista.

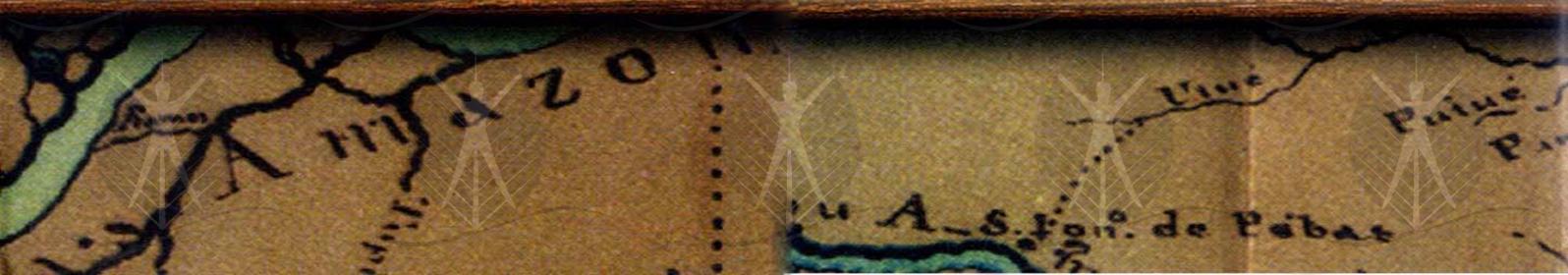
Ivânia Vieira é uma dessas mulheres que falam e, principalmente, escrevem e praticam a escrita sincera em busca da verdade, a verdade verdadeira. Nos seus trabalhos jornalísticos, não me recordo de ter lido algo que não tenha feito pensar ou, pelo menos, ficar com a pulga atrás da orelha. Sempre investigativa (não vingativa) e questionadora, a jornalista procura o fato e o além-do-fato. Seu olhar se projeta para além do visível – busca o ser das coisas e dos fatos.

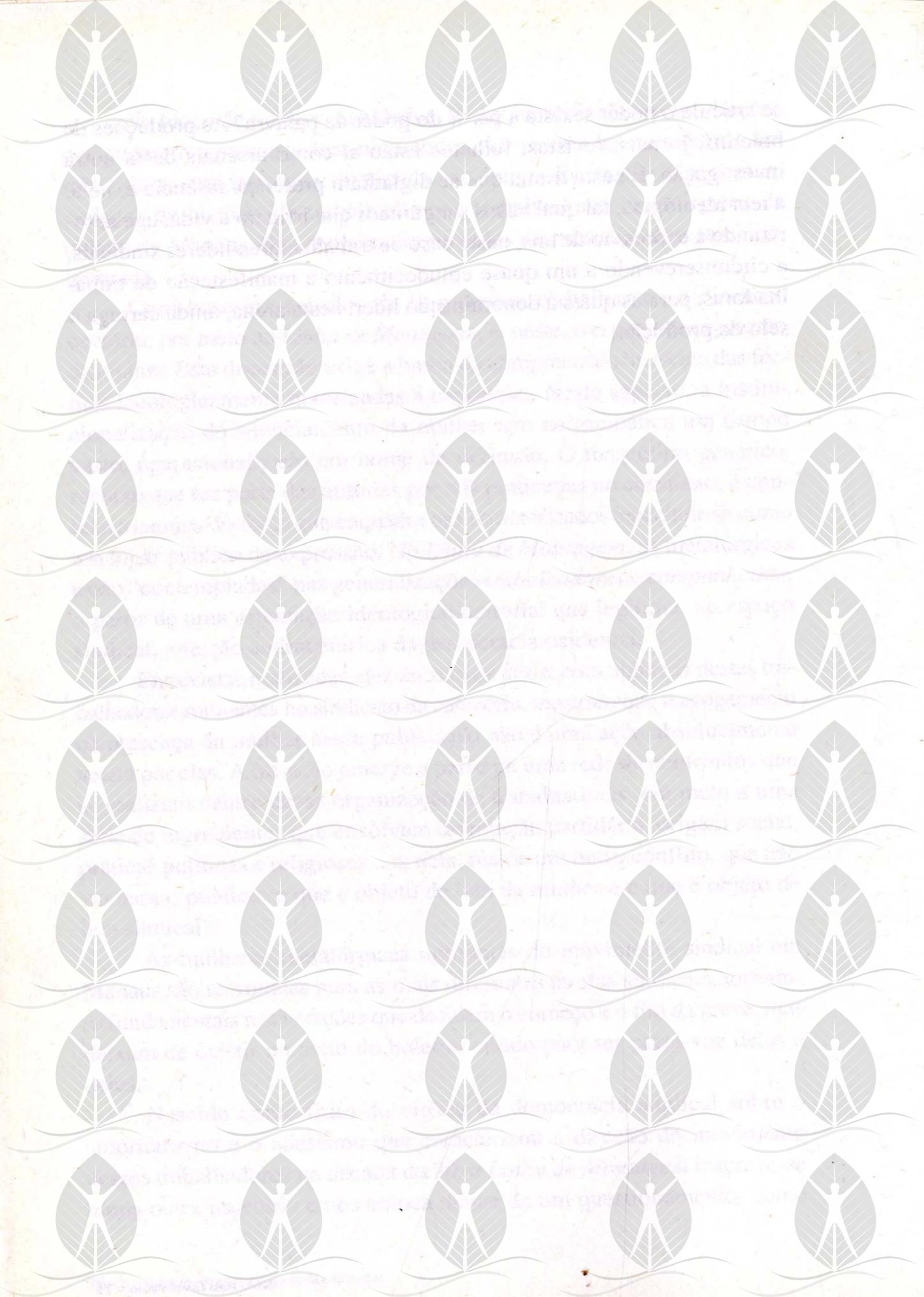
Em sua dissertação de mestrado, *O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher – um Estudo sobre o Linha de Montagem*, Ivânia enfoca um tema escondidinho, miúdo diante da grandeza dos meios de comunicação, neste mundo de avassaladoras mega-estruturas: um boletim operário – *Linha de Montagem*. E dentro desse mundo operário, algo ainda mais escondido: a mulher operária, a fala da mulher operária, ou pior, a exclusão, a ausência, o silêncio e o escanteio do ser feminino, como constatou em sua pesquisa:

No bloco de boletins estudados, foram identificados nove citações que sugerem a presença feminina, todas elas resumidas no máximo em três frases, sem destaque, dissipadas ao longo dos textos que contam pedaços da história de trabalhadoras e trabalhadores metalúrgicos da cidade de Manaus. São indícios da presença despercebida, ignorada.

O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher é um lampejo de luz sobre a história escura, escamoteada e sombria da vida das trabalhadoras desta Zona Franca de Manaus, onde sofrem, não só o assédio sexual, pelo qual passam as mulheres de outras classes, mas o abuso sexual, a chantagem moral que sofrem diariamente, e a discriminação salarial, simplesmente porque são mulheres.

E aprendemos que todo esse processo de alijamento da expressão feminina não se aloja somente nas classes dominantes sobre as dominadas, mas no seio da própria classe trabalhadora. Entre os próprios companheiros de luta. Não bastou que a mulher se tornasse competente, dona de si, brilhante profissionalmente e ocupasse o mercado de trabalho com garra e determinação. Nós, machos, continuamos repetindo, da sala de casa à linha de montagem a epístola de Paulo aos Coríntios “Conservem-se as mulheres caladas...” e para acabar com isso, se é possível, é preciso, como sugere a autora, *desvelar a alma masculina da linguagem e ter a coragem de pensar e realizar, quem sabe construir um outro planeta que não seja de homens, e sim da espécie humana...*







O DISCURSO OPERÁRIO E O
ESPAÇO DA FALA DA MULHER
(Um estudo sobre o *Linha de Montagem*)

Coordenação
Antônio Auzier Ramos
Tenório Telles

GOVERNO DO



AMAZONAS

Governador do Estado do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador
Samuel Assayag Hanan

 **AMAZONAS**
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Secretário de Estado da Cultura e Turismo
Robério dos Santos Pereira Braga

Subsecretária
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Coordenador de Edições
Antônio Auzier Ramos

Edições
Governo do Estado

Ivânia Maria Carneiro Vieira

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA MANIA DE LER

**O DISCURSO OPERÁRIO E O
ESPAÇO DA FALA DA MULHER**

(Um estudo sobre o *Linha de Montagem*)

**valer**
EDITORIA

**CULTURA**
Edições
Governo do Estado

Copyright © Edições Governo do Estado, 2002

EDITOR

Isaac Maciel

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tenório Telles

ASSISTENTE EDITORIAL

Dori Carvalho

Eudes Lopes

DESIGN E DIREÇÃO DE ARTE

Marcicley Rego

DIAGRAMAÇÃO

Horacio Martins

FOTOS

Antônio Menezes

REVISÃO

Cynthia Teixeira

Marcos Sena

Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO

Ycaro Verçosa

V658d Vieira, Ivânia Maria Carneiro.

O discurso operário e o espaço da fala da mulher – Um estudo sobre o *Linha de Montagem*. / Ivânia Maria Carneiro Vieira. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

92p. (Série Em Busca da Identidade Regional)

ISBN 85-7512-044-1

1. Condições de trabalho – Manaus (Cidade). I. Título II. Série

CDU 349.23:3 – 005.2 (811.3)

2002

Editora Valer

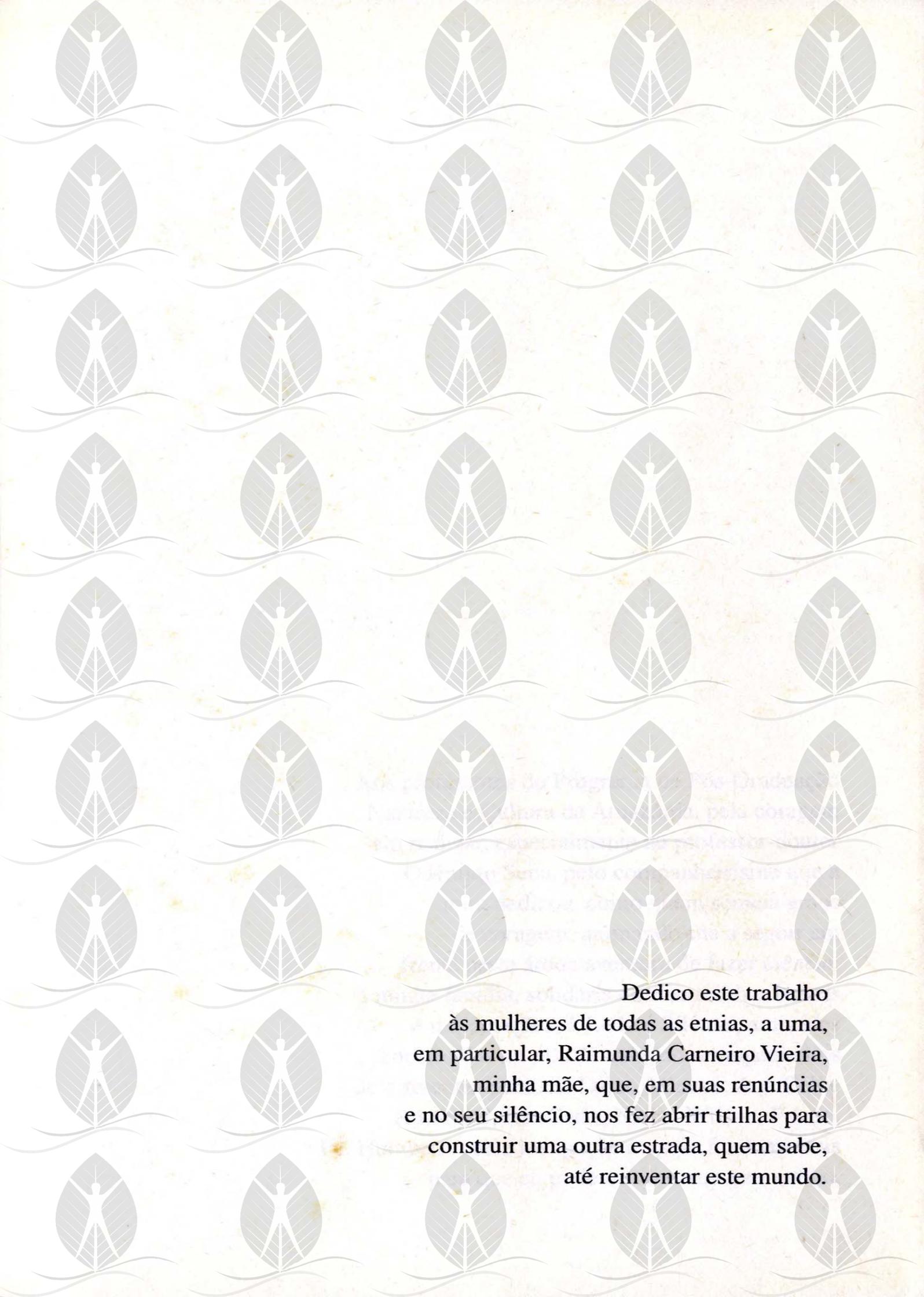
Rua Ramos Ferreira, 1195

69010-120, Manaus-AM

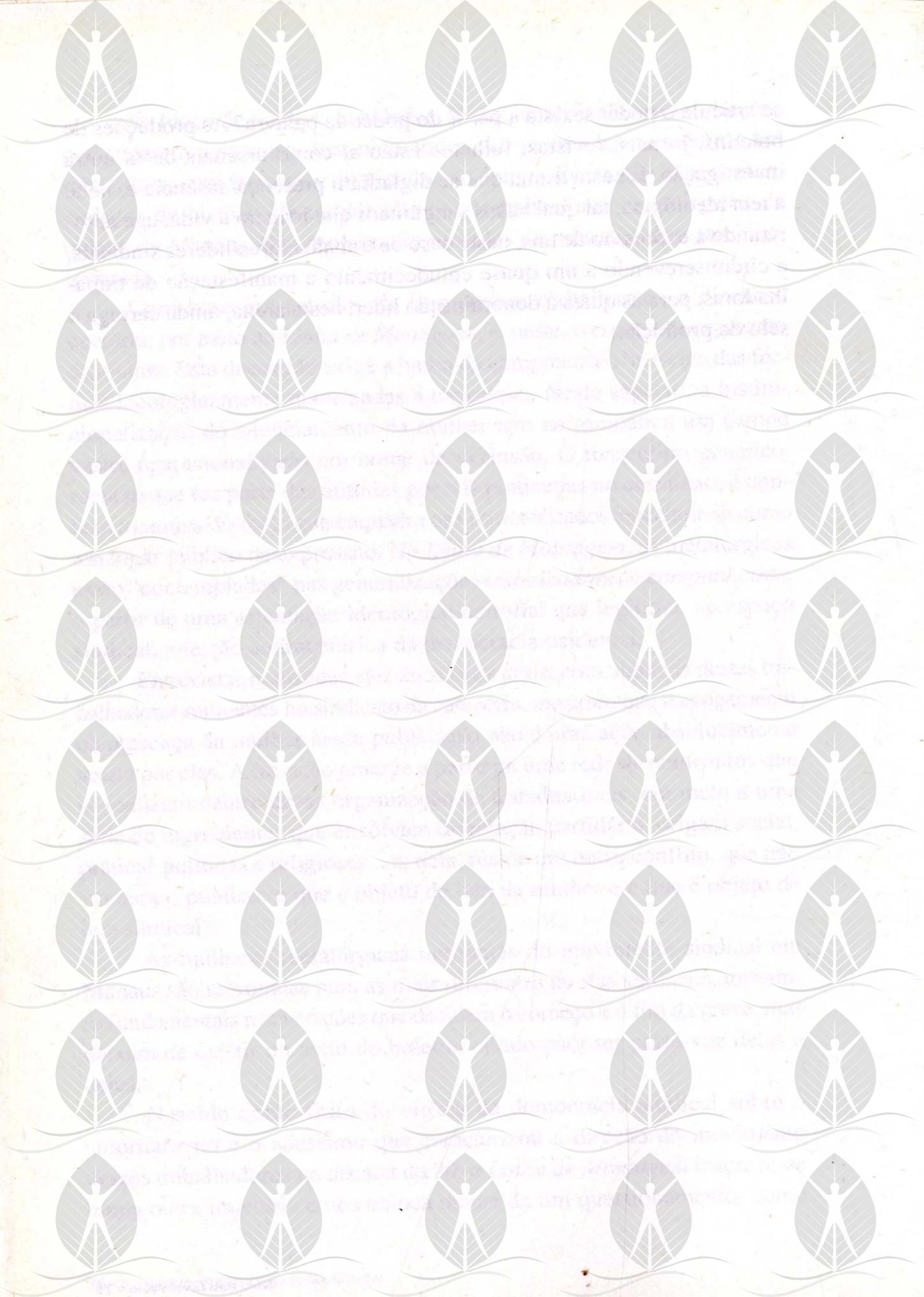
Fone: (0xx92) 633-6565

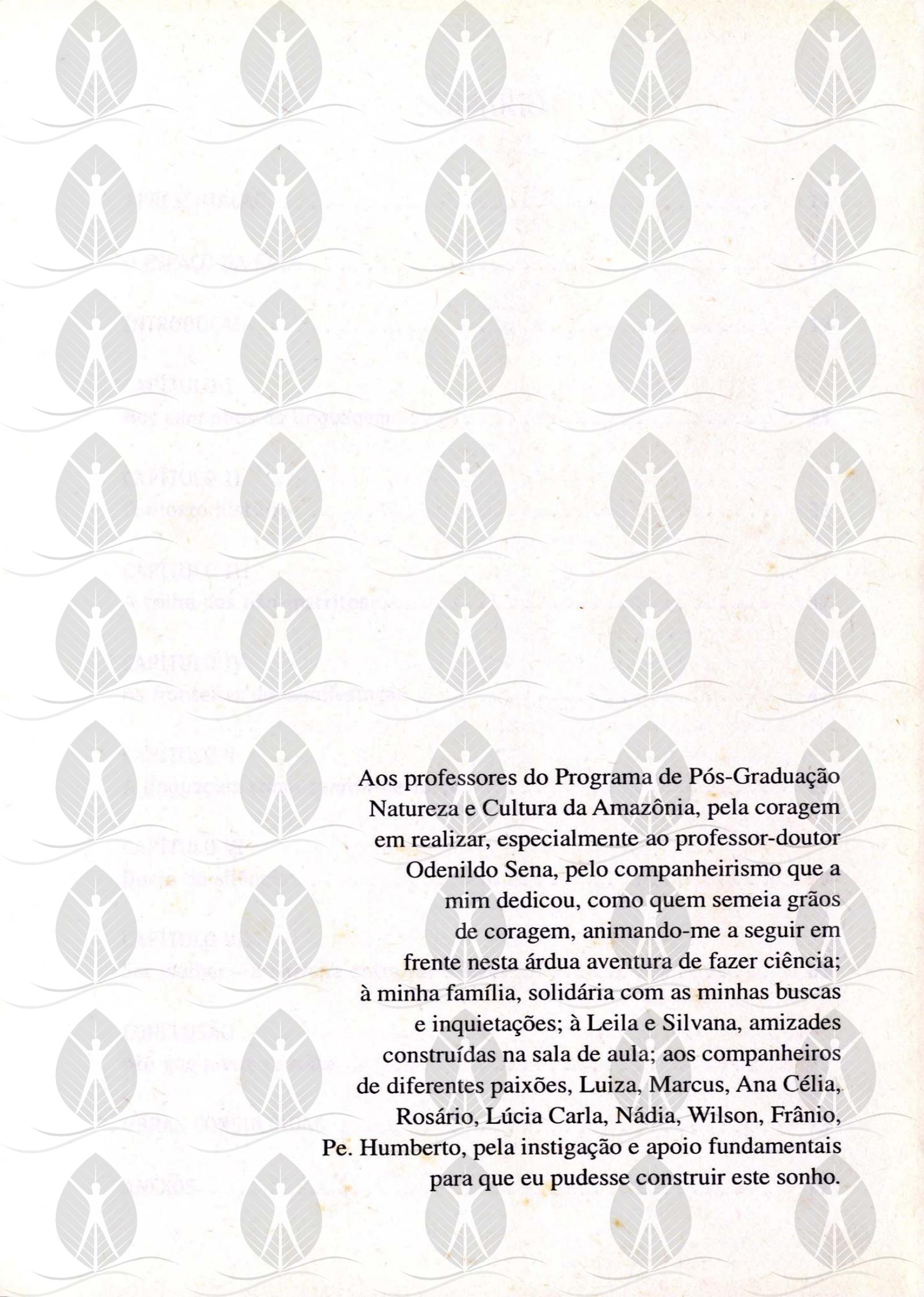
E-mail Editora: editora@valer.com.br

www.valer.com.br

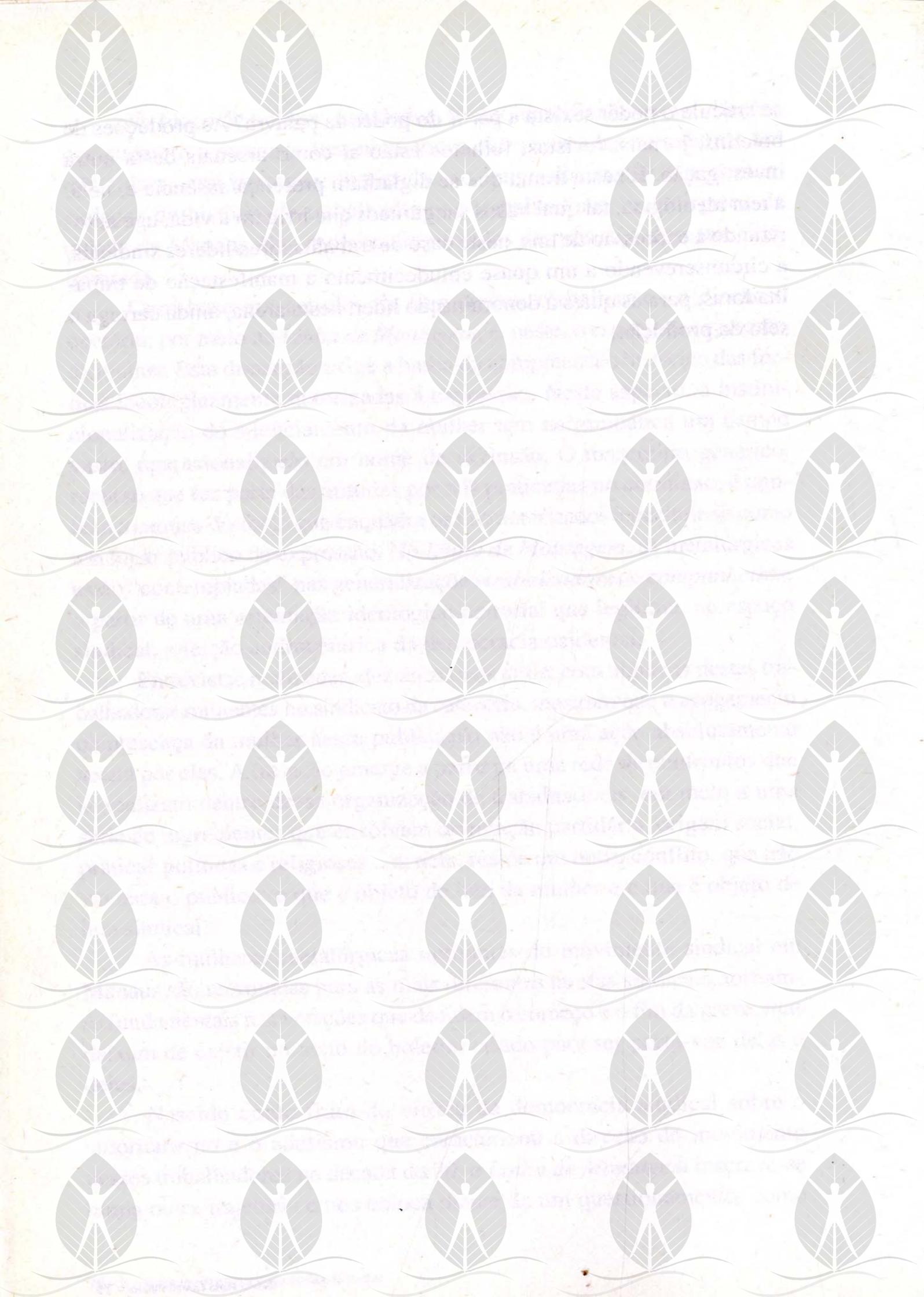


**Dedico este trabalho
às mulheres de todas as etnias, a uma,
em particular, Raimunda Carneiro Vieira,
minha mãe, que, em suas renúncias
e no seu silêncio, nos fez abrir trilhas para
construir uma outra estrada, quem sabe,
até reinventar este mundo.**





Aos professores do Programa de Pós-Graduação
Natureza e Cultura da Amazônia, pela coragem
em realizar, especialmente ao professor-doutor
Odenildo Sena, pelo companheirismo que a
mim dedicou, como quem semeia grãos
de coragem, animando-me a seguir em
frente nesta árdua aventura de fazer ciência;
à minha família, solidária com as minhas buscas
e inquietações; à Leila e Silvana, amigas
construídas na sala de aula; aos companheiros
de diferentes paixões, Luiza, Marcus, Ana Célia,
Rosário, Lúcia Carla, Nádia, Wilson, Frânio,
Pe. Humberto, pela instigação e apoio fundamentais
para que eu pudesse construir este sonho.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

O ESPAÇO DA FALA 13

INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO I
Nos caminhos da linguagem 23

CAPÍTULO II
Contexto histórico 31

CAPÍTULO III
A trilha dos não-inscritos 37

CAPÍTULO IV
As fronteiras da manifestação 47

CAPÍTULO V
A linguagem como camisa-de-força 53

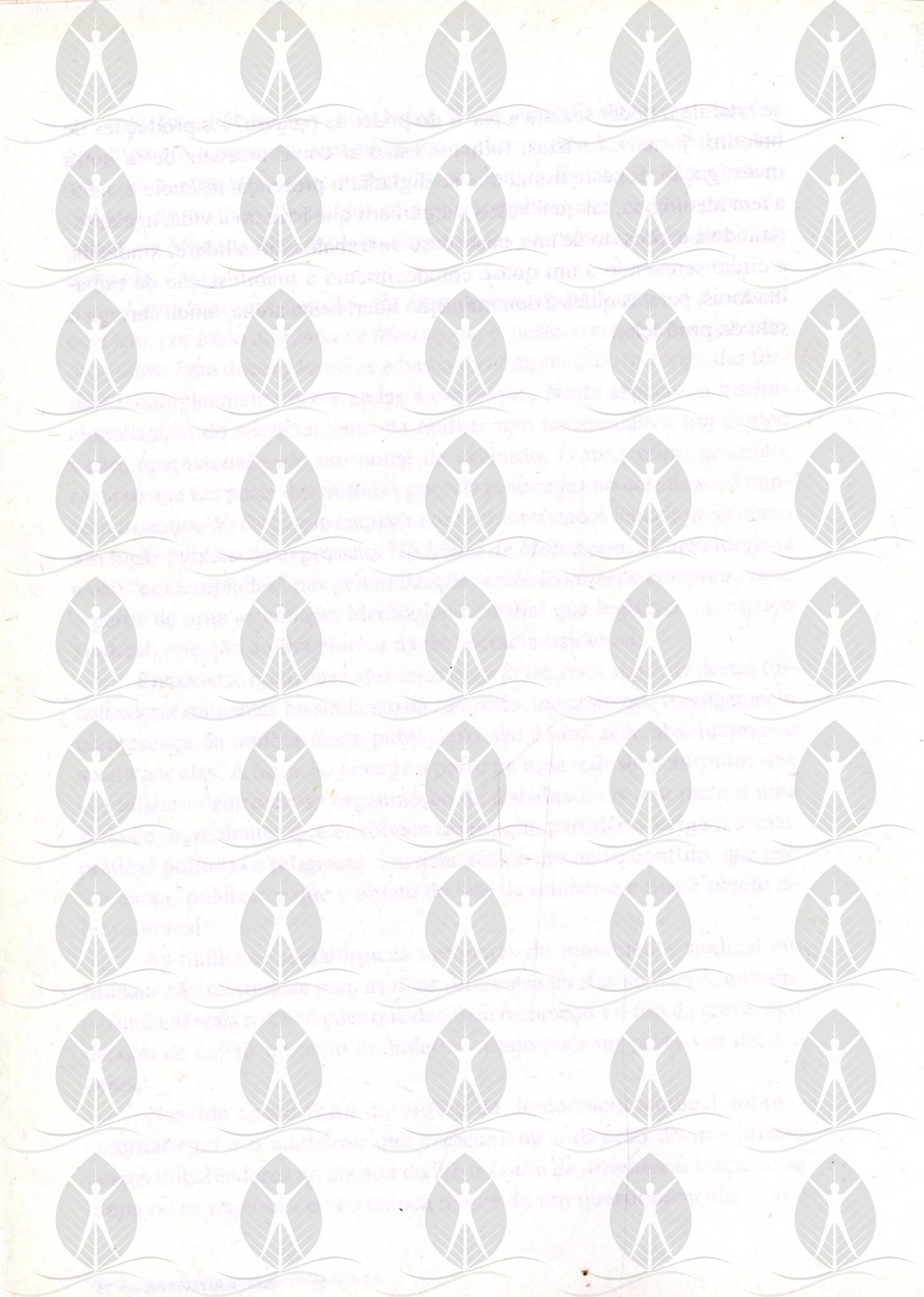
CAPÍTULO VI
Duelo do silêncio 59

CAPÍTULO VII
Ser mulher – a barreira entre ver e fazer 63

CONCLUSÃO
Até que a voz se solte 71

OBRAS CONSULTADAS 73

ANEXOS 77





Robério Braga*

A História é o palco onde a vida declina e renasce todos os dias — campo de provas e vivências indispensáveis para o amadurecimento dos indivíduos e aprimoramento da sociedade. É na vida que os velhos conceitos são superados e novos princípios se afirmam e impõem, mediando a convivência e o diálogo entre os cidadãos. A existência é, por excelência, o espaço do questionamento.

O trabalho da jornalista Ivânia Vieira tem como marcas a lucidez, o conteúdo reflexivo e o compromisso com a construção de uma sociedade mais tolerante, igualitária e cidadã. As palavras com que conclui este generoso livro são afirmativas de seu humanismo e de sua fé nesse sonho: “É na compreensão desta possibilidade que o companheiro e a companheira estarão instituindo um outro espaço de expressão, criando a gramática que vai incluir para inscrever uma nova história”.

Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher é um texto que parte de um tema simples e normalmente subestimado pelos estudiosos das relações sociais e da realidade da classe operária no Brasil. O que a autora discute é a presença da mulher na luta sindical e, em especial, nos veículos de divulgação e informação da classe trabalhadora. Parte de uma experiência específica — o estudo do boletim *Linha de Montagem*, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus.

* Robério dos Santos Pereira Braga é escritor, administrador público e autor de *A abolição da escravatura no Amazonas, Manaus — amor e sofrimento* e *Rui Barbosa e o Amazonas*.

Ivânia Vieira analisa a participação das operárias e, em especial, a inserção de suas falas no boletim dessa categoria profissional. Sua conclusão é uma evidência do desafio a ser vencido quanto à presença das mulheres nos diversos aspectos da luta sindical: “Os levantamentos quantitativos revelam exatamente o oposto disso, configurando e inserindo a publicação como participante de uma ampla política de apagamento/silenciamento da manifestação feminina”.

Estudos como este justificam plenamente o Programa de Pesquisas Busca da Identidade, concebido e executado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. Pela sinceridade, equilíbrio e rigor na abordagem do tema, representa uma contribuição importante para a compreensão da realidade e presença das mulheres no processo de construção de uma sociedade fundada na justiça e na igualdade quanto aos direitos e também quanto à participação nas diversas instâncias da vida sindical. E assim chegará o dia, como diz Ivânia Vieira, em que a palavra “líder” não terá mais “o selo da proibição”.



Pesquisas realizadas em várias regiões do mundo constataam a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, ocupando funções que, há algumas décadas, eram de domínio exclusivo do sexo masculino. Nelas, percentuais são transformados em gráficos generosos que sugerem uma ascensão espetacular da mão-de-obra feminina. Vista pela ótica dos números, esta é uma realidade: a mulher ascendeu, rompeu a corrente e se faz presente nesse universo mercadológico. Como se inscreve, a sua presença é a outra face, não exposta, dessa realidade.

Este estudo propõe uma análise, além dos números e do texto, sobre os espaços efetivos de expressão da mulher e se estes correspondem à sua visibilidade na condição de trabalhadoras.

A abordagem tem como um dos objetos de investigação 53 edições do boletim *Linha de Montagem*, editado pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, no ano de 1990. Esse boletim constitui-se, desde 1984 até hoje, em importante instrumento de interlocução entre o sindicato e sua base que, há dez anos, tinha 70% do seu contingente formado por mulheres. Tal expressividade numérica nos sugere, inicialmente, a existência de um lugar, privilegiado, de manifestação feminina dentro do boletim. Os levantamentos quantitativos revelam exatamente o oposto disso, configurando e inserindo a publicação como participante de uma ampla política de apagamento/silenciamento da manifestação feminina.

No bloco de boletins estudados, foram identificadas nove citações que sugerem a presença feminina, todas elas resumidas no máximo em três frases, sem destaque, dissipadas ao longo dos textos que contam pedaços da história de trabalhadoras e trabalhadores metalúrgicos da cidade de Manaus. São indícios fragilizados da presença despercebida, ignorada.

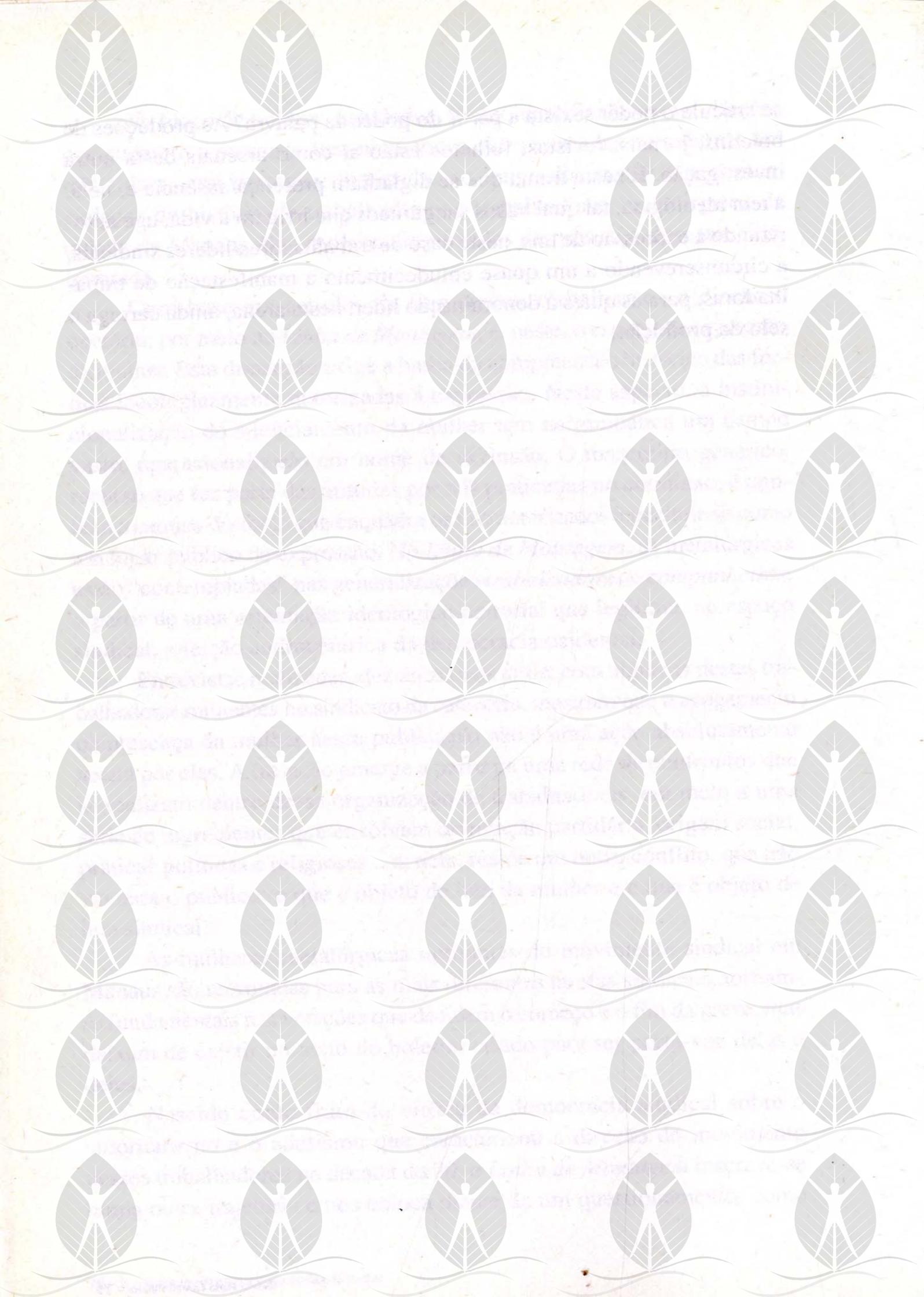
Com base em estudos da linguagem, trabalhamos o discurso operário, por meio do *Linha de Montagem*, e, neste, o espaço de expressão da mulher. Esta dimensão exige a busca da compreensão histórica das formas ideologicamente autorizadas à expressão. Neste aspecto, a institucionalização do silenciamento da mulher tem na gramática um campo vasto, operacionalizado em nome da exclusão. O masculino genérico, recurso que faz parte das atitudes por nós praticadas no cotidiano, é também a camisa-de-força que enquadra os não autorizados a instituir-se como um lugar público de expressão. No *Linha de Montagem*, as metalúrgicas estão “contempladas” nas generalizações *trabalhadores* e *companheiros*, a partir de uma orientação ideológico-editorial que legitima, no espaço sindical, a feição androcêntrica da democracia ocidental.

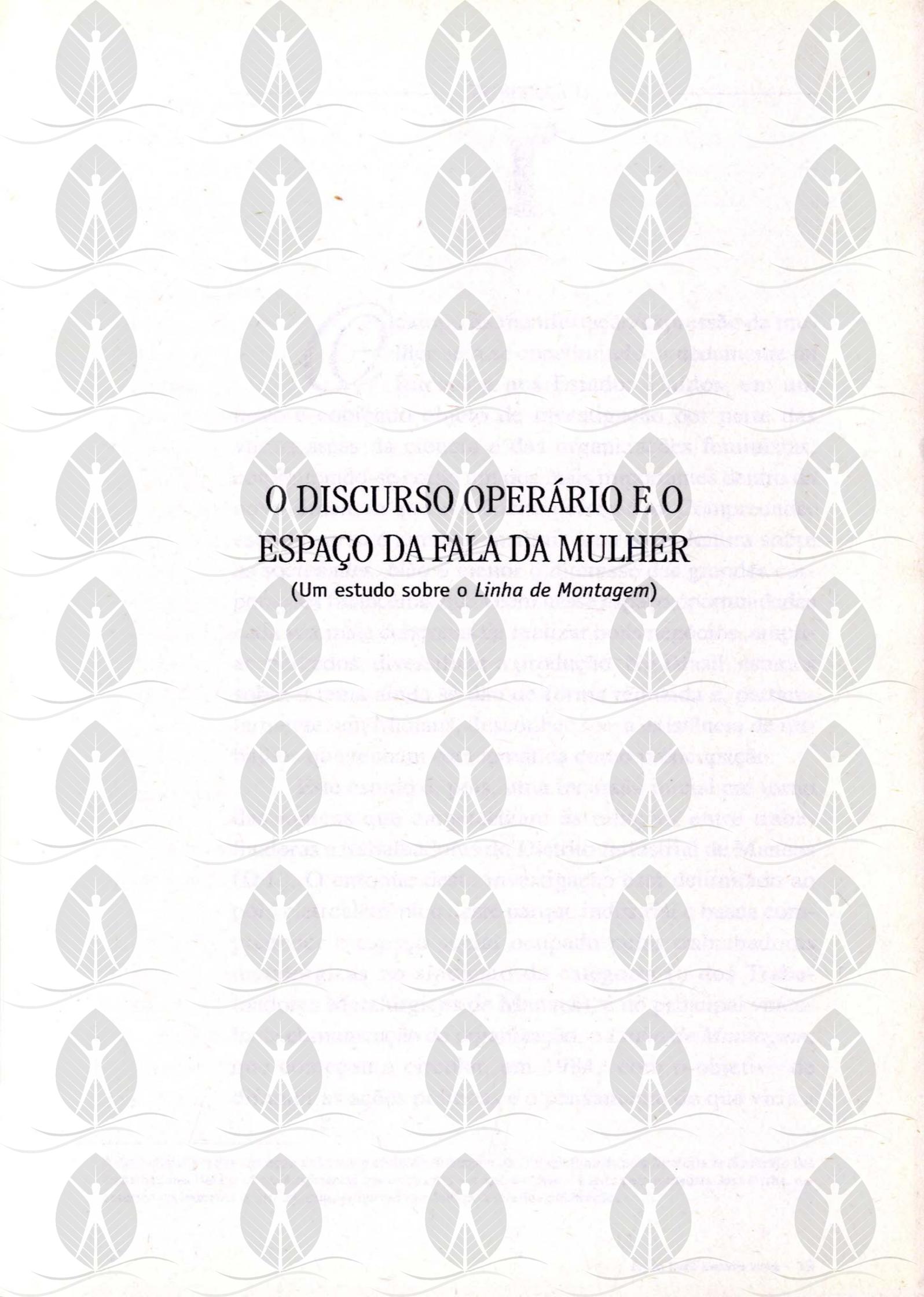
Entrevistas realizadas, dez anos mais tarde, com algumas destas trabalhadoras militantes no sindicato da categoria, mostram que o apagamento da presença da mulher nessa publicação não é uma ação absolutamente aceita por elas. A (re)ação emerge a partir de uma rede de confrontos que se realizam dentro dessa organização de trabalhadores, em meio a uma série de ingredientes que envolvem orientação partidária, origem social, práticas políticas e religiosas... e, nela, reside um outro conflito, que não vai para o público: o que é objeto de luta da mulher e o que é objeto de luta sindical.

As mulheres metalúrgicas militantes do movimento sindical em Manaus são recrutadas para as mais diferentes tarefas sindicais, tornam-se fundamentais nas votações que decidem o começo e o fim da greve, mas deixam de existir no texto do boletim criado para ser porta-voz delas e deles.

Nascido como fruto da vitória da democracia sindical sobre o autoritarismo e o adesismo que caracterizou a direção do movimento desses trabalhadores na década de 70, o *Linha de Montagem* inscreve-se numa outra trajetória e nos coloca diante de um questionamento: como

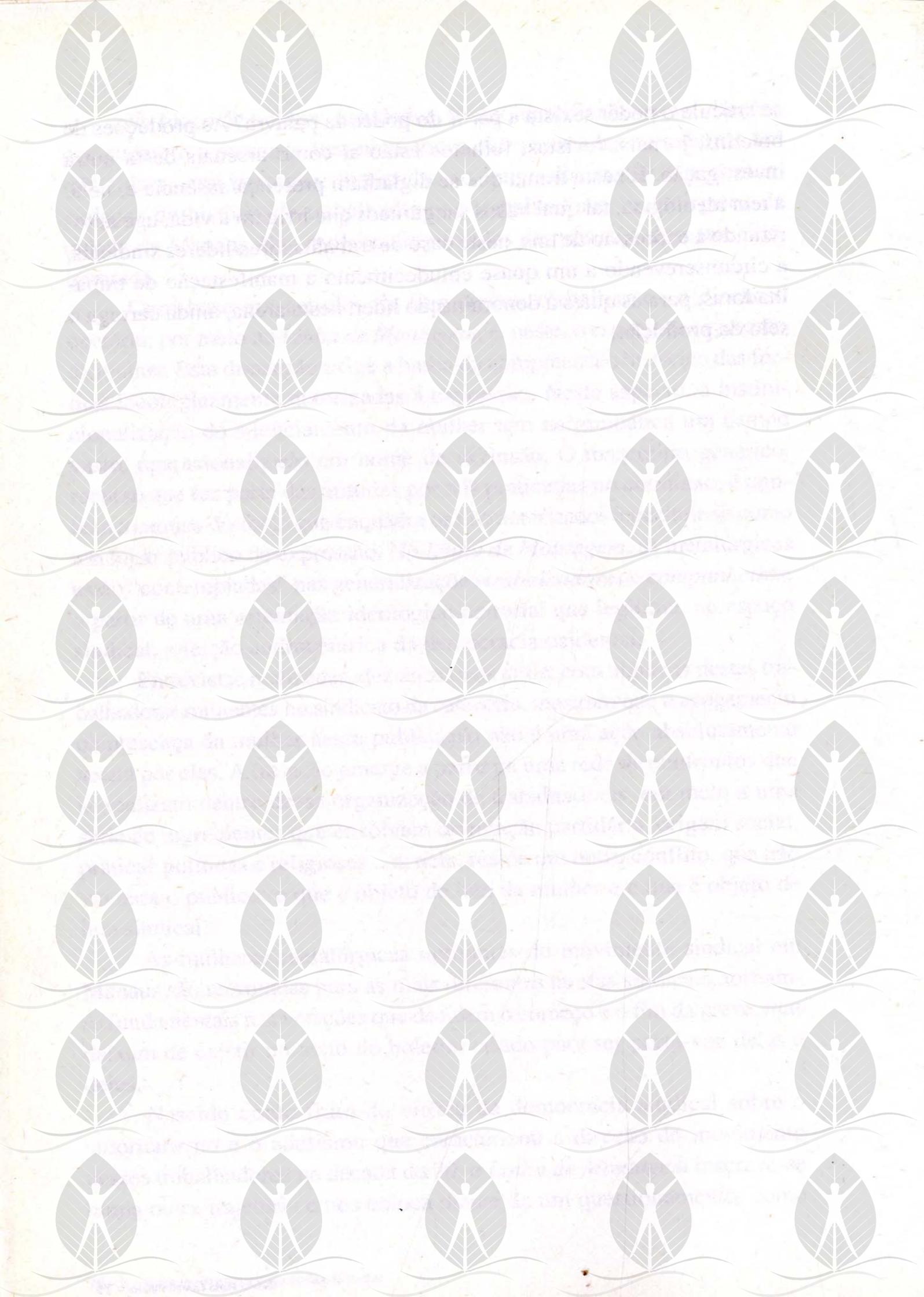
se articula o poder sexista a partir do poder da palavra? As produções de boletins, jornais, revistas, folhetos estão aí como arsenais desta outra investigação. É nesta trama que se digladiam presença/ausência e, nela, a teia ideológica, tal qual vasos sanguíneos que irrigam a vida, age autorizando a expressão de uns, neste caso de trabalhadores/líderes sindicais, e circunscrevendo a um quase emudecimento a manifestação de trabalhadoras, para as quais a denominação líder, nesta arena, ainda carrega o selo da proibição.





**O DISCURSO OPERÁRIO E O
ESPAÇO DA FALA DA MULHER**

(Um estudo sobre o *Linha de Montagem*)





O campo da manifestação/expressão da mulher vem se constituindo, notadamente na Europa e nos Estados Unidos, em um novo e cobiçado objeto de investigação por parte das várias áreas da ciência e das organizações feministas, configurando-se como um dos mais importantes dentro da nova dimensão que as ciências perseguem. Compreender este universo é também instituir uma outra leitura sobre as sociedades. Não é menor o interesse das grandes corporações financeiras que vêm nesse espaço oportunidades cada vez mais concretas de realizar bons negócios, ampliar mercados, diversificar a produção. No Brasil, estudos sobre o tema ainda se dão de forma reduzida e, particularmente, em Manaus, desconhece-se a existência de trabalhos que tenham esta temática como preocupação.

Este estudo é, pois, uma incursão inicial em torno das marcas que caracterizam as relações entre trabalhadoras e trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus (D.I.). O enfoque desta investigação está delimitado ao pólo eletroeletrônico deste parque industrial e busca compreender o espaço social ocupado pelas trabalhadoras metalúrgicas no sindicato da categoria (o dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus), e no principal veículo de comunicação da organização, o *Linha de Montagem*, que começou a circular, em 1984,¹ com o objetivo de difundir as ações políticas e o pensamento do que viria a

1 A data oficial em que começou a circular o *Linha de Montagem* não foi confirmada pela Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. A referência que utilizamos – o ano de 1984 – é feita pelo jornalista José Rosha, ex-assessor de imprensa e, por 14 anos, editor responsável pela referida publicação.

ser, nas duas últimas décadas, uma das referências sindicais mais importantes da história dos trabalhadores amazonenses. Os boletins pesquisados foram os editados no ano de 1990. Nos arquivos do sindicato, identificamos 53 edições específicas, referentes ao período de janeiro a dezembro daquele ano.

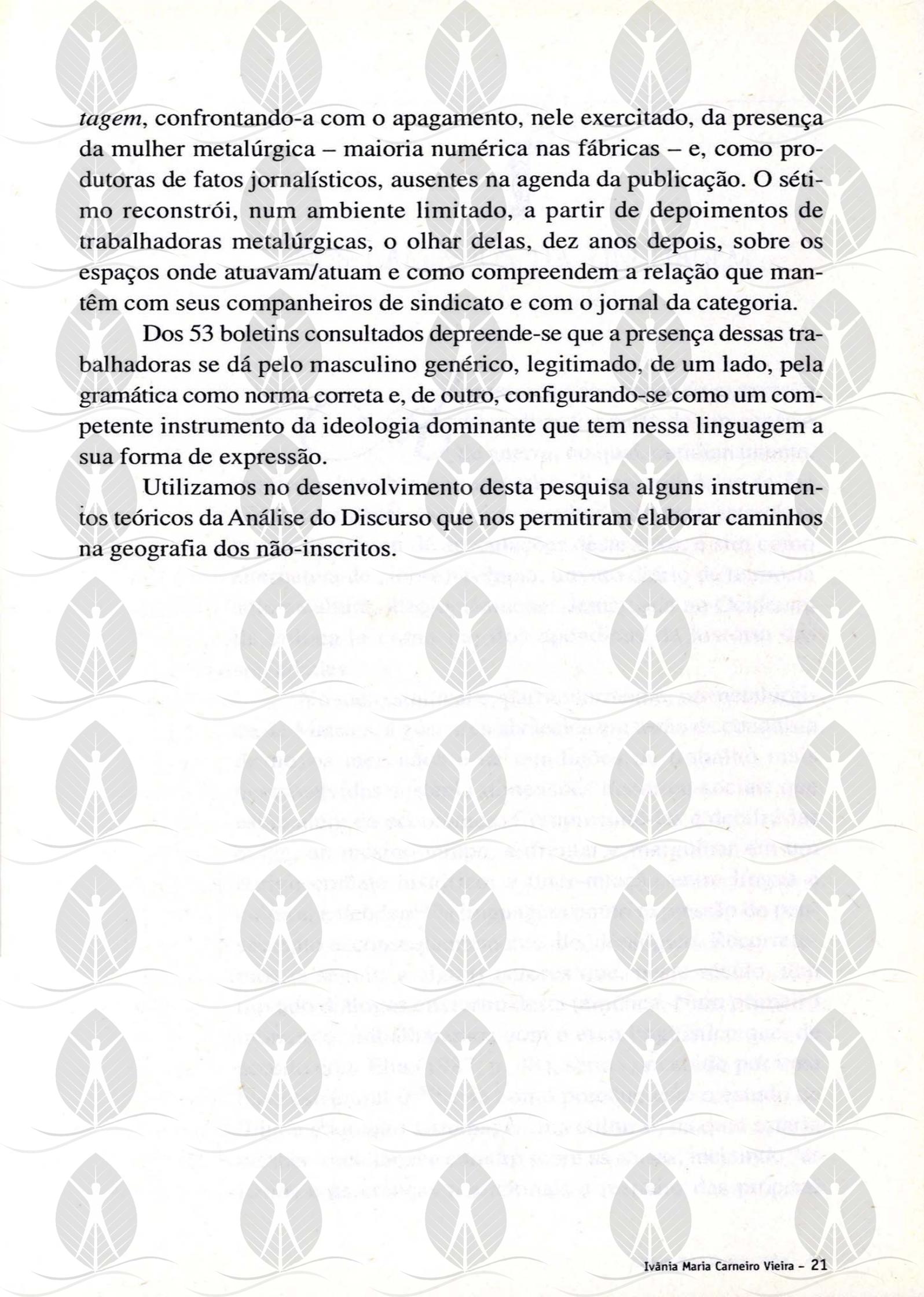
A denominação “específica” não aparece nos citados boletins, foi utilizada pela direção sindical e assessoria de imprensa do sindicato para identificar as edições extras dos boletins que não obedeceram ao calendário normal de circulação dessas publicações. Naquele ano, por conta das sucessivas greves, praticamente todas as edições foram específicas.

A motivação de realizar este estudo, tendo como referência os boletins que circularam em 1990, foi tomada a partir de reflexões sobre os vários fatos socioeconômicos que fizeram daquele ano um dos marcos da historiografia da crise brasileira e, de forma bem peculiar, da reflexão histórica no Amazonas.

Este trabalho está dividido em sete blocos e mais os anexos. O primeiro deles busca situar, historicamente, os caminhos da linguagem dentro da perspectiva de uma nova ciência que, a partir dos postulados de Ferdinand de Saussure (1916), avança em importância não apenas para os que a estudam, mas também às ciências humanas em geral, ao evidenciar as dimensões ideológicas postas em operação na linguagem.

Propomos, em seguida, um estudo entre a relação linguagem e o lugar de expressão da mulher metalúrgica do Pólo Eletroeletrônico de Manaus, tendo como objeto de investigação os boletins editados, em 1990, pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus. No capítulo seguinte, situamos as motivações que determinaram a escolha de 1990 como o período a ser analisado nesta abordagem.

No quarto capítulo, um “passeio” na história da humanidade nos revela aspectos das fronteiras erguidas, como armas de controle, em torno da manifestação da mulher em todo o mundo e nos mitos construídos por essa humanidade. O quinto bloco aborda as condições histórico-sociais que determinam papéis à mulher e ao homem – operadores da linguagem – e delimitam atitudes, imobilizam ideologicamente os outros discursos tal qual uma camisa-de-força no jogo da dominação. O sexto discute a noção de democracia, praticada pela direção/base do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, em seu boletim *Linha de Mon-*



tagem, confrontando-a com o apagamento, nele exercitado, da presença da mulher metalúrgica – maioria numérica nas fábricas – e, como produtoras de fatos jornalísticos, ausentes na agenda da publicação. O sétimo reconstrói, num ambiente limitado, a partir de depoimentos de trabalhadoras metalúrgicas, o olhar delas, dez anos depois, sobre os espaços onde atuavam/atuam e como compreendem a relação que mantêm com seus companheiros de sindicato e com o jornal da categoria.

Dos 53 boletins consultados depreende-se que a presença dessas trabalhadoras se dá pelo masculino genérico, legitimado, de um lado, pela gramática como norma correta e, de outro, configurando-se como um competente instrumento da ideologia dominante que tem nessa linguagem a sua forma de expressão.

Utilizamos no desenvolvimento desta pesquisa alguns instrumentos teóricos da Análise do Discurso que nos permitiram elaborar caminhos na geografia dos não-inscritos.





NOS CAMINHOS DA LINGUAGEM

A construção do espaço de expressão da mulher faz parte de um cenário de guerra, no qual, cotidianamente, inúmeras batalhas são travadas. A maioria delas se faz silenciosamente, não como resultado de uma estratégia mundializada ou de articulações deste sexo, e sim como alternativa de (sobre)vivência, um ato diário de teimosia ante a cultura, ideologicamente demarcada no Ocidente, de colocá-la como um dos apêndices da história das sociedades.

No meio sindical e, particularmente, no metalúrgico de Manaus, a guerra estabelecida em torno da conquista de novos mercados e de condições de trabalho mais desenvolvidas sustenta dimensões histórico-sociais que estão além da econômica. Compreendê-las e decifrá-las exige, ao mesmo tempo, enfrentar e mergulhar em um antigo embate histórico: a inter-relação entre língua e cultura, entendendo a linguagem como expressão do pensamento e, conseqüentemente, do ideológico. Recorreremos, a seguir, a alguns autores que, neste século, têm travado diálogos em torno desta temática. Num primeiro momento, trabalharemos com o eixo lingüístico que, de acordo com Elia (1987, p. 48), seria concebido por uma base estrutural que teria como preocupação o estudo da língua enquanto sistema, e uma cultural, na qual estaria o saber tradicional e comum sobre as coisas, incluindo “as idéias e as crenças tradicionais a respeito das próprias

coisas” (Conseriu, *apud* Elia, op. cit., 1987, p. 48). No início da década de 60, Schaff (1964, p. 92) aprofunda a abordagem sobre esta inter-relação ao afirmar ser verificável as diferentes visões que o homem tem do mundo a partir da linguagem. Com apoio dos estudos de Sapir (op. cit., p. 100), o autor vai mais além, situando a língua de uma sociedade humana como a “organizadora da sua existência”, o que significa de outro modo dizer que a língua “modela o seu mundo e a sua realidade social” (1964, p. 100). É Schaff quem nos questiona: “haverá um pensamento sem linguagem?” (op. cit., p. 187). E ele próprio aponta o caminho quando confere à linguagem a função de mediar o que é social, dado, e o que é individual, criador, no pensamento individual. Mediação esta que atua em dois eixos: na transmissão aos indivíduos da experiência e do saber das gerações passadas e na apropriação dos novos resultados do pensamento individual, a fim de os transmitir – sob a forma de um produto social – às gerações futuras (ibidem, p. 251).

A língua, compreendida, a partir de agora, como texto e contexto, atuaria como a instituição na qual reside a Lingüística Cultural, portadora de uma “alma”, tornando-se, de acordo com Schaff (ibidem, p. 268) não apenas um dos elementos mas também um dos co-criadores da cultura, ou símbolo primário, por meio do qual, segundo Spengler (*apud* Elia, op. cit., p. 48), seriam constituídas as características do pensar, do viver e do agir.

A essência cultural da linguagem usada como argumento para amparar pensamentos e atos é uma das condições que este estudo sobre *o discurso operário e o espaço da fala da mulher* aborda, isto porque aceitamos o fato de que, nesta essência e nas escolhas da sua apreensão, estariam os esteios que constituiriam, na história da humanidade, o espaço secundário ou mesmo o apagamento da expressão/manifestação feminina nos diferentes espaços sociais. São as suas formações ideológico-discursivas que vão orientar toda a concepção da generalidade das coisas, que faz do substantivo masculino o abrigo dominador dos seus opostos – feminino e neutro.

A gramática, neste sentido, cumpre uma das funções mais antigas de apeamento nas relações de gênero entre a espécie humana. Não apenas determina os princípios de organização da língua, mas estabelece um modelo de competência, criando ‘leis’ excludentes. Sua estupenda carga

de ambigüidades e generalizações é, ao mesmo tempo, um arsenal exercitado ideologicamente a serviço desse pensamento que transforma o ser feminino ora em coadjuvante, ora em apêndice ou simplesmente o silêncio em nome de uma condição supostamente coletiva. A pluralidade dessa gramática – identificada como “mais um” – tem um traço individual e masculinizado que se reproduz no ato de utilização da língua. As regras de concordância nominal são exemplos das amarras que as leis gramaticais impõem. Habitamo-nos a ter e a comemorar o “Dia do Professor”, o “Dia do Trabalhador”, o “Dia do Jornalista”, ...e a aceitar que as professoras, as trabalhadoras, as jornalistas sintam-se inseridas neste tipo de composição ‘autorizada’ pela gramática. Nossa proposta, com este trabalho, é promover inquietações em torno dessas regras e buscar elementos que permitam uma melhor compreensão sobre o papel coercitivo desempenhado pela língua via gramática que superestima o gênero masculino para, assim, operar sua dominação. É neste espaço de obediência às ‘regras corretas’ que as ideologias interagem e a lógica do poder se realiza. Chauí (1993, p. 19) observa que as divisões e as diferenças aparecem como simples diversidade das condições de vida de cada um e que a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, são postas como um conjunto de esferas identificadas uma às outras, harmoniosas e funcionalmente entrelaçadas. Segundo ela, é esta condição que permite a um poder unitário exercer seu domínio sobre a totalidade do social e aparecer dotado da aura da universalidade, que não teria se fosse obrigado a admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes.

É no campo dos estudos da linguagem que tal lógica se revela em dimensões extraordinárias. Do *signo* proposto por Saussure (1916), como algo relativo e negativo, de acordo com o que evidencia Orlandi, ao exemplificar o significante (imagem acústica) e o significado (conceito) saussurianos: “Não há motivo para que o *cão* se chame *cão*, mas, é claro que, uma vez que se atribua esse nome, ele passa a ter um valor na língua com a idéia de *cão* e não se pode chamar o *cão* de *gato*” (1990, p. 22). Cão e gato são opostos entre si e, cada um, na medida em que aprendemos a conceber as diferenças, carrega consigo a sua respectiva imagem de cão e de gato. Tem-se, nesta exposição, uma compreensão demonstrativa da língua. É a inclusão da perspectiva histórico-social ao estudo da Lingüís-

tica que dá ao sentido, ignorado pelo estruturalismo de Saussure, inferência de grande valor nas investigações realizadas nesta área. As repercussões provocadas por essa nova postura científica são enormes e ainda recentes. Estamos, pois, falando de uma teoria que experimenta a sua total eferescência e, por isso, trilhando sobre um campo conceitual que dá seus passos iniciais.

Um dos aspectos nessa nova ciência é a abrangência da inserção na linguagem da perspectiva histórico-social, que promove alterações profundas na visão científica até então elaborada sobre este tema. Ao indicar que a “língua se manifesta como um modo de ação e não um instrumento de reflexão”, Benveniste (1989, p. 90) instaura a subjetividade como a dimensão da qual o estudo da linguagem já não pode mais ignorar. É somente no plano subjetivo que se realizam as mediações ideológicas da manifestação do pensamento, ou seja, “quando o locutor se declara e assume a língua, ele implanta o outro diante de si” (ibidem, p. 84). De acordo com Benveniste, o ser humano se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*, uma condição que, segundo o autor, trata-se da estrutura de oposições lingüísticas, inerente ao discurso. “Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a ele, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento lingüístico que a funda” (ibidem, p. 69).

Coube a esse autor formular uma distinção que se tornou ferramenta importante para o estudo do que hoje está convencionado como Análise do Discurso (AD), ao apresentar a dicotomia entre condições de emprego das formas e condições de emprego da língua. O autor é cuidadoso em alertar que tais condições são como dois mundos diferentes, o que implica reivindicar uma outra maneira de ver as coisas, de as descrever e as interpretar. Para Benveniste, “o emprego das formas – parte necessária de toda descrição – é um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, por pertencerem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (ibidem, p. 81); e a segunda, trata-se de “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua integralmente” (ibidem, p. 82).

Brandão (1997) classifica o *eu* e o *tu*, dentro da perspectiva benvenistiana, como sendo os protagonistas da enunciação. O *eu* atua como

pessoa subjetiva e o *tu* como pessoa não-subjetiva. Ao admitir uma transcendência do *eu* em relação ao *tu*, Benveniste estabelece uma fissura que hoje alimenta alguns posicionamentos críticos em relação aos seus postulados, considerando que a subjetividade é inerente à linguagem e sua constituição se dá mesmo quando o *eu* não está enunciado. Brandão classifica o sujeito de Benveniste como um *eu* caracterizado pela homogeneidade e unicidade e que se constitui na interação com um *tu*, o alocutário, ambos opondo-se à não-pessoa, *ele*. Para Brandão, a subjetividade formulada por Benveniste tem a marca egocêntrica regendo o mecanismo da enunciação (ibidem, p. 49). Da caminhada protagonizada pelo francês Benveniste, revelam-se a força do sujeito apagado nas formulações de Saussure, e a atribuição dada a ele de um poder quase absoluto.

Atribui-se ao filósofo russo Bakhtin (1929/1979) o legado de dar à produção lingüística dimensões sócio-histórico-ideológicas. Tal inserção teve como característica predominante os estudos sobre a natureza social da linguagem. Para Sena (op. cit., p. 32), é impossível negar à língua – cuja utilização se dá por meio de enunciados orais e escritos que são eventos concretos e únicos – a condição de norteadora das atividades da espécie humana.

As funções de locutor e alocutário, redimensionadas por Bakhtin, ganham importantes abrangências. A figura que corresponde ao alocutário, na proposta bakhtiniana, é colocada com uma outra noção de valor que a retira da condição de agente passivo, na visão de Benveniste, e a institui como portadora de uma atitude “responsiva-ativa”. O espectro do receptor deste sujeito, dentro do que preconizavam os estudos da comunicação como sendo aquele que recebe e decodifica uma mensagem realizada de acordo com um código específico, tal qual um depósito ou ‘consumidor de supérfluos’, deixa de existir nesta nova formulação. Sena (op. cit., p. 37) diz que “longe da sua imaginada passividade, o alocutário tem uma participação decisiva na determinação do rumo a ser tomado pelo sentido, na medida em que, agindo ativamente, pode concordar, discordar, omitir-se, mascarar, executar, inferir”. Ou seja, tem uma história e, como sujeito histórico, a significação que dará à mensagem estará determinada pelas condições sociais da sua existência. Eis a demonstração mais evidente do componente ideológico da linguagem.

Ao abordar esta dimensão, Chaui (1993, p. 21-23) afirma que “as

idéias tendem a esconder dos homens o verdadeiro modo pelo qual foram estabelecidas as relações sociais, apagando a origem de todas as formas de exploração econômica e política”. Compara o discurso ideológico como um discurso feito de espaços em branco ou uma frase na qual houvesse lacunas. E é essa sua incompletude que vai torná-lo incoerente e poderoso. São as práticas e não as idéias que fazem as ideologias, diz Pêcheux (1997, p. 144) e, nesta concepção, o autor chama a atenção para quatro aspectos: o fato de que “não há reprodução das ideologias como ‘espírito do tempo’, ‘mentalidade da época’ ou ‘costumes de pensamento’, que se imporia de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’, como espaço anterior à luta de classe”; sobre a impossibilidade de atribuir a cada classe a sua ideologia, como se cada uma delas vivesse previamente à luta de classes, em seu próprio campo; que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu, o que significa dizer que os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas que são seu lugar e meio de realização e, por último, que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (ibidem, p. 144-154).

Tais incursões permitem uma melhor compreensão da condição ideológica, possibilitando identificar as relações determinantes entre linguagem e ideologia. Neste contexto, é Pêcheux (op. cit., p. 91) quem dá elementos à discussão sobre noções de *base lingüística e de processo discursivo-ideológico*, colocando a primeira como esteio comum de processos discursivos diferenciados que “estão compreendidos nela na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos” (ibidem).

O fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja indiferente à divisão de classes e à sua luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à Língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente, de sua luta política (Pêcheux, p. 92).

Diz Sena (op. cit., p. 56) que “a língua, embora condição necessária para a produção do discurso, é somente o lugar material onde acontecem os efeitos do sentido e o discurso o lugar em que tais sentidos se eviden-

ciam”. Esses sentidos estão determinados pela ideologia. Para Althusser (1970, p. 118), é pela instauração dos AIE que a ideologia da classe dominante é realizada e se realiza e esta se dá, sempre, numa incessante e dura luta de classes. O autor designa os AIE como sendo um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas (op. cit., p. 43), e na sua dispersão aparente emerge do domínio privado, enquanto que o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) funciona pela violência, pertence ao domínio público, atua massivamente pela repressão e, secundariamente, pela ideologia.

Ao propormos uma discussão sobre a dissimulação praticada pelo sistema que torna, no caso deste estudo, a mulher metalúrgica de Manaus uma figura coadjuvante na vida pública do sindicato, arquétipo de um movimento que se auto-intitula plural, estamos reafirmando a condição *a priori* das marcas ideológicas impressas no discurso sindical, estas já acentuadas por Bakhtin ao descartar a neutralidade da língua e situar os “espaços em branco”, as “outras vozes”, o “dizer não-dito” em permanente (inter)ação como constituintes da matéria-prima da ideologia. Numa alegoria bastante significativa, este autor diz que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (1999, p. 41).

A feição do *Linha de Montagem* é de um produto típico do desenrolar desta trama. Os autorizados a definir a pauta² do boletim, ao desempenharem a tarefa de exclusão e inclusão dos assuntos não o fazem a partir de uma classificação imediata e presente da importância dos fatos. O ato de decidir carrega consigo as marcas de instituição do sujeito. Assim, a pauta eleita não é somente um indicador do alcance de um olhar atualizado dos que confeccionam o boletim, não revela unicamente a qualidade e a diversidade da publicação. Ao contrário, esse olhar, ação do sujeito, constitui-se em um dos mecanismos iniciais do campo de compreensão dos autorizados sobre o mundo no qual estão inseridos e também dos não autorizados que, ainda assim, não podem ser entendidos como uma espécie de ‘buraco vazio’ à espera da carga que preencha o espaço. A inquietude de uns e de outros e o viés pelo qual ela será trabalhada é que dará a exata dimensão da sua linguagem, de como recortam o mundo do qual

2 Roteiro básico que orienta a captação da notícia planejada. Contém os principais aspectos do fato a ser apurado. Fonte: *Manual de Redação do Jornal A CRÍTICA* (1998, p. 35) Manaus/AM.

são participantes. Bourdieu (1983, p. 173) afirma que “toda expressão leva a marca, em seu conteúdo e em sua forma, das condições que o campo considerado assegura àquele que produz em função da posição que ele ocupa”.



CONTEXTO HISTÓRICO

A GEOGRAFIA DA CRISE EM 1990

A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada em 6 de junho de 1957, como porto livre. Só dez anos depois, em 28 de fevereiro de 1967, o Governo Militar brasileiro, por meio do Decreto-Lei n.º 288, ampliou e regulamentou a legislação, estabelecendo incentivos fiscais por três décadas para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, tendo como base a cidade de Manaus. A essa agência caberia a tarefa de integrar e desenvolver a parte ocidental da Amazônia, identificada por estudiosos como uma das mais pobres do país. A inserção do projeto Zona Franca na região, de acordo com Renan Freitas Pinto (1986), é um dos mecanismos estratégicos de expansão do sistema capitalista mundial, diante da necessidade do próprio capitalismo em identificar permanentemente novas formas de ampliar a margem de lucro de cada unidade de produção em particular e do conjunto de produção em geral, garantindo as condições de desenvolvimento da divisão internacional do trabalho. “As zonas francas do mundo inteiro passam a ser implantadas dentro dessa estratégia. Não é, portanto, nenhuma coincidência que a Zona Franca de Manaus venha a se estabelecer nos fins da década de 60 e por toda a década de 70” (op. cit., p. 4-5).

Na fase de instalação do parque industrial de Manaus, o Brasil experimentou, na segunda metade da década-

da de 70, segundo Cano (1995, p. 19), a sua mais grave crise, identificada pela perda do valor salarial, desemprego e crescimento do trabalho informal e, com ela, a degeneração sociopolítica do país. O perfil marcadamente conservador da sociedade brasileira contribuiu para agravar a crise inaugurando o que o autor chama de “mudar para manter”. É neste contexto que é eleito, em 1989, pelo voto direto, o primeiro presidente civil, Fernando Collor de Mello, após três décadas de vigência do regime militar. Collor de Mello toma posse em março de 1990 e adota um ousado programa de estabilização econômica e de reformas estruturais da economia, denominado pelos meios de comunicação de massa como “Plano Collor”.

Com Fernando Collor, o Brasil integra-se, oficialmente, ao modelo neoliberal, a nova receita norte-americana para o combate à crise, que coloca o mercado como o remédio contra os males socioeconômicos. As relações de comércio e de trabalho são progressivamente liberadas, ao mesmo tempo em que a intervenção do Estado começa a ser delimitada.

O governo Collor dura pouco. A falta de apoio da sua base política e da elite que o sustentavam propiciaram o *impeachment*³ do presidente da República, em 1992. Mas, o caminho para confirmar o país no receituário neoliberal já estava construído. A reestruturação do governo brasileiro, dentro de uma política neoliberal, refletiu-se de forma profundamente negativa na economia do Estado do Amazonas, absolutamente centrada na Zona Franca de Manaus.

O ano de 1990, quando Collor de Mello institucionaliza a sua política econômica, constitui-se, no âmbito regional, como marco de uma outra grande depressão econômica para o Estado. O comércio de importados, uma das grandes atrações da ZFM, deixa de ser reserva do mercado local e, no setor industrial, a automação, aliada a outros fatores de reorganização da economia mundial, inaugura o processo de redução da mão-de-obra.

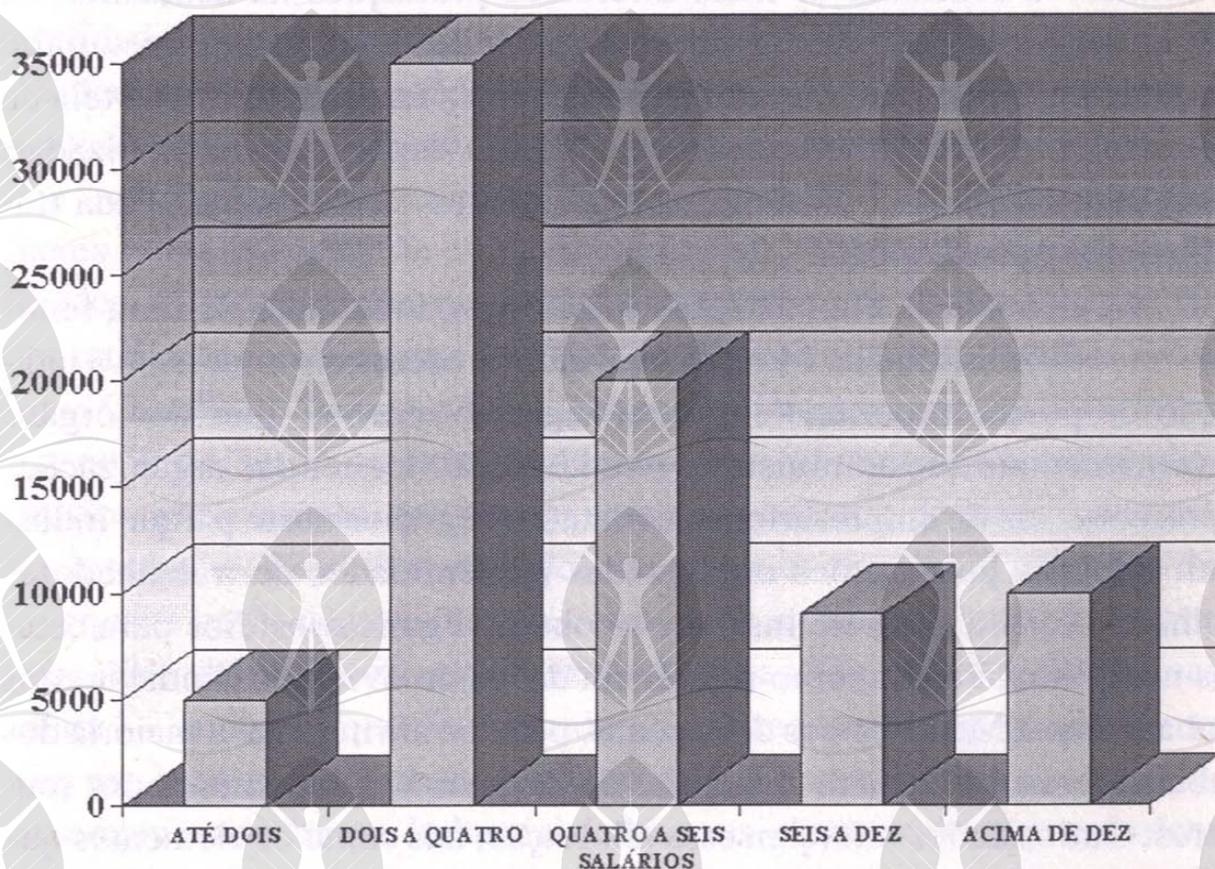
O tamanho desta crise pode ser medido pelos números levantados por Oliveira e Pochmann (1996, p. 2), que identificaram duas fases na evolução do emprego industrial no Amazonas: uma, que vai de 1980 a 1989, quando a taxa média anual de crescimento do emprego foi de

3 Processo de destituição de governante que pratica crime de responsabilidade, cujo julgamento cabe ao Poder Legislativo (*Dicionário Escolar da Língua Portuguesa/1988*).

6,7%, o que corresponde a 4,7 mil postos de trabalho; outra, de 1989/1991, com uma taxa negativa de 15,6%. Nesse período foram fechados 33,3 mil postos de trabalho.

O parque industrial de Manaus, em 1990, estava constituído por 315 empresas. O pólo eletroeletrônico respondia por 78,21% do faturamento de todas as indústrias instaladas. O número de trabalhadores era de 76.798 dos quais 45.283 atuavam no setor eletroeletrônico. A média anual de trabalhadores nesse setor, por empresa, era de 476. E a faixa salarial assim constituída: até dois salários mínimos – 7.268; de dois a quatro SM – 33.495; de quatro a seis SM – 18.435; de seis a 10 SM – 9.887; acima de 10 SM – 10.716 (gráfico 1).

FAIXA SALARIAL – 1990 / TRABALHADORES



Da ameaça à realidade da redução da mão-de-obra, do desemprego em massa ao fechamento de fábricas, os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus reagiram, por toda a metade da década de 90, com sucessivos movimentos grevistas. Para melhor articular sua política de atuação naquele momento e atender a grande demanda da sua base, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos criou as edições específicas do seu boletim *Linha de Montagem*, tornando possível que os trabalhadores, por fábrica, recebessem a publicação na qual eram enfocados preferencialmente os problemas vivenciados pelos operários daquela empresa. O boletim desempenhava o papel de ponte entre o comando do sindicato e a sua base, subdividida em vários núcleos montados dentro das fábricas. Neste campo de confronto aberto, 1990 foi também um ano de grandes manifestações dos trabalhadores metalúrgicos nas ruas e praças de Manaus. Trabalhadoras e trabalhadores da ZFM passaram a ser notícias de destaque nos meios de comunicação de massa da cidade, prioridade da pauta diária da mídia e a estimular as mais diferentes produções na academia, na área cultural e no movimento sindical do Estado. Mas as mulheres, parte fundamental deste movimento histórico, foram inseridas em uma teia de um outro campo de dominação e não chegaram sequer a ser contabilizadas. Eram vistas apenas como um dos ingredientes da massa intitulada trabalhadores metalúrgicos.

As estatísticas oficiais sobre a participação da mão-de-obra feminina no setor industrial de Manaus também são escassas e endossam a indicação de pouca importância que tal ingresso recebeu quer dos órgãos governamentais que administram o modelo ZFM, quer das organizações representativas de empresários que mantêm negócios neste parque industrial. São nas publicações organizadas por entidades de trabalhadores (folhetos, cartilhas e boletins) que se obtêm alguns subsídios para estudos nesta área. Tendo como referência dados de 1990, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus era constituída por mulheres. Outros dados reforçam essa afirmação, tais como os elementos que caracterizam os modelos zonas francas. De acordo com Moura e Ferreira (1993, p. 19), esses modelos dão preferência ao uso da força de trabalho da mulher jovem, na faixa etária de 16 a 25 anos, embora não apontem o porquê dessa escolha. Os autores citam, com base em informações do

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que, em 1990, 70% dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus eram mulheres. Naquele ano, dos 12.051 trabalhadores demitidos, no período de março a dezembro, 7.071 eram mulheres (op. cit., p. 48). A cartilha “Mulheres, A Luta é Uma Só”, editada em 1993 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), com sede em São Paulo, também trabalha com percentual de 70% ao situar o contingente dessa mão-de-obra.

A opção, neste tipo de modelo industrial, pela mão-de-obra feminina e jovem teria a ver com características sociais e não biológicas, afirma Castells (1999). O autor, apoiado em estudos formulados por Salaft, em 1981, diz que a contratação de mulheres jovens na indústria eletrônica não está relacionada com o “mito da destreza” dos seus dedos, mais delicados, mais ágeis e mais cuidadosos na linha de produção, como prega a cultura ocidental, e sim com o fato de que a deterioração da visão dessas trabalhadoras, dentro de um ciclo de dez anos, como resultado do esforço que a montagem microscópica exige seria socialmente aceita. Castells, ao formular esta possibilidade, nos sugere uma zona de conflitos de maior proporção, se a “preferência” pela mão-de-obra masculina se mantivesse no ato da contratação. O autor indica, ainda, num recorte aparentemente mais particular, que “antropólogos documentaram como, no início das contratações de mulheres pelas fábricas, de equipamentos eletrônicos, situadas no Sudeste asiático, o modelo de autoridade patriarcal estendeu-se dos lares para as fábricas mediante acordos entre gerentes de fábricas e pais de famílias” (Salaft *apud* Castells, p. 203). A nós fica um indicador, pois, somente este aspecto – a contratação da mão-de-obra feminina –, já estimula a realização de estudos, por exemplo, que situem esse novo exército de reserva do mercado de trabalho, disponível em todo o mundo, e os espaços de ocupação deste emergente perfil de trabalhadora, bem como aprofundar pesquisas sobre a geopolítica salarial praticada dentro das fábricas. O combate à discriminação salarial – mulheres que desempenhavam as mesmas funções que homens, mas recebiam salários abaixo do valor pago aos seus colegas –, e de idade, em empresas do Parque Industrial de Manaus, chegou a ser objeto de denúncia episódica, em meados da década de 90, pelo próprio Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus. Não avançamos nesta direção, por não ser, nesta pesquisa, o nosso objeto de análise. Mas, ela está aí, exposta, como um convite, para, cientificamente, ser desnudada.

A presença numericamente superior da mulher metalúrgica no Distrito Industrial e o viés pelo qual esta insere-se nos espaços do principal instrumento de comunicação da categoria nos levam a formular algumas questões que, longe de serem “restritas” ou “específicas”, funcionam como parâmetros do processo de articulação que permite a construção desse campo expressão/manifestação da trabalhadora metalúrgica. É essa existência, em um número maior, mas apagado quando situado como parte do conjunto da categoria dos trabalhadores, que nos instiga a fazer mergulhos no complexo campo das relações de gênero e de poder. Temos, assim, o desafio de ousar desnudar o que é hoje posto no *Linha de Montagem* como uma manifestação do exercício democrático, e isso envolve noções em torno da concepção de participação democrática, da eleição de diretorias e do embate, mais atual, entre trabalhadores e trabalhadoras, sobre a existência de cotas como um dos mecanismos de garantia da presença feminina nesse tipo de organização sindical que tem em suas diretorias – portanto, em suas instâncias legais de comando – a presença predominante do homem. A instituição da cota parece funcionar, até então, como o único instrumento pelo qual a trabalhadora metalúrgica assegura a sua inclusão nos cargos de direção do sindicato. Neste aspecto, é uma conquista e uma possibilidade de operar mudanças, criando espaços para que decisões sejam partilhadas. Será inócua, no entanto, se permanecer apenas como indicador de que o ritual da regra está sendo cumprido, ou seja, a cota por si só não altera as correlações de força, mas sim a concepção em torno da apreensão deste espaço é que determinará o grau de alteração a ser realizado.

Este cadinho espacial, chamado sindicato dos metalúrgicos, não é um ‘caso à parte’ ou uma ocorrência peculiar na história do apagamento da participação feminina. É, ao contrário, a manifestação concreta do tamanho e da diversidade que a dimensão da dominação alcança, reproduzindo, com igual vigor, no sindicato, a delimitação já instituída do espaço da mulher na história da humanidade, não raro registrada pelo olho masculino. Muitas mulheres recorreram à masculinização da sua imagem para penetrar nesta zona onde a expressão feminina é vetada e este veto está, também, disfarçado nas generalizações das quais tão bem se utiliza o jogo da dominação.



A TRILHA DOS NÃO-INSCRITOS

Tomando como uma das bases de investigação levantamentos quantitativos realizados nas 53 edições do ano de 1990 do boletim *Linha de Montagem*, a que tivemos acesso, identificamos, nelas, nove referências às metalúrgicas do Parque Industrial de Manaus, assim distribuídas:

- Uma ilustração sugere a presença da mulher no movimento que reivindica melhorias salariais. O desenho é composto por cinco personagens que estão segurando uma faixa, destas, dois são femininas (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores da fábrica BDA, out./90);
- Nas outras inserções, duas funcionárias denunciam supervisoras por “intimidarem trabalhadores de suas linhas” (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores das fábricas BSR e Philips/1990, sem referência ao mês);
- A quarta situação de presença está na mensagem de congratulação a uma operária que participou, em dupla, e venceu um concurso de “lambada” – uma das programações no período da greve da Philips, naquele ano (*Linha de Montagem* /1990, sem referência ao mês);
- Numa convocação à participação dos trabalhadores no sindicato. A mensagem diz: “(...) Companheiro e companheira, só que isto não

tem sentido sem a sua participação. Junte-se a nós e seremos mais fortes!!” (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores da Semp Toshiba, mar./90);

- Uma ilustração sugerindo um protesto de trabalhadores na qual, entre as personagens desenhadas, duas são femininas (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores da Neolife/1990, não há referência ao mês);
- Em uma matéria que denuncia perseguição a trabalhadores, diz que uma funcionária (o nome não foi citado) sofreu congestão e a encarregada do setor, de nome Carla, não considerou o problema da trabalhadora (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores da Leson/1990, sem referência ao mês);
- Matéria que aborda a perseguição a funcionários na Refripar denuncia “a assistente social Ângela por desrespeitar direito dos trabalhadores” (*Linha de Montagem*, destinado aos operários da Refripar/1990, sem referência ao mês);
- Na convocação aos trabalhadores do setor naval, para a campanha salarial de 1990, uma ilustração mostra uma figura feminina reclamando ao marido que está faltando arroz, feijão e leite (*Linha de Montagem/1990*, sem referência ao mês);
- Matéria sobre uma líder de produção, chamada Alzilene, acusada de ter danificado peças da fábrica (*Linha de Montagem*, destinado aos trabalhadores da BSR/1990, sem referência ao mês).

A perspectiva pela qual a mulher metalúrgica é retratada nessas publicações estimula, inicialmente, à elaboração de estudos futuros, mais ampliados, sobre as motivações que elegem o lugar público da mulher (eis os grandes jornais e revistas nacionais ou regionais, os informativos virtuais, como objetos espetaculares de tais investigações, por exemplo). Ao situarmos as inserções feitas no boletim, por meio das ilustrações, constatamos no ato de criação do ilustrador (um jornalista) a necessidade de incluir, em algumas delas, já listadas anteriormente, a figura feminina em meio àquelas que correspondem às masculinas. O traço do artista o revela como vê esta co(existência), instaurando, também no *Linha de Montagem*, um lugar privilegiado ao masculino e secundarizando, ainda que com faixas e/ou cartazes reivindicatórios, mas sempre em número reduzi-

do, a presença feminina. Nesta concepção artística, elas estão lá, podem até ser ‘descobertas’ pelo olhar mais atento, porém são figurantes deles. Nos outros textos, resumidos, igualmente escritos por um jornalista, as referências às mulheres ressaltam a intriga, a promoção da noção de valor de que entre nós, mulheres, o desentendimento é um item cultural, o denunciamento vago, e a suposição como uma instância de valor da incompetência feminina em exercer cargos de chefias. Os chavões utilizados para conceituar uma trabalhadora que entrou em choque com seus parceiros de unidade não são meros recursos do vocabulário brasileiro para as ‘brincadeiras’ e ‘ironias’ sindicais, mas sim manifestações de propósitos inferidos a partir da formação social dos indivíduos na condição de sujeitos. A linguagem, nos lembra Bourdieu (1983, p. 161), é um instrumento de poder e nela as ocorrências estão providas de substâncias ideológicas que determinam o jeito de ver e de registrar os acontecimentos.

O cenário que o *Linha de Montagem* cria não deve ser particularizado ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus. A delimitação do estudo é o espaço sindical, mas a abrangência está muito além, tem sua impressão digital numa prática cultural de alcance muito maior. Nesta abordagem, o levantamento feito nos boletins editados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus nos sugere que as mulheres em postos de comando dentro das fábricas estão modeladas ora como carrascas de seus parceiros trabalhadores, idiotizadas no terreno do trabalho, ora como inábeis, ou são ‘folclorizadas’ pela ótica e ética masculinas, que elevam seus atributos físicos como espécies de valores de mercado dentro das unidades em que atuam e/ou suas habilidades em campos mais específicos, tais como a de dançarina – como aquela que, à época da greve, ganhou concurso de “lambada” e, por isso, foi inserida no *Linha de Montagem* – delimitando a este feito a sua ação e atuação. As referências feitas nessas publicações não ultrapassam a três linhas, de algumas páginas, confirmando que no território ocupado pela composição masculina do conteúdo prioritário do *Linha de Montagem*, esta é a inclusão que cabe às trabalhadoras. A disposição espacial não é aleatória, realiza-se marcada pelo discurso tradicional do controle social da mulher, amplamente utilizado, também, pelas organizações que se apresentam como combatentes dos modelos de dominação, a exemplo do que pregava, em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, inclusive por meio do

seu boletim, no enfrentamento às formas de relação postas em práticas pelas corporações industriais instaladas na ZFM. A expressão que o boletim torna pública tem uma identidade masculina, a feminina, a outra expressão, está nas entrelinhas, circunscrita a espaços quase invisíveis, como se não fizesse parte do corpo visível.

Tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu look, todo o seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar... Ela é encurralada e se torna alvo de brincadeiras que visam abaixo da cintura, numa tradição gaulesa, considerada um sinal de virilidade e essa atitude não é apanágio da direita (Perrot, 1998, p. 129).

Quanto às *manchetes* (jargão jornalístico que corresponde à principal matéria ou a mais importante da edição), nenhuma delas, do referido lote de boletins, abordou explicitamente a participação da mulher, por exemplo, nas greves realizadas pela categoria. Como se deu a presença das trabalhadoras nas paralisações de setores das fábricas, no ato de enfrentar a direção das empresas e das chefias intermediárias, no exercício da panfletagem feito durante a madrugada, diante das ameaças recebidas, na contagem dos votos que tornaram possível decretar a instituição da greve, na categoria, e acabar com ela. Esta presença e as respostas às formulações aqui feitas ficaram nos implícitos ou nas revelações a partir de leituras de fotografias daquele passado que mostram tantos rostos e punhos cerrados femininos ora nos portões e/ou muros das fábricas e do sindicato, ora nas praças ou nas caminhadas pelas ruas centrais da cidade de Manaus. Elas estavam na linha de frente com eles, embora esta condição não tenha sido assumida nem pelos companheiros, nem pelas companheiras. Os primeiros fizeram da ‘questão mais relevante’ – a bandeira por melhores salários e garantia do emprego – como nos revela o boletim, a causa emblemática da luta e, nela, forjaram-se as lideranças, masculinas, algumas das quais, mais tarde, confirmadas como dirigentes do sindicato. Elas, em certa medida, assumiram a mesma causa e acataram o papel que lhes foi conferido neste embate, incluindo o voto para presidente do sindicato. Viana (1998, p. 80-177) diz que o “recusar-se a papéis tradicionalmente insti-

tuídos é algo novo” e, neste sentido, “as possibilidades do agir feminino colocam-se como fenômeno de ordem subjetiva na sociedade emergente”.

Vejam os o *Linha de Montagem*, em tamanho tablóide, em sua edição específica de março de 1990, que tem como manchete: “SEMP TOSHIBA URGENTE!”, em suas 116 linhas de texto (frente e verso), sendo 54 linhas na primeira página, e 62 na contracapa, apenas uma palavra – companheira – em matéria que aborda a importância da participação dos trabalhadores no sindicato traduz a importância que o boletim confere às trabalhadoras. Coube ao universo de uma mão-de-obra feminina numericamente generosa uma convocação em onze letras. Textos e ilustrações daquele número da publicação destacam a ação e o pensar masculinos escamoteados nas generalizações do tipo *companheirada*, *companheiros* e *minha gente*. Como vimos, este tipo de contemplação tem funcionado, para as trabalhadoras, como ação coercitiva por onde se dá a reprodução do controle da linguagem. A redução em alguns casos e o apagamento em outros da presença feminina é uma marca profundamente impregnada em todas as edições que integram o bloco de boletins analisados neste trabalho.

O quadro revelado no *Linha de Montagem* mostra que a relação de poder, que se desenvolve além da noção de maioria/minoria, não foi alterada com a entrada, em forma de avalanche, da mulher neste mercado de trabalho. Mesmo no período anterior a ZFM, quando mulheres, muitas das quais em plena adolescência, ‘invadiram’ as fábricas de tecelagem de juta instaladas em Manaus, como a Brasiljuta e Fitejuta, o poder sexista se manteve. As tecelãs ocupavam os espaços da produção, mas os cargos de comando estavam sob o controle masculino. Retomemos Althusser para tentar situar as fronteiras nas quais as relações de poder interagem, quando aborda a estrutura e funcionamento da ideologia que são como os fios que vão gerar o tecido desse *corpus*. Uma das premissas de Althusser é que “toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam), mas antes de mais nada a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que dela derivam” (op. cit., p. 82). A aparente continuidade do controle do papel público da mulher, antes tecelã, hoje metalúrgica ou jornalista... se dá pelo que o autor denomina de reconhecimento ideológico dentro de

rituais que são os atos da vida. A ideologia, nos propõe Althusser, age de tal forma que recruta sujeitos, entre os indivíduos, ou transforma os indivíduos em sujeitos pela interpelação (ibidem, p. 99).

No espaço sindical, o outro espaço além da fábrica, o expressar-se feminino se dá a partir do funil dominante, paternalista, masculinizado do discurso dos companheiros. O lugar mudou, a *práxis* não. Bourdieu (op. cit., p. 164) lembra que entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação, não os convidando para os lugares de onde se fala com autoridade, ou colocando-os em lugares sem palavras. *O Linha de Montagem* tem sido artífice desse tipo de exclusão.

Por que as mulheres, militantes sindicais e à frente, hoje, de cargos na diretoria do sindicato, corajosas diante de policiais armados, não derubam esse tipo de censura? Esta inquietação tem movido nossa mente e nosso coração. Se podem enfrentar a ira de pelotões armados, por que não enfrentam eles, os *companheiros*? Penetrar neste mundo, encontrar e dimensionar a trama deste outro enfrentamento é bem mais complexo e subjetivo do que estar diante do 'inimigo imediato'. A elaboração e utilização das armas para este embate exige outros ingredientes e reivindica um outro lugar social. A *significação*, absorvida e dilacerada por suas contradições vivas para retornar sob forma de uma nova *significação*, embala, de acordo com Bakhtin (op. cit., p. 136), a transformação. Nesse contexto, Chauí (1993, p. 54) nos coloca diante de uma outra instância identificada por ela como sendo a invisibilidade do inimigo que permite a "atitude ambígua dos dominados que lutam contra o opressor imediato, mas querem uma existência tal qual a ideologia dominante promete para todos, ambigüidade esta que os faria negar e afirmar o sistema ao mesmo tempo".

É nessa intermediação que os espaços de manifestação da mulher parecem percorrer a trilha dos não-inscritos na versão oficial dos acontecimentos históricos. Emergem quando as escavações possíveis pela subjetividade ocorrem e rompem com o ver tradicional da história. São espaços negados em sua evidência, pois o hábil recurso da inclusão generalizante legítima, para a sociedade, um *modus* de compreender e inserir-se na história da humanidade. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos também vale esta mesma lógica e o *Linha de Montagem* é mais um braço desta dimensão que se torna pública e referenda o sistema.

A ausência feminina (o não-dito) nos textos do boletim sindical não se desenvolve a partir de motivações machistas do seu conselho editorial ou da diretoria do sindicato. A participação conquistada por elas (mulheres metalúrgicas e militantes sindicais) no terreno apossado por eles (os *companheiros*) é ignorada, porque a sua historicidade assim o determina. O exercício dessa prática excludente se realiza dentro de aparato de maior complexidade do que supõe a manifestação do clichê “machista” –, este sim, concebido como uma das veias pela qual a ideologia, como corpo sistemático de representações e normas, age e interage. É nela que se fundamenta o fio condutor do outro embate, o das palavras, que transportam a carga ideológica dos que as selecionam e a elas dão significações. A regra deste jogo alimenta-se na seiva da gramática, peça catalisadora de princípios e leis que, imposta, enquadra as sociedades e, na sua síntese do certo e do errado, estabelece as amarras pelas quais a dominação é operacionalizada.

A linguagem realiza seu efeito tal como uma espécie de bolsa de valores dentro das sociedades. Suas ações sobem e descem num outro movimento, o do capital lingüístico.

Bourdieu (1977, p. 7) exprime bem esta alegoria ao indicar que “quando uma língua domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor das diferentes competências”. Os atos de comunicação, da conversa entre amigos à saudação mais fortuita, são o petróleo deste mercado e o cartão de acesso está no limite entre o dizível e o indizível. Esta concepção mercadológica da linguagem é também trabalhada por Rossi Landi (1985, p. 81) para quem “toda palavra, expressão ou mensagem apresenta-se no mercado lingüístico como unidade de valor de uso e de valor de troca (...). É na linguagem, no signo, que a sociedade se manifesta” (ibidem, p. 102). Isto é, a interferência da língua no ato humano é definitiva e muitos são os labirintos na sua construção e constituição que ainda estão por ser revelados.

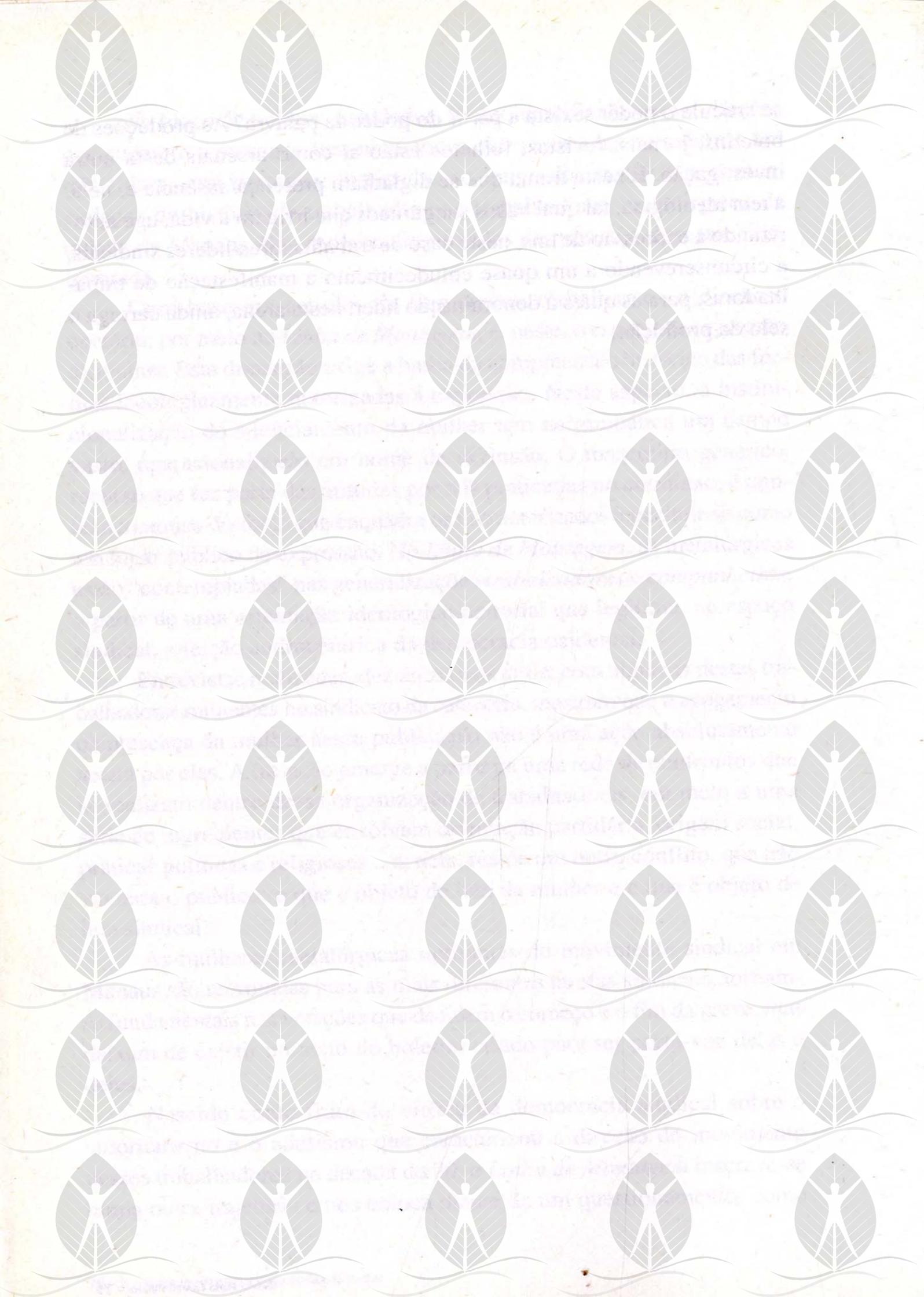
Com Bakhtin, a fala/texto na linguagem ganha contornos de maior valorização e torna possível a construção de uma teoria da enunciação que é “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (1999, p. 112), mediado pela ideologia. A palavra é compreendida por Bakhtin como signo ideológico por excelência e, em assim sendo, funciona

como arena de luta de vozes. Segundo ele, a linguagem não pode ser compreendida como entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia manifesta a sua concretude e onde o ideológico, para se objetivar, reivindica materialidade. É a partir desse autor que se estabelece uma perspectiva dialógica à linguagem, constituindo-se os ‘outros discursos’ e a interlocução, o destinatário. Brandão (op. cit., p. 53) afirma que “ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como um mero decodificador, mas como um elemento ativo, atribuindo-lhe, emprestando-lhe a imagem de um contradiscurso”.

Authier-Revuz (*apud* Brandão, op. cit., p. 56) amplia tal percepção, ao rejeitar a centralidade do sujeito, e propor “não tomar os enganos construídos pelo sujeito e pela realidade que mascaram, como também não ignorar estes enganos ilusórios desconhecendo seu caráter real”. Utilizando-se a figura do apagamento realizado pelos ‘companheiros’ metalúrgicos, por meio do *Linha de Montagem*, sobre as mulheres metalúrgicas, identificamos um sujeito que, de acordo com Lacan (*ibidem*), é forjado a partir das “formas da Linguagem que enuncia e que, na realidade, o enunciam”, dito de outro modo, não há, por parte da direção do sindicato uma estratégia prévia de aniquilamento das trabalhadoras, é o seu *reconhecimento* ideológico a partir de formações sociais dadas que os tornam reprodutores e abrigo de uma prática de dominação.

Uma edição do *Linha de Montagem* destinada aos trabalhadores da Philips da Amazônia, que circulou em 27 de julho de 1990, tinha como manchete “TRABALHADORES DA PHILIPS SÃO EXEMPLO DE CONSCIENTIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO”, nos ajuda a entender esta formulação proposta, pois essa publicação constitui-se em um dos exemplo sobre quais posições o sujeito assume seus efeitos do sentido. O texto da manchete sustenta o discurso do senso comum e identifica a posição moral dos responsáveis por ela. É possível dizer que o recurso usado – “trabalhadores conscientes, organizados e determinados” – representa, assim como o ideal da revolução francesa, um ideal pautado pela cultura de empresários, governos e sociedade brasileiros. São o exemplo de quem? Atendem a que interesse? Mas, também, sugere um outro ideal, o do movimento operário da época no qual os metalúrgicos de Manaus eram a referência e, os da fábrica Philips, naquele momento, a peça necessária para o sindicato manter articulado o movimento grevista.

De outro lado, embora a Philips representasse uma das grandes indústrias do pólo eletroeletrônico de Manaus que utilizava massivamente a mão-de-obra feminina, o sindicato, ao eleger a expressão trabalhadores, decreta o apagamento das trabalhadoras ‘exemplo de conscientização’ e deixa impressa a sua posição – elas são a massa, sem face própria, emboladas no rosto deles, condenadas ao lugar do silêncio. Quais as motivações que levaram os responsáveis pelo boletim a fazer a escolha deste modelo de apresentação da manchete? Não cabe, nesta abordagem, o “não tinha pensado nisso”, ou “a intenção não era essa”. A escolha tem sim uma razão de ser e está encharcada de fios ideológicos que lhe deram a evidência da vida. O ato de decidir por aquela manchete está, pois, determinado pelas condições sociais encarnadas nesses atores. A enunciação em um texto, diz Guimarães (1995, p. 68), se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”.





AS FRONTEIRAS DA MANIFESTAÇÃO

O legado histórico das sociedades ocidentais tem rosto e corpo masculinos. É, de outro lado, na configuração do profano, nesta parte do mundo, que o feminino está representado e, culturalmente difundido, com lugares previamente delimitados para circulação e manifestação das mulheres. A ocidentalidade, freqüentemente citada neste estudo, vale situar, não é, de acordo com Gramsci (1981, p. 104), um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato histórico que evidencia a necessidade de uma reforma intelectual e moral, a construção de uma nova cultura. Seguindo esta bússola histórica, poderíamos questionar, por exemplo, se há uma ligação entre o *silenciamento* feminino exercitado no/pelo *Linha de Montagem* com a história das sociedades ocidentais? Por tudo que dissemos antes parece óbvio o sim, de igual modo, quando mulheres de sociedades mais desenvolvidas, como as dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, se articulam para defender a instituição do seu lugar público, por elas, o fazem num ritual que na sua devida proporção também o é executado na sala de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, quando um reduzido número de sindicalistas tenta soltar a sua voz e identificar-se no auditório. A distância entre Europa/EUA/Amazonas, enorme se medida em quilômetros, desaparece no território da dominação. O verbo corta a nossa carne.

Se voltarmos um pouco mais atrás, na história inicial dos cristãos, vamos identificar um farto material neste exercício do apagamento. O apóstolo Paulo, em sua primeira epístola aos Coríntios, ordena: “Conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar” (14-34), embora estas ironicamente constituam-se, ainda hoje, a platéia principal das pregações nos templos religiosos. São elas o que Perrot (1998, p. 138) identifica como “auditórios mudos”.

Na mitologia, os lugares de permissão da mulher também estão demarcados e, quando há transgressão, por parte da mulher, há desordem, há guerra, há turbulências. Os escritores indígenas Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana, ao descreverem a interpretação dos Dessana sobre o mito da criação do mundo, dizem que:

(...) revoltados com o poder das mulheres, os homens disseram que era preciso matar todas as mulheres... os que tinham um instrumento na mão ficaram bem na direção da porta, embora de longe. Daí, podiam enxergar as mulheres que estavam cobertas de enfeites, como se fossem homens (1995, p. 104).

Nesta forma de ver e escrever a história, a constituição dos espaços de homens e mulheres está permeada por diferentes noções do público e do privado. Perrot diz que o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático. A autora chama atenção para o comportamento adotado pela ciência que, neste campo, pouco avançou, percorrendo o caminho da reafirmação de um saber a partir da concepção masculina da produção do conhecimento. Na sua concepção, é o corpo das mulheres, seu sexo, comparado a um poço sem fundo, que apavora. “(...) e, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do séc. XVIII, nada resolveram. Ancoram a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos (...)”.

São as mulheres, segundo Perrot, que inquietam os organizadores da cidade que vêm nas multidões, onde elas estão presentes, um supremo perigo” (op. cit., p. 8 e 9). As diferentes representações desta outra guerra vão desaguar, na democracia ocidental, no sistema da divisão das tarefas e da política espacial que orienta o feminino e o masculino. A linguagem constitui-se no instrumento que referenda o mundo assim construído.

A generalização à qual se escuda o substantivo de dois gêneros que determina que o adjetivo referente vá para o masculino plural, a concordância nominal, recursos legitimados pela gramática como sendo norma correta, tornaram-se uma das armas mais poderosas no silenciamento do discurso feminino. Por meio delas é que expressões como trabalhadores e companheiros, jargões sindicais largamente utilizados nos textos dos boletins pesquisados para este trabalho, mas não somente neles, são empregados dentro de um aparente ritual democrático e, nesta condição, passam a atuar como recursos vastos, portadores de uma pseudo-abrangência, inscrita como capaz de abrigar tanto as demandas manifestadas por trabalhadores quanto as de trabalhadoras. Referendadas por esse arsenal, publicações diversificadas, do boletim do sindicato ao discurso científico, o utilizam fartamente com a justificativa de cumprir as exigências da economia lingüística também difundida, neste fim de século, de forma espetacular, pela técnica do fazer jornalístico que ensina a objetividade e o enquadramento da notícia nos caracteres, o outro nome do espaço geopolítico do jornal, da revista.

Assim como o apóstolo Paulo, em determinado momento, ordenou que as mulheres permanecessem caladas, no *Linha de Montagem*, a forma sutil da prática do silenciamento se dá pelo discurso tradicional, que estabelece até uma espécie de ‘convivência pacífica’ com as outras vozes excluídas, a partir das situações oficiais que impõem o uso formal da linguagem. Se há um entendimento de que a expressão *trabalhadores* é suficiente para instituir o lugar público da trabalhadora como determina o processo formal esta permanecerá como moeda vigente neste mercado. O estranhamento, que, no caso do *Linha de Montagem*, provocou a realização deste trabalho, está determinado pela relação de produção lingüística e pela posição do produtor. A generalização como *performance do bem se expressar* tem atuado, historicamente, para reafirmar um pensamento formulado a partir da perspectiva masculina, ancorado por convenções que, para as mulheres, constrói uma auto-identidade forjada a partir de um outro discurso, o do controle da mulher.

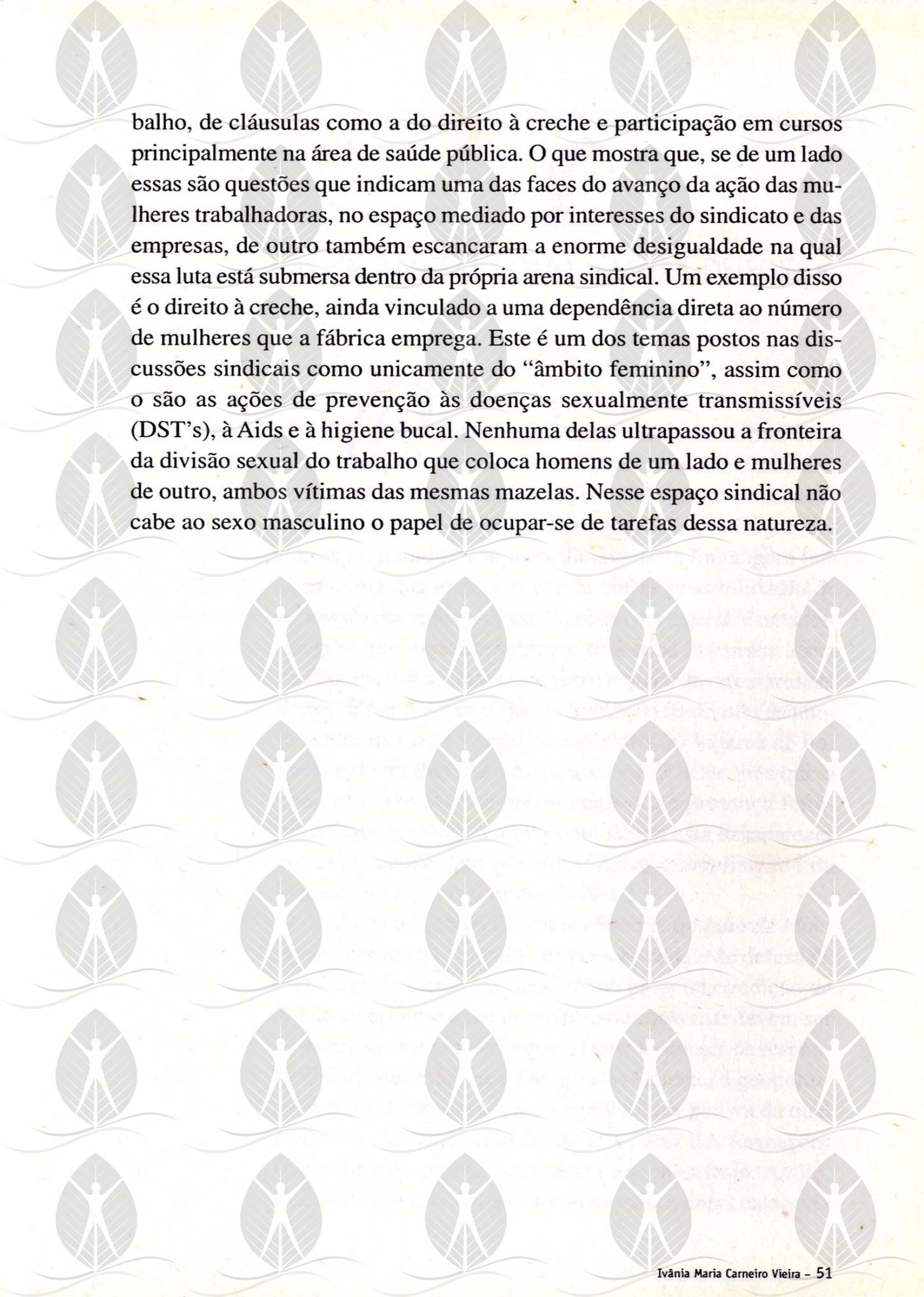
Guimarães aponta a necessidade de investimentos efetivos em educação, para que a mulher se constitua com um lugar social próprio nos domínios públicos e exemplifica o tamanho do alcance do campo de dominação ao citar que, “se observarmos os registros de fala mais pres-

tigiadas socialmente – como o cerimonial religioso, a retórica política, o discurso jurídico, a ciência e a poesia – registraremos o silêncio das mulheres, ou mesmo o seu *silenciamento*” (1999, p. 9).

Os movimentos feministas em todo o mundo têm se debruçado sobre essa sutileza ocidental que se realiza no subsumir de outras vozes e privilegia um comando no pensar e, conseqüentemente, no agir da espécie humana enraizado no androcentrismo.⁴ Em 1990, o movimento mundial de mulheres lançou uma campanha para que “Os Direitos das Mulheres sejam direitos humanos”. Seu objetivo era chamar a atenção da opinião pública para uma questão básica: a inclusão na bandeira dos direitos humanos dos direitos que dizem respeito às mulheres. A campanha recebeu 300 mil assinaturas em 123 países. O alvo dessa frente era o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Cinquenta anos depois da sua proclamação, ocorrida em 1948, as feministas italianas conseguiram, em 1998, incluir o “ponto de vista das mulheres” e dar ao documento uma nova versão, tornando concreta a presença feminina. A filósofa italiana Gabrielle Bonachi retoma a noção de apagamento do discurso feminino como condição de dominação, ao redimensionar o que está oculto, revelando-o numa outra perspectiva na qual “o ponto de vista oculto por trás do ser abstrato... é, na realidade, o ponto de vista extremamente concreto do homem ocidental, adulto, branco proprietário” (1998; jornal *Folha de São Paulo*, p. 9 – Cidadania – edição de 23 de agosto). São ações concretas que combatem esse modelo de inclusão que exclui. Várias delas estão em andamento em diferentes regiões do mundo. Um marco neste fim de século é a inversão conquistada pelas feministas italianas no histórico documento da Declaração dos Direitos do Homem. Este ato abre uma nova perspectiva fundamental. É possível criar um lugar da mulher metalúrgica no espaço ‘apertado’ do boletim do sindicato da categoria. Podemos mudar a história!

No Brasil, as lutas mais recentemente travadas pelo movimento feminista em geral, e pelas trabalhadoras metalúrgicas, em particular, estão pesadamente marcadas por demandas sociais já resolvidas em países desenvolvidos, tais como a incorporação, nas convenções coletivas de tra-

4 A expressão, segundo o *Dicionário Ideológico Feminista* (Vitória Sal), define: “o homem como medida de todas as coisas, enfoque de estudo/investigação a partir unicamente da perspectiva masculina e posterior utilização dos resultados como válidos para a generalidade dos indivíduos homens e mulheres”.



balho, de cláusulas como a do direito à creche e participação em cursos principalmente na área de saúde pública. O que mostra que, se de um lado essas são questões que indicam uma das faces do avanço da ação das mulheres trabalhadoras, no espaço mediado por interesses do sindicato e das empresas, de outro também escancaram a enorme desigualdade na qual essa luta está submersa dentro da própria arena sindical. Um exemplo disso é o direito à creche, ainda vinculado a uma dependência direta ao número de mulheres que a fábrica emprega. Este é um dos temas postos nas discussões sindicais como unicamente do “âmbito feminino”, assim como o são as ações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST's), à Aids e à higiene bucal. Nenhuma delas ultrapassou a fronteira da divisão sexual do trabalho que coloca homens de um lado e mulheres de outro, ambos vítimas das mesmas mazelas. Nesse espaço sindical não cabe ao sexo masculino o papel de ocupar-se de tarefas dessa natureza.





A LINGUAGEM COMO CAMISA-DE-FORÇA

O estudo sobre as edições do *Linha de Montagem* nos coloca diante da formulação que norteia a linguagem universalista e como esta cotidianamente, tão simples quanto a saudação “como vai?”, se insere e determina a normalidade das coisas no mundo. A universalidade desta linguagem tem como uma das marcas o veto a outras possibilidades de produção dos entes sociais. No plano mais geral, é uma linguagem que molda e submete os outros discursos à sua camisa-de-força, estabelecendo o espaço da circularidade destes. É por meio dela que a concepção da divisão de tarefas entre os sexos se realiza e constrói os lugares de homens e de mulheres no espaço social. É neste viés que o boletim *Linha de Montagem* enquadra a presença feminina, fragmentando-a a tal ponto de até esta desaparecer no texto, demarcado por uma lógica masculinizada da funcionalidade do aparelho sindical.

Ao percorrer esta estrada editorial, o *Linha de Montagem*, como instrumento de apoio às lutas e de defesa de metalúrgicas e metalúrgicos, mantém-se na condição de aliado ao sistema atual de divisão dos atos que devem ser desempenhados por homens e os que devem ser de responsabilidade das mulheres. Dentro do sindicato, a geopolítica expõe a disposição dessa engenharia subjetiva da qual a instância ideológica se utiliza e, a partir das formações discursivas do sujeito, se instaura e se manifesta. Assim, a arma de difusão das questões relevantes desta categoria

de trabalhadores – o boletim – é bem mais que um embate entre patrões e empregados, travado, de um lado, por um sindicato que há dez anos constituía-se como a fortaleza de todos os trabalhadores de Manaus. Carrega no não-dito das suas abordagens o *acobertamento-rejeição* da sua outra face, a feminina, a mesma que vai distribuí-lo nas unidades de produção e defender que seja lido por ser instrumento importante para esclarecer trabalhadoras e trabalhadores. Ela, trabalhadora metalúrgica, carrega a arma que aponta contra a sua existência ativa e o faz com o orgulho de quem ousou, primeiro, sair de casa (no interior do Estado ou na periferia de Manaus), enfrentar o universo da fábrica, depois dividir-se para atender o companheiro, os filhos, a família, lavar roupa, cozinhar, e ser militante sindical.

Como se articula essa utilização? Peter Burke e Roy Porter (1997, p. 155) nos dão algumas pistas a partir do discurso da Revolução (Francesa), historicamente situado como sendo apenas uma ferramenta de guerra entre classes, mas que revelou novas funções da linguagem, “quando se pergunta sobre como o discurso revolucionário afetou um gênero e não uma classe social”. Trata-se, na visão dos autores, de uma linguagem moldada para a guerra entre os sexos e bem-sucedida na realização do seu “programa oculto” destinado a excluir mulheres de um papel público, deixando para elas o recurso da linguagem universalista sobrevivente da Igreja.

Retomemos o contexto aparentemente mais localizado do boletim dos trabalhadores metalúrgicos de Manaus. Em princípio, todas as questões enfocadas pela publicação são previamente pautadas pela direção do sindicato, isto também ocorria naquele momento histórico (1990) que, embora tenha sido de grandes confrontações e relações tumultuadas, não deixou de ter a sua agenda de notícias. Porém, algumas questões aparecem exatamente pelas ocorrências daquele ano. Se considerarmos que nas empresas do Distrito Industrial a maioria desses trabalhadores era de mulheres e que as decisões passavam necessariamente pelo *sim* ou *não* dessas mulheres, que a *panfletagem* nas portas de fábricas dependia em parte da determinação dessas trabalhadoras em cumprir este outro serviço, enfim, que a interlocução se realizava, na base, por essas mulheres, como é que a sua inserção nesses boletins poderia se dar como apêndice, pelo silenciamento? Por que as citações feitas sobre elas as vinculavam a uma

mentalidade de coisificação dessas mulheres? O movimento dos *companheiros* possivelmente teria dificuldades enormes para realizar-se se as companheiras – a grande massa – não estivessem nele. Simultaneamente à paralisação de unidades produtivas, às assembleias e passeatas, o ‘programa oculto’ se realizava assegurando o controle da palavra. Os grandes espaços da notícia, o disciplinamento do movimento, o êxito das greves, por fábricas, tinham uma identidade assumida: *companheiros e trabalhadores*.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, composta por 63 membros, dos quais nove mulheres que ocupavam, até maio de 1999, as seguintes funções: duas na Secretaria-Executiva; uma na Secretaria de Saúde; uma na Secretaria de Política Social, e as outras cinco suplentes. Nos demais cargos – 54 – os homens os administravam. As *escolhas* nesta divisão de papéis dentro do sindicato já sinaliza para a compreensão do boletim que promove a política de eliminar as outras vozes para que um discurso prevaleça.

É nesta arena de embates pela expressão, construída como sendo um dos símbolos do exercício democrático, que as intermediações ideológicas estão manifestas. Os *companheiros* que, no início da década de 80, conquistaram o comando do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos com o compromisso de torná-lo um espaço progressista, plural; da e na luta de trabalhadoras e trabalhadores, ao estabelecerem o território no qual as manifestações da categoria devem se realizar, reproduzem a matriz ideológica da qual são participantes. Traem-se na armadilha ideológica, pois a materialidade ideológica ganha concretude no discurso, diz Brandão (op. cit., p. 37), e torna-se ato real, sem volta.

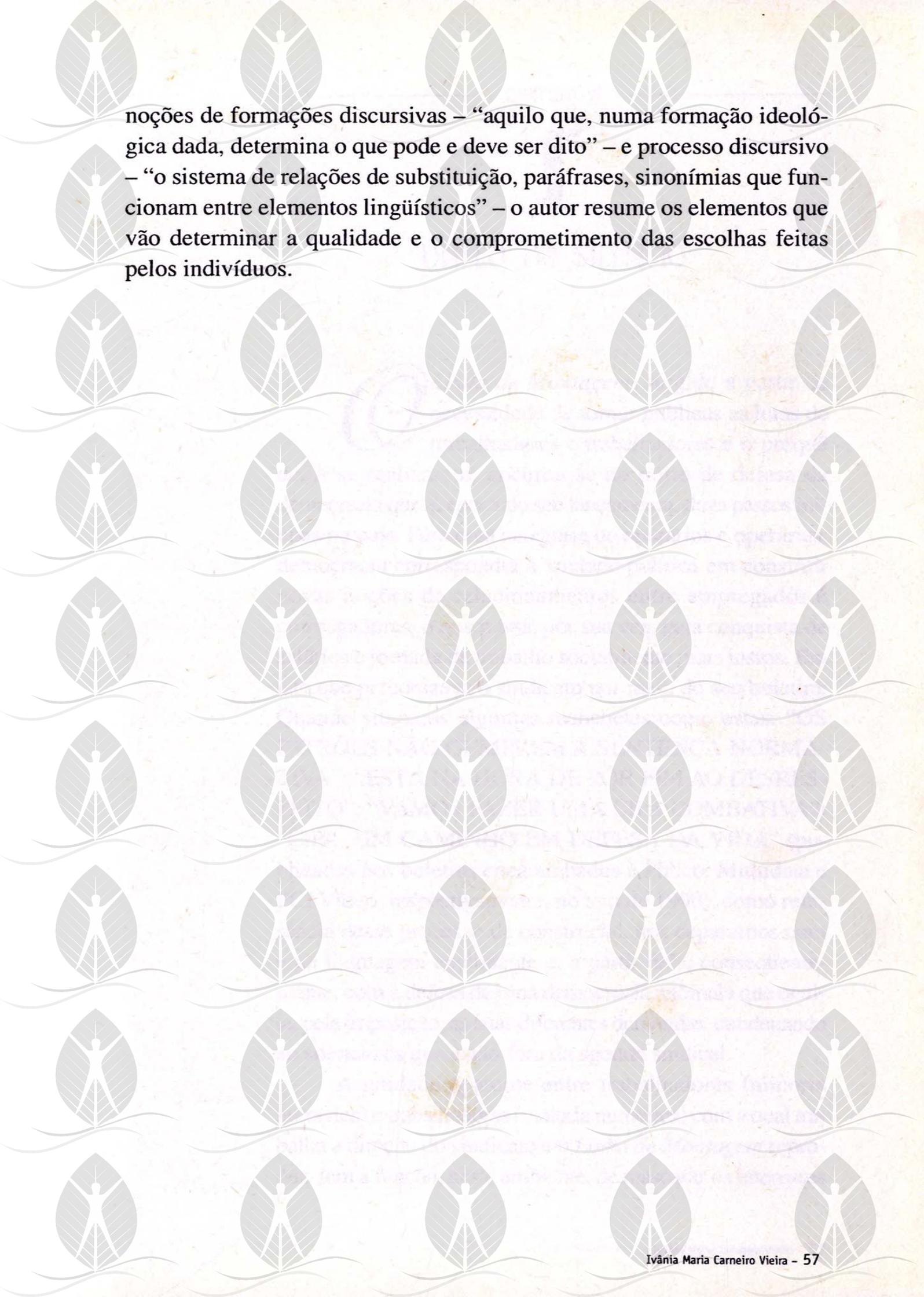
Vejamos trecho de uma matéria publicada no boletim destinado aos funcionários da fábrica Erickson, em 1990 (sem referência ao mês), que trazia como manchete: “ESTÃO QUERENDO NOS ROUBAR”. Avaliemos o trecho da matéria relacionado a esta manchete e selecionado nesta abordagem que diz: “(...) é bom que os *companheiros* lembrem que, na última semana, um operário da CCE morreu em consequência de estar fazendo hora extra (...)”.

Constata-se que a argumentação utilizada para advertir e, ao mesmo tempo, estimular trabalhadoras e trabalhadores a dizerem não à jornada extra é exercida pela predominância da coerção gramatical e está respal-

dada pelo ato de repetição de um recurso adotado, à época, como estratégia da maioria das organizações de trabalhadores do setor industrial em todo o país. Expõe novas noções de direitos e deveres da classe, como o de combater a instituição da jornada extra de trabalho, apresentada, por ela, como mecanismo de exploração da mão-de-obra e, ao montar barricadas para impedir a terceira jornada, esses trabalhadores estariam também ampliando/forçando possibilidades de abrir mais postos de trabalho. Na notícia, que utilizou o acidente de um metalúrgico da CCE, para torná-la mais envolvente, foi “esquecido” que entre os trabalhadores da CCE, uma das grandes fábricas do pólo eletroeletrônico de Manaus, e da própria Erickson, a farta mão-de-obra feminina – possivelmente o melhor argumento contra a hora extra, pelo “entendimento” de que esta tem uma outra jornada em casa como mulher, mãe, amante, esposa e filha – era quem teria de confrontar-se, dentro da fábrica, com a convocação para os turnos extras de trabalho feita pelas corporações industriais. O gênero masculino, norma correta, a ignorou.

O apagamento da fala feminina no espaço sindical não acontece por ocasionalidades, descuidos de um fazer jornalístico ou porque as companheiras que militam na organização não têm competência para “fazer frente”, no mesmo nível político, aos seus companheiros de uma luta supostamente igual para elas e para eles. Aliás, a competência cobrada às metalúrgicas como sendo uma das condições para estar presente no discurso sindical, tem fortes contornos da masculinização, envolvendo rituais de gestos, da fala, da apreensão dos *slogans* (forjados no gênero masculino) e das vestes. É preciso matar a alma feminina para que uma outra, modelada por essa argamassa, tenha autorização à fala. Ter a consciência de que este tipo de competência é uma fórmula simpática da dominação se realizar e reproduzir-se é um dos desafios postos às mulheres. Dar vida à alma feminina exige ter coragem de confrontar-se com as diferentes *performances* que o jogo da dominação utiliza.

No terreno sindical é possível identificar, como impressões digitais de seus “autores”, as armas com as quais duelam os sexos, mediadas por um discurso que se anuncia como igualitário e enuncia-se na proibição de outras vozes. Pêcheux (1997, p. 159) dá a medida exata desta condição, ao afirmar que é a ideologia que, por intermédio do hábito e do uso, designa ao mesmo tempo “o que é e o que deve ser”. Ao desenvolver as



noções de formações discursivas – “aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito” – e processo discursivo – “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias que funcionam entre elementos lingüísticos” – o autor resume os elementos que vão determinar a qualidade e o comprometimento das escolhas feitas pelos indivíduos.





DUELO DO SILÊNCIO

O *Linha de Montagem*, surgido a partir da necessidade de tornar públicas as lutas de trabalhadoras e trabalhadores e o porquê delas se realizarem, ancorou-se no porto de defesa da democracia que, à época do seu lançamento, dava passos iniciais no país. Para essa categoria de operários e operárias, democracia correspondia à vontade política em construir novas noções de relacionamentos entre empregados e empregadores, o que passa, por sua vez, pela conquista de salários e jornada de trabalho socialmente mais justos. Era isto que preconizava o sindicato por meio do seu boletim. Quando situamos algumas manchetes como estas: “OS PATRÕES NÃO CUMPREM A SENTENÇA NORMATIVA”; “ESTÁ NA HORA DE PÔR FIM AO DESRESPEITO”; “VAMOS FAZER UMA CIPA COMBATIVA”; “CIPA, UM CAMINHO EM DEFESA DA VIDA” (publicadas nos boletins encaminhados à Philco, Multidata e PCI Vídeo, respectivamente, no ano de 1990), como referência desse processo de construção, nos deparamos com uma linguagem excludente e, a partir dela, conseqüentemente, com a defesa de uma democracia anômala que oculta, pela imposição, as suas diferentes demandas, condenando ao silêncio as que estão fora da agenda sindical.

A unidade aparente entre trabalhadores (minoría numérica) e trabalhadoras (maioría numérica) com a qual trabalha a direção do sindicato e o *Linha de Montagem* reproduz, tem a função, neste ambiente, de mascarar os interesses

que se digladiam nesse espaço forjando, para a opinião pública, a constituição de uma frente de luta sintonizada, o consenso intersubjetivo. Trabalhadoras e trabalhadores são, nesta representação, porta-vozes de ideais comuns. O fato de que eles discursam, de ter, *a priori*, o lugar instituído, e elas a tarefa de entregar os panfletos, só emerge quando uma outra leitura é realizada. Na estratégia sindical, a unicidade pregada tem o nome da imposição de um poder comandante e masculino, sobre comandadas. A expressão/participação da mulher nesta publicação insere-se em um plural/individualizado que a inclui para anular a sua presença. Como maioria numérica, são essas trabalhadoras como parte amorfa do universo criado e demarcado pelos seus companheiros que ainda estão por construir um novo *companheirismo* no cotidiano e a partir deste nas páginas do seu boletim. A realização desta obra reclama necessariamente o situar-se numa outra história, que muda o mapa das coisas e da cultura e provoca alterações profundas naquilo que hoje é o correto da gramática ocidental. É o aprender que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição não existe em si mesmo, são as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual estas se reproduzem que o vão determinar” (Pêcheux, 1977, p. 160).

Assim é que as metalúrgicas passam a ser redimensionadas no espectro *trabalhadores e companheiros*. Esta outra face é assumida como a face delas constituindo a norma identificadora por meio do hábito e das evidências fornecidos pela ideologia. Nos últimos 3 mil anos, a civilização ocidental e suas precursoras apoiaram-se, segundo Capra (1982, p. 27), em sistemas filosóficos, sociais e políticos “em que os homens – pela força, pressão direta ou através do ritual, da tradição – determinam que papel as mulheres devem ou não desempenhar, e, no qual, a fêmea está em toda parte submetida ao macho”.

Um documento divulgado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos, em 1998, mostra que o apagamento dessas vozes tem um eixo antigo na história da humanidade. Diz o texto: “os homens detêm 90% do espaço nas representações políticas; de cada 100 propriedades existentes no mundo apenas uma pertence às mulheres que também são as maiores contribuintes da economia”. A globalização,⁵ berço no qual se embalam

5 A globalização não é um acontecimento recente. Ele se iniciou nos séculos XV e XVI, com a expansão marítima-comercial européia, conseqüentemente a do próprio capitalismo e continuou nos séculos seguintes. O que diferencia aquela globalização ou mundialização da atual é a velocidade e abrangência de seu processo, muito maior hoje.

as economias de mercado, torna mais urgente as tarefas dos que assumiram o desafio de estudar este campo e discutir em torno de uma nova perspectiva nas relações de gênero, onde secretárias, recepcionistas, aeromoças, enfermeiras e donas de casa – a mulher –, conquistem outras inserções além da execução de tarefas que “tornam a vida mais confortável e criam a atmosfera em que os competidores podem triunfar”.

A mulher que conquistou neste fim de século maior visibilidade no mercado de trabalho é a mesma ser convocada a dar respostas múltiplas a uma série de atribuições; a que forçou a sua presença nos postos antes exclusivos aos homens, mas também é a que é remunerada com valores mais baixos; é a mais requisitada pelas fábricas de produtos eletroeletrônicos, não para ocupar papéis-chave dentro dessas organizações, permanece comandada, identificada como sendo “os nossos funcionários”. A estu-penda visibilidade desta presença, fotografada ora no Sindicato dos Metalúrgicos ora na redação de um jornal, tem sido usada, inclusive pelos produtores das ciências, para comprovar o progresso feminino neste planeta. De fato é inegável o “avanço” quando nós mesmos recorremos aos números, neste trabalho, para estudar o lugar de presença feminina nos espaços públicos. Parece-nos que esta percepção, pelo viés numérico, nos impõe uma nova sutileza: a de respaldar um tipo de desenvolvimento que mascara outras formas de dominação. Um outro fato que emerge nesta realidade é o de que mulheres e homens estão diante de um desafio ameaçador não mais do gênero e sim da espécie que é a feminização da pobreza e esta tem raízes diretamente vinculadas ao modelo excludente tão bem realizado pelas sociedades ocidentais.

O *Linha de Montagem*, compreendido como o espaço conquistado de manifestação de metalúrgicos e metalúrgicas, em Manaus, configura-se como mais um veículo de realização de uma violenta política de silenciamento da voz feminina e é parte de uma modalidade do discurso autoritário transportado por este instrumento de comunicação. Embora tenha nuances particulares, a sua sustentação tem esteio longo, antigo e braços interligados em diferentes regiões do mundo. Não é aleatório o fato de que, no Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, os discursos primem por ambigüidades, como a que foi veiculada pelo *Linha de Montagem*, n.º 64, de agosto/90 – “Companheiros, no primeiro dia da nossa greve geral os patrões já sentiram o peso da revolta dos trabalhadores” –, que negam

o lugar social próprio das mulheres, reproduzindo hoje a *performance* que orientou, no passado, autores dos documentos históricos das humanidades. A norma editorial do boletim está impregnada do que Orlandi identifica como sendo “uma ideologia da comunicação, do apagamento, do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas, que se expressa pela urgência do dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano” (1993, p. 37).

O “peso da revolta dos trabalhadores”, a que se refere o boletim de agosto de 1990, estava ancorado na adesão à greve de metalúrgicos e metalúrgicas de grandes empresas, como a Gradiente, a Sharp, Sanyo, Philco, entre as 28 indústrias citadas pelo mesmo número do *Linha de Montagem* na relação das “fábricas paradas”. Essas unidades de produção também eram as que empregavam o maior número de mulheres para desempenharem a função de montadoras. Foram, pois, as mulheres, durante o movimento por reajuste salarial, que garantiram a realização da revolta dos trabalhadores naquele mês e nos meses seguintes, mas estão subsumidas nas edições da publicação que registraram os acontecimentos. Eram a multidão sem fala que enfrentava o empresariado e a sua polícia e operava o poder do sindicato.

Esse poder atribuído à direção sindical, que, por sua vez, vai determinar o dizer do *Linha de Montagem*, não deve aqui ser compreendido como potencial restrito a uns poucos e sim, na dimensão do sentido foucaultiano, como um exercício “a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (1985, p. 90). Nas relações do poder, a sexualidade, como indica Foucault (ibidem, p. 98), não é um elemento mais rígido, mas um dos mais dotados da maior instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras, servindo de apoio às mais variadas estratégias e é também o que Ricœur (1995, p. 18) chama de “efeito com valor de sentido”. As armas para combatê-lo, ensina Barthes (1983, p. 73), estão na mais eterna das instituições humanas, que é a linguagem.



SER MULHER - A BARREIRA ENTRE VER E FAZER

Como as mulheres que ocuparam ou ocupam cargos decisórios no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus⁶ se vêem neste espaço? Qual o entendimento que têm sobre o *Linha de Montagem*, sentem-se contempladas em suas exigências? Que leitura fazem da relação que mantêm com seus companheiros de movimento sindical e da democracia que exercitam? Essas questões nos levaram a buscar algumas dessas mulheres, revisitá-las, cerca de dez anos depois da grande crise de 1990 na ZFM e ouvir seus relatos, tomados entre um ato e outro de seus afazeres, nos dias 17 e 19 de maio de 1999, na sede do sindicato, na rua Duque de Caxias, bairro Cachoeirinha, zona central de Manaus. Falar de algo tão íntimo e difícil – como o reconhecer-se como expressão silenciada na condução da política sindical da qual eram partícipes – foi para elas como lidar com um tema perigoso, quase proibido, que deveria ser tratado longe da presença masculina. Algumas delas, no sucinto e no cuidado extremo com o que iam dizer, revelaram o medo de sofrer represálias por parte de seus companheiros de sindicato. Em dez anos, a realidade não se alterou, pelo contrário, o silenciamento delas se ampliou.

6 O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus tem uma diretoria composta por 63 membros. Nove são mulheres, sendo duas na Secretaria Executiva, uma na Secretaria de Saúde, outra na Secretaria de Política Social e as demais são suplentes, de acordo com informações dadas pela diretoria da organização.

Os depoimentos⁷ desse grupo de trabalhadoras nos remetem a uma espécie de sentimento de melancolia não esclarecida. Esta não se identifica nem como referência – saudosa – do passado recente de lutas no qual estiveram diretamente envolvidas, nem como de uma época em que tenham se sentido “portadoras da mensagem”. Talvez porque, como hoje, nas greves históricas da metade da década de 90, tenham sido diluídas na identidade companheiros ainda que, nos recortes da história – a greve da Gradiente da Amazônia, em 1985, é um exemplo –, tenham sido as mulheres as grandes condutoras do movimento. Eram elas que encontrávamos, ao fazermos matérias jornalísticas sobre greves e manifestações, debaixo das mangueiras, próximo à entrada da fábrica, aproveitando a sombra aconchegante e solidária para descansar depois de horas de confrontos com os representantes dos empresários e da sua polícia. Não sabiam que também tinham, ali, uma outra batalha, mascarada, com os companheiros de luta. É provável que esta tristeza no dizer seja a outra forma da constatação de que não existiram enquanto gênero, mas sim como a massa de humanos identificada com a etiqueta: trabalhadores metalúrgicos de Manaus.

Quando falam de seus companheiros e da relação que exercitam com eles, enunciam a dificuldade de reconhecer neles a prática da dominação sobre elas “(...) é difícil dizer isso dos companheiros, mas é assim mesmo”, comentou Antônia Cândida da Silva, ao atribuir a ausência da mulher no *Linha de Montagem* ao fato de a maioria dos membros da diretoria do sindicato ser formada por homens, o que para ela, é a expressão do machismo. Antônia Cândida da Silva é de Manaus (AM), é secretária de Política Social do Sindicato e coordenadora da Comissão da Mulher Metalúrgica. Vejamos o que diz: “Quando temos matéria, não temos espaço assegurado no *Linha de Montagem*. Para trabalhar o assunto que propomos é preciso que se tenha consciência (referindo-se aos seus companheiros de diretoria e a falta de sensibilidade deles). Aguardar três/quatro meses por um espaço no boletim, que é quinzenal, é muito complicado. Por que não temos espaço? Acho que é porque a maioria da diretoria do

7 Depoimentos feitos por seis metalúrgicas à autora deste trabalho, nos dias 17 e 18 de maio de 1999, quatro deles na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus, e os outros dois, colhidos nas fábricas, com trabalhadoras que não têm vínculo com o sindicato, mas que nos interessava ouvi-las sobre o sindicato e o jornal por ele produzido.

sindicato é homem, prevalece o machismo deles, é difícil dizer isso dos companheiros, mas é assim (...). A saída para nós é fazer o que estamos tentando fazer, que é discutir nossa forma de atuação. Queremos trazer 30 mulheres para a direção do sindicato”.

Mudaria essa realidade se a representação, dentro das instâncias de comando do sindicato, fosse invertida? Isto é, se entre os 63 membros da diretoria, nove fossem os cargos ocupados por homens e os demais, 54, por mulheres? Este embate não se resolve nos números e sim nos meandros da história social de metalúrgicas e metalúrgicos. “O lugar e o tempo são realidades construídas socialmente” (Correia, 1996, p. 17) onde a categoria tempo, no processo de produção, é uma mercadoria vendida ora para lembrar, ora para esquecer de acordo com os interesses em jogo. Quanto a inversão numérica, não se está fazendo, aqui, alusão negativa ou minimizando uma outra questão posta pelo movimento feminista, que é a instituição da cota (vaga) obrigatória destinada às mulheres, nas diferentes organizações representativas, onde a presença masculina predomina. Esta é uma bandeira do movimento e a sua instauração é vista como uma conquista, mas é também um indicador de que a mulher, como parte das minorias, precisa municiar-se de diferentes mecanismos para ter assegurado o seu lugar público.

A falta de espaço, no *Linha de Montagem*, “para mostrar a mulher no movimento dos trabalhadores”, reclamada por Emília Maria Santana Valente, situa a anterioridade de um espaço fechado à fala feminina. A metalúrgica Emília Maria Santana Valente é de Monte Alegre (PA), trabalha há nove anos na Phillips da Amazônia, no setor de Recuperação de Materiais; é secretária de Saúde do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. Ao ser entrevistada por nós, disse: “Falta o espaço para mostrar a mulher no movimento. O que conseguimos é divulgar algumas informações, uma vez por ano, no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Eles (a direção masculina do sindicato) sempre alegam que têm matérias mais importantes e nossas questões vão ficando... Há três anos organizamos uma campanha de esclarecimento sobre o câncer do colo do útero. O boletim era importante para divulgar esse trabalho. Depois de muita discussão com a diretoria, conseguimos uma edição do jornal, mas das 50 mil edições que saíam normalmente, esta foi reduzida para 20 mil. Talvez porque a direção entendesse que esse assunto interessaria a um público feminino e, por isso,

mais reduzido... O pensamento deles é mais ou menos assim: ‘é sobre mulher, então, vocês que se virem’. Essa postura reduz, em muito, o apoio que poderíamos ter do sindicato. Um exemplo disso é a condução (meio de transporte): quem comanda (está autorizado e sabe dirigir o carro) são os homens. Na negociação do acordo coletivo, as cláusulas que tratam das questões femininas acabam sendo facilmente descartadas. Eles não brigam por elas”.

O boletim apenas imprime, em tamanho menor, nas suas páginas, a identidade já anunciada da exclusão maior, escamoteada pela linguagem que referenda a concepção masculina como estilo de fazer a história. Trata-se, pois, de uma ‘tradição inventada’, regulada por regras tácitas, que tem, de acordo com Hobsbawn (1997, p. 10), dupla função, a de motor e volante, que “utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (ibidem, p. 21).

Solange Oliveira recorda que seus superiores (na fábrica onde trabalha) não costumam “levar em consideração as nossas opiniões” e comenta: “É como se não contássemos”. Solange Oliveira, 26 anos, é de Manaus (AM), começou a trabalhar no Distrito Industrial aos 13, foi funcionária da CCE, da Gradiente e hoje é líder de Produção (chefia um grupo de homens no turno da noite) da Samsung Display Devices. Diz ela: “Não conheço o boletim (referindo-se ao *Linha de Montagem*). O que posso dizer, a partir da minha experiência em trabalhar em fábrica, é que, de um modo geral, nossos superiores não levam em consideração nossas opiniões, ainda que estejamos em um cargo de comando, como é o meu caso. É como se não contássemos para eles”. E contam? Na fábrica a gramática da dominação as apresenta como “nossos funcionários” e “nossos trabalhadores”, mesmo que sejam quinze mulheres e um homem – substantivos de dois gêneros – que, por exigência da norma gramatical correta, obriga o adjetivo referente ser o masculino plural. Elas existem sim, como um número e uma condição que as mantêm no “cantinho da página” do boletim e dos acontecimentos históricos, como referências episódicas. É nesta dimensão que elas contam. São a “prova” da conta deles.

Uma outra dimensão, participante ativa dessa compreensão na qual se alimentam as armadilhas da dominação, são, dentro do Sindicato dos Metalúrgicos e, conseqüentemente, dentro do seu boletim, “as questões de mulheres”. Há um muro erguido em torno desse tema. Em

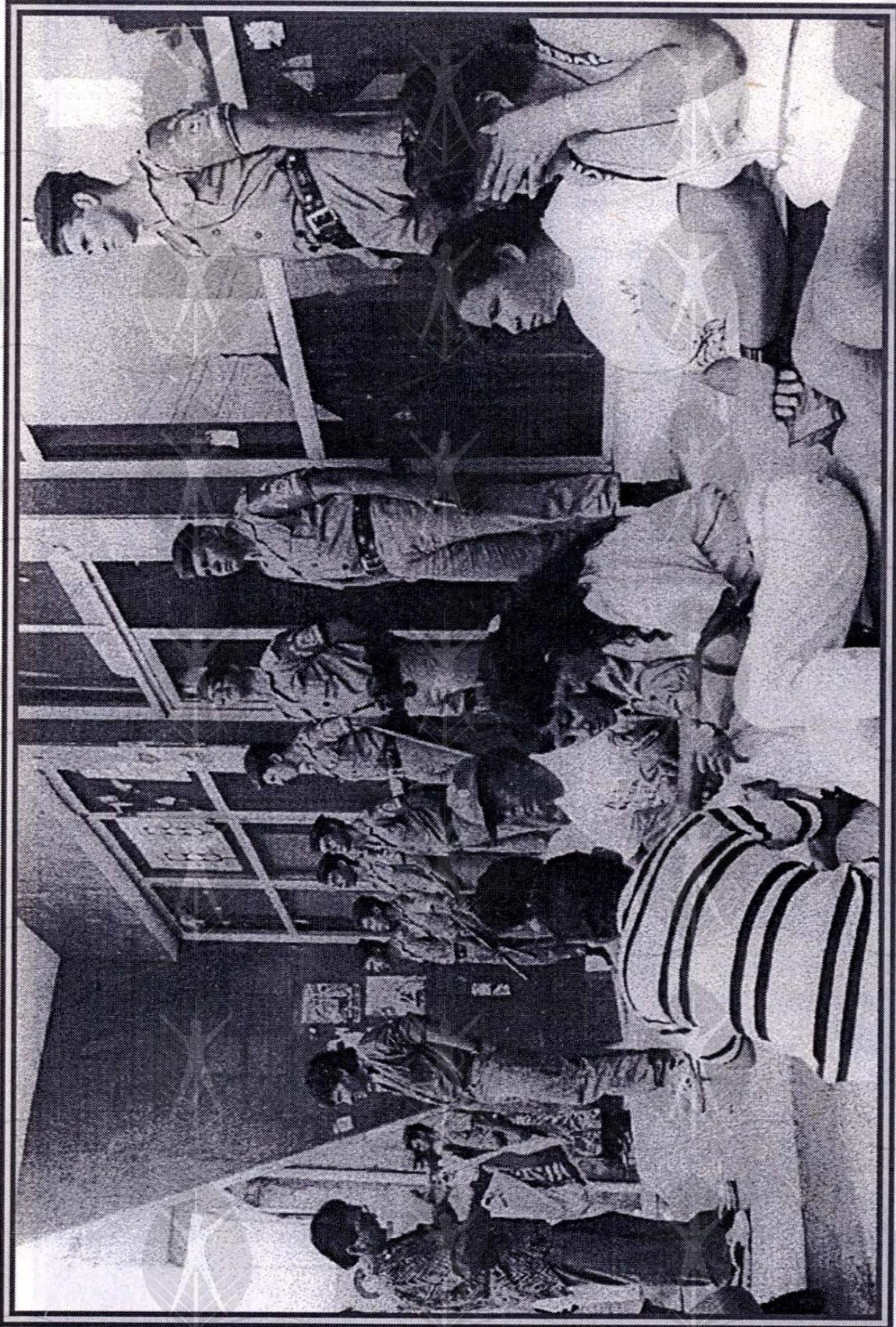
1984, a ação do movimento feminista no Brasil garantiu, como política nacional e princípio fundamental, o acesso integral à saúde reprodutiva, no entanto, em 1990 e em 1999, como evidenciam os depoimentos aqui referidos, no Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, as campanhas preventivas às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), à Aids, ao câncer do colo do útero e da mama, e as reivindicações por creches eram “questões de mulher” e como a mulher metalúrgica não a agenda das prioridades sindicais, conseqüentemente, essas demandas vinham a reboque ou eram ignoradas e, assim, os macroproblemas da categoria, a urgência do hoje do comando sindical, passou a ser também delas.

O ato de fazer acontecer, reclamado por Socorro Carioca, uma das nossas entrevistadas, neste trabalho, desnuda o longo caminho a ser percorrido na estrada da cultura encapada em um universo de gestuais que normatizam o exercício da dominação. A seguir, seu depoimento: Maria do Socorro Rodrigues Carioca é de Manaus (AM), ex-metalúrgica, é funcionária do sindicato e membro da Comissão da Mulher Metalúrgica: “Falta mais impulso, o *Linha de Montagem* está muito enfraquecido. A luta das mulheres enfraqueceu e, olha, aqui (referindo-se ao sindicato e à cidade de Manaus,) já fomos referência. Há quatro anos, tínhamos no sindicato uma assistente social que brigou muito pela creche. O fruto desse trabalho foi o aumento da oferta do número de vagas e, graças a esse briga, pulamos de 600 para 1.200 (...). Acho que falta maior empenho da nossa parte. Veja, nossas matérias, quando são publicadas, ficam sempre no cantinho da página. A situação hoje está muito mais complicada com o enfraquecimento dos sindicatos, o crescimento do desemprego e isso, junto, se reflete na fragilização da luta das mulheres”.

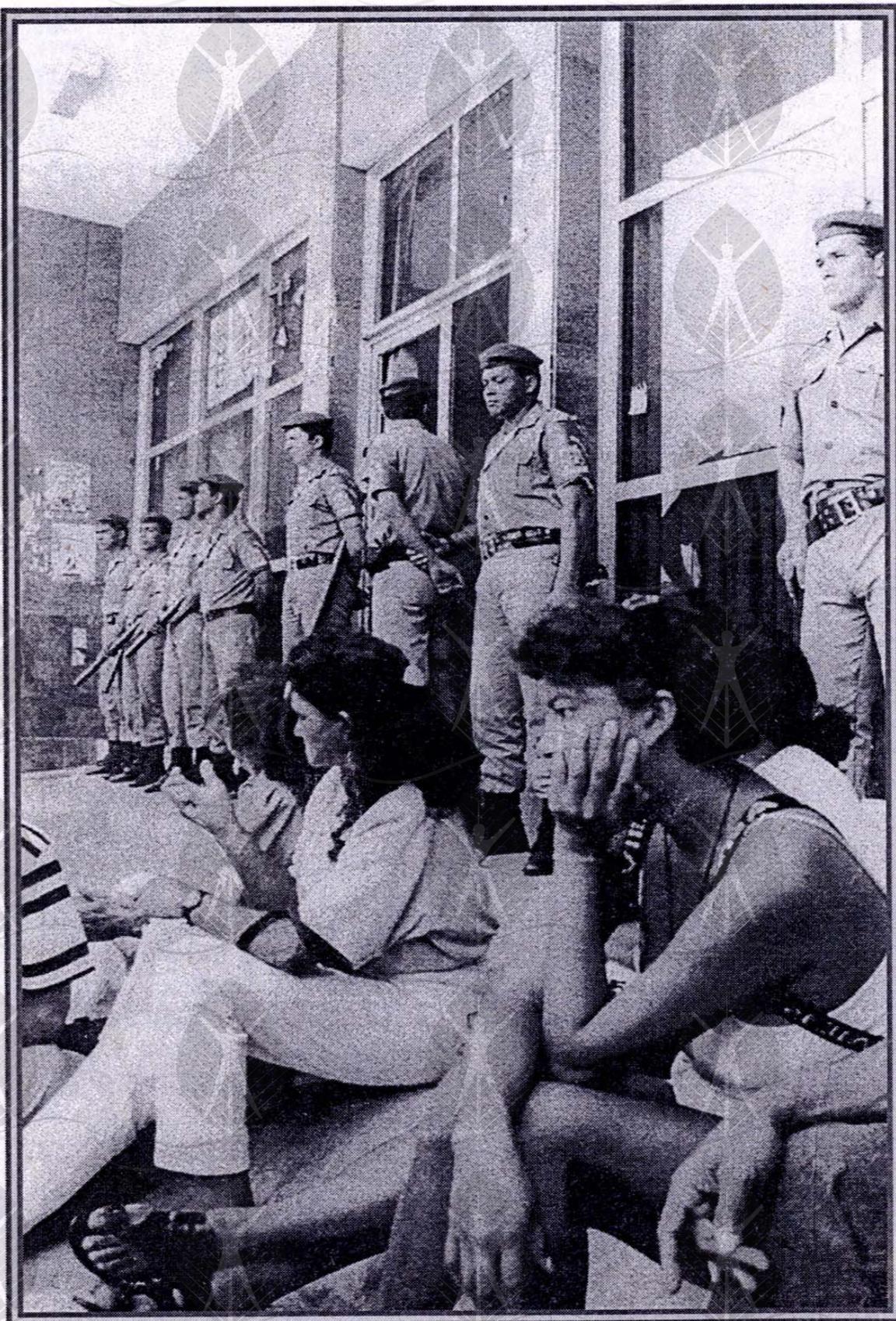
A categoria tempo é a interlocutora dos atos ritualísticos, calendários e da memória dos acontecimentos sociais. Como é a instância do discurso que ordena o tempo, campo de confronto – reprodução/resistência – para a formação dos novos sujeitos sociais, a hora de fazer acontecer é um realizar-se no ritmo da compreensão que não é igual a reconhecer um sentido, mas apreender a singularidade num contexto particular. Vejamos, nos depoimentos recolhidos, como as metalúrgicas manifestam-se em torno do “seu” sindicato e do “seu” meio de comunicação, o *Linha de Montagem*.



Greve de 1985. Trabalhadores da Gradiente da Amazônia descansam próximo à entrada da fábrica, no Distrito Industrial de Manaus.



1992 - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Manaus. Nas greves históricas, eram as mulheres as condutoras do movimento, embora tenham sido diluídas na identidade *companheiros*.



1992 – Sindicato dos Metalúrgicos. As mulheres faziam parte da multidão sem fala que enfrentava o empresariado e a sua polícia e operava o poder do sindicato.



ATÉ QUE A VOZ SE SOLTE

A trama na qual se enreda a dominação, o “fio sem fim” no dizer de Althusser, utiliza-se e realiza-se em boletins, como o *Linha de Montagem*, que constituem as “frações de partidos” (Gramsci, 1981, p. 124) igualmente expostas a converterem-se em “órgão de polícia” quando assumem a função regressiva/repressiva e de mero executante (ibidem, p. 125). É esse engendramento que permite à estrutura dominante se reproduzir num contínuo histórico. O silenciamento/apagamento da mulher metalúrgica, no discurso sindical, é um indicador de que as regras da ordem estabelecida, da submissão, estão sendo operadas pela palavra, pela ideologia, com todo vigor.

Ao reconhecer na concordância nominal a instância para desenvolver seu texto, no *Linha de Montagem*, a direção do sindicato deixa-se trair pela sua formação histórico-discursiva e enuncia-se como participante da “cultura do machismo”, tão profundamente entranhada nas almas de homens e mulheres. Os “companheiros trabalhadores”, listados nas 53 edições específicas do boletim, não atendem às leis da gramática e ponto final, como aprendemos logo nos primeiros ciclos escolares. Pelo contrário, são a continuidade do ponto que inscreve, de forma competente, a sua história na perspectiva da sujeição de um sexo. O genérico masculino é um dos instrumentos da gramática que inclui para, ideologicamente, excluir.

Os lugares de expressão da mulher estão por ser conquistados, numa luta incessante, não na limitação de uma única conquista, como ocupar funções antes ocupadas pelo homem, mas exatamente na significação da atitude que carrega consigo o *ethos* da mudança e propõe uma reinvenção do mundo. A visibilidade, comprovada, hoje, por números e gráficos, esconde o silenciamento e induz a uma acomodação estratégica que tenta assegurar a normalidade das regras. É importante ao mercado e aos estudiosos apreender os números dessa corrida feminina. Os primeiros o fazem pela motivação de identificar novos horizontes para seus negócios na reestruturação do mercado, os segundos por necessidade de ofício – um outro negócio –, mas que podem até ser parceiros no difícil exercício de ousar desvelar esta dominação, de aprender a discordar da concordância nominal. No *Linha de Montagem*, o desafio passa por essa compreensão. Não é o espaço do boletim comprometido com “notícias mais importantes” que yeta a presença feminina, é o comprometimento anterior a ele, dos que autorizam a agenda e a pauta, que se revela determinando quem tem direito à palavra. As metalúrgicas são captadas, pelo/no boletim, como um número literalmente masculino capaz de produzir infográficos que vão sugerir um poder de força espetacular. No contexto, estão silenciadas, têm o lugar da sujeição. A “luta pela expressão” para qual nos convoca Holanda (1992, p. 88), é a questão fundamental que aparece como exigência a ser resolvida pela sociedade. E, nesta arena, não adianta querer aumentar o tamanho do boletim, transformá-lo, por exemplo, em um jornal grande ou numa revista de muitas páginas. Não é nesse território que o inimigo reside.

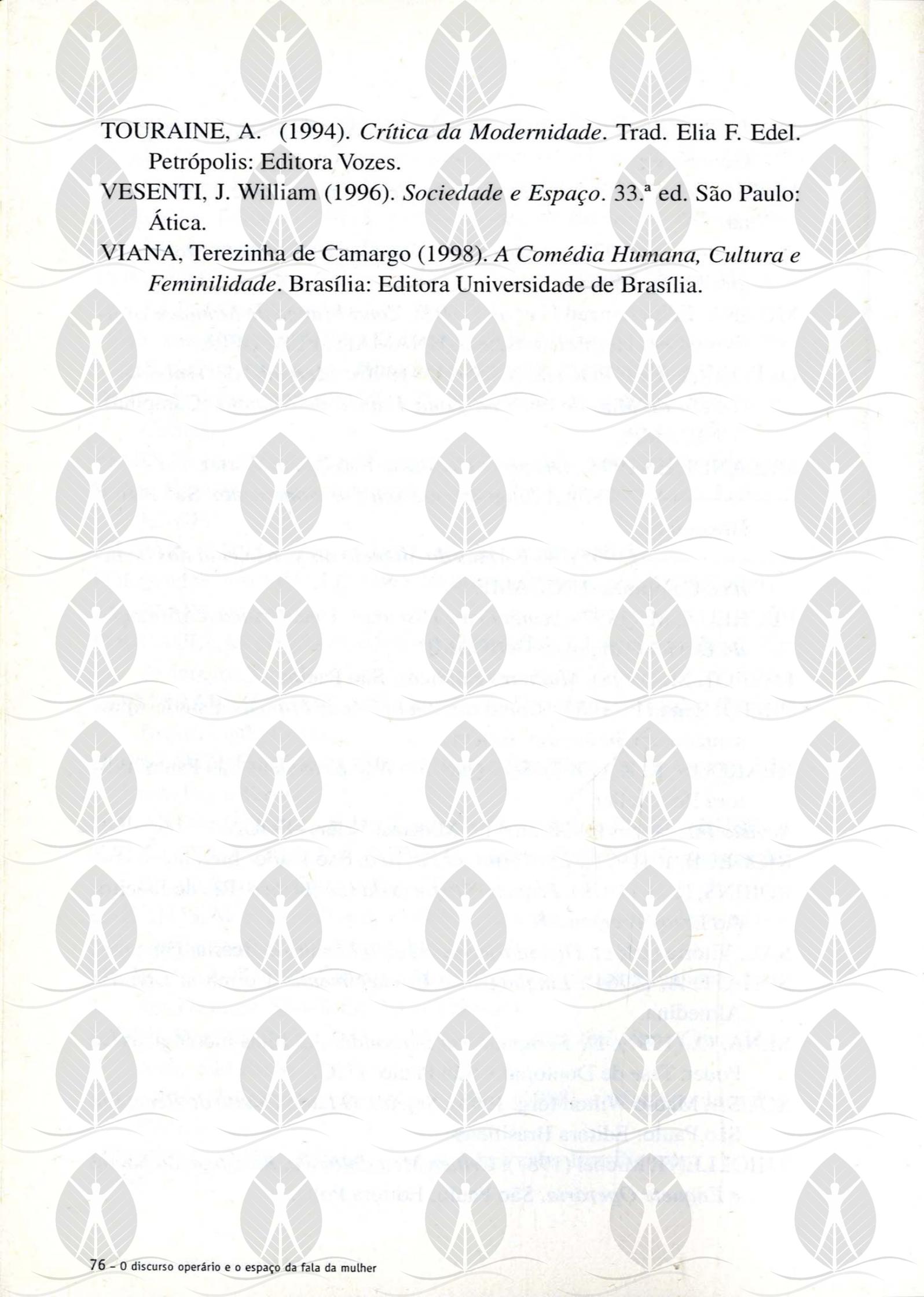
A inserção desta outra voz e de um outro espaço plural exige desvelar a “alma” masculina da linguagem e ter a coragem de pensar e realizar, quem sabe construir um outro planeta que não seja de homens, e sim da espécie humana, instaurando novos meios de convivência entre si e com as demais espécies com as quais esta se relaciona. Isto nos põe diante de uma tarefa que tem no tempo de agora a sua possibilidade de realização, e, como sugere Pêcheux (op. cit., p. 304), só começará a se tornar concreta quando *ousarmos nos revoltar e pensar por nós mesmos*. É na compreensão desta possibilidade que o companheiro e a companheira estarão instituindo um outro espaço de expressão, criando a gramática que vai incluir para inscrever uma nova História.



- ADORNO, T. W. (1995). *Emancipação e Educação*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- ALTHUSSER, L. (1992). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- BAKHTIM, M. (1981). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BARTHES, Roland (1977). *Elementos de Simiologia*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Cutrix.
- BENVENISTE, Émile (1989). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes.
- BOURDIEU, P. (1974). *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Ática.
- BRANDÃO, H. (1997). *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP.
- BUENO, F. S. (1985). *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11.^a ed. Rio de Janeiro: FAE.
- BURKE, P. e PORTER, R. (1997). *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora UNESP.
- CADERNO MAIS (1988). Jornal "Folha de São Paulo", p. 9 – Cidadania. São Paulo.
- Cadernos do Observatório n.º 1 (março, 2000). I Base/Observatório da Cidadania. São Paulo.
- CALIÓS e MARANHÃO, S. (1996). *Mulher, Habitat e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP.
- CANO, W. (1995). *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional*.
- CARTILHA DA CNTM (1993). *Mulheres e Luta é Uma Só*. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.
- CARVALHO, C. (1997). *Para Compreender Saussure*. 7.^a ed. Petrópolis: Editora Vozes.

- CASTELLS, M. (1999). *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHAUÍ, M. (1993). *Cultura e Democracia*. 6.^a ed. São Paulo: Editora Cortez.
- CORREIA, Teodósia Sofia L. (1996). *Tempo de Escola... e Outros Tempos*. Manaus: Editora da UA.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1981). *Gramsci*. Porto Alegre: Editora L&PM Cunha Fachini.
- DIAS, Ana Rosa F. (1996). *O Discurso da Violência. As Marcas da Oralidade no Jornalismo Popular*. São Paulo: Cortez Editora.
- DUBOIS, Jean e outros (1998). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- ELGIN, S. H. (1981). *Que é Lingüística?* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ELIA, S. (1987). *Sociolinguística: Uma Introdução*. Rio de Janeiro: EDUFF.
- FILIPAK, F. (1984). *Teoria da Metáfora*. Curitiba: HDV.
- FOLHA DE SÃO PAULO (30/5/1999): Caderno Especial (Trabalho) – São Paulo.
- FOUCAULT, M. (1985). *História da Sexualidade I. Vontade do Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- GUIMARÃES, E. (1995). *Os Limites do Sentido*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- HOBSBAWN, Eric (1997). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- HOLANDA, L. (1992). *Sob o Signo do Silêncio*. São Paulo: EDUSP.
- KATZ, C. S. e DORIA, F. A. (1971). *Dicionário Crítico de Comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- LAKATOS, M. e Musgrave A. (1979). *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Editora Cultrix.
- LANA, A. e L. G. (1995). *Antes o Mundo Não Existia*. Mitologia dos Antigos Dessana. São Gabriel da Cachoeira.
- LANDI, R. e DIFEL, F. (1985). *A Linguagem como Trabalho e Como Mercado*. São Paulo.
- Manual de Redação do Jornal A Crítica* (1998) – Manaus: Jornal A Crítica.
- MOISÉS, L. (1983). *Roland Barthes*. São Paulo: Brasiliense.

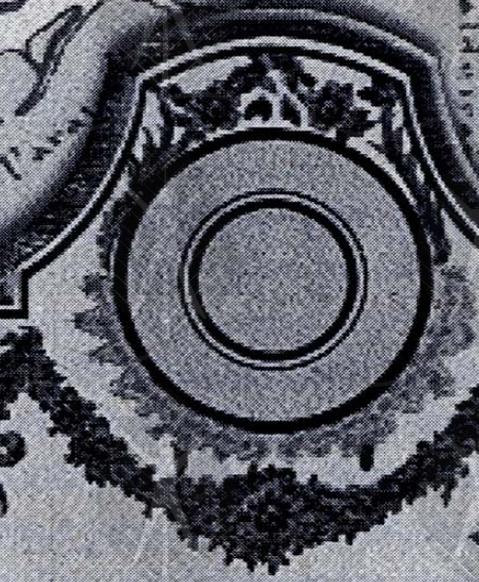
- MONTENEGROS, A. (1981). *Ser ou Não Ser Feminista*. Petrópolis: Guararapes.
- MORIN, Edgar (1991). *O Método 4. As Idéias*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- _____. (1973). *O Método. A Natureza da Natureza*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- MOURA, Edila Arnaud F. et al. (1993). *Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletrônica*. Belém: UNAMAIS, FUA, UFPA.
- OLIVEIRA, C. e POCHMANN, M. (1996). *Mercado de Trabalho e Gestão de Mão-de-obra na Zona Franca de Manaus*. Campinas: IUNICAMP.
- ORLANDI, E. (1993). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1983). *A Linguagem e Seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995). *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. Campinas: UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1997). *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: UNICAMP.
- PERROT, M. (1998). *Mulheres Públicas*. São Paulo.
- PINTO, Renan F. (1986). *Como surgem as Zonas Francas*. Estudo Apresentado em Seminário. Belém.
- REARDON, K. K. (1997). *Será Que Eles Não Entendem*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Revista Intertextos* (1998). n.º 12. Manaus: Valer – EDUA.
- RICOEUR, P. (1991). *Em Torno ao Político*. São Paulo: Loyola.
- ROBINS, R. H. (1979). *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico AS.
- SAL, Vitória (1981). *Dicionário Ideológico Feminista*. Icaria, Espanha.
- SCHAFF, A. (1964). *Linguagem e Conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina.
- SENA, O. (1997). *De Fernando em Fernando: As Teias Ideológicas do Poder*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- SOUSA, Mauro Wilton (org. 1995). *Sujeito, O Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- THIOLLENT, Michel (1987). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Editora Polis.



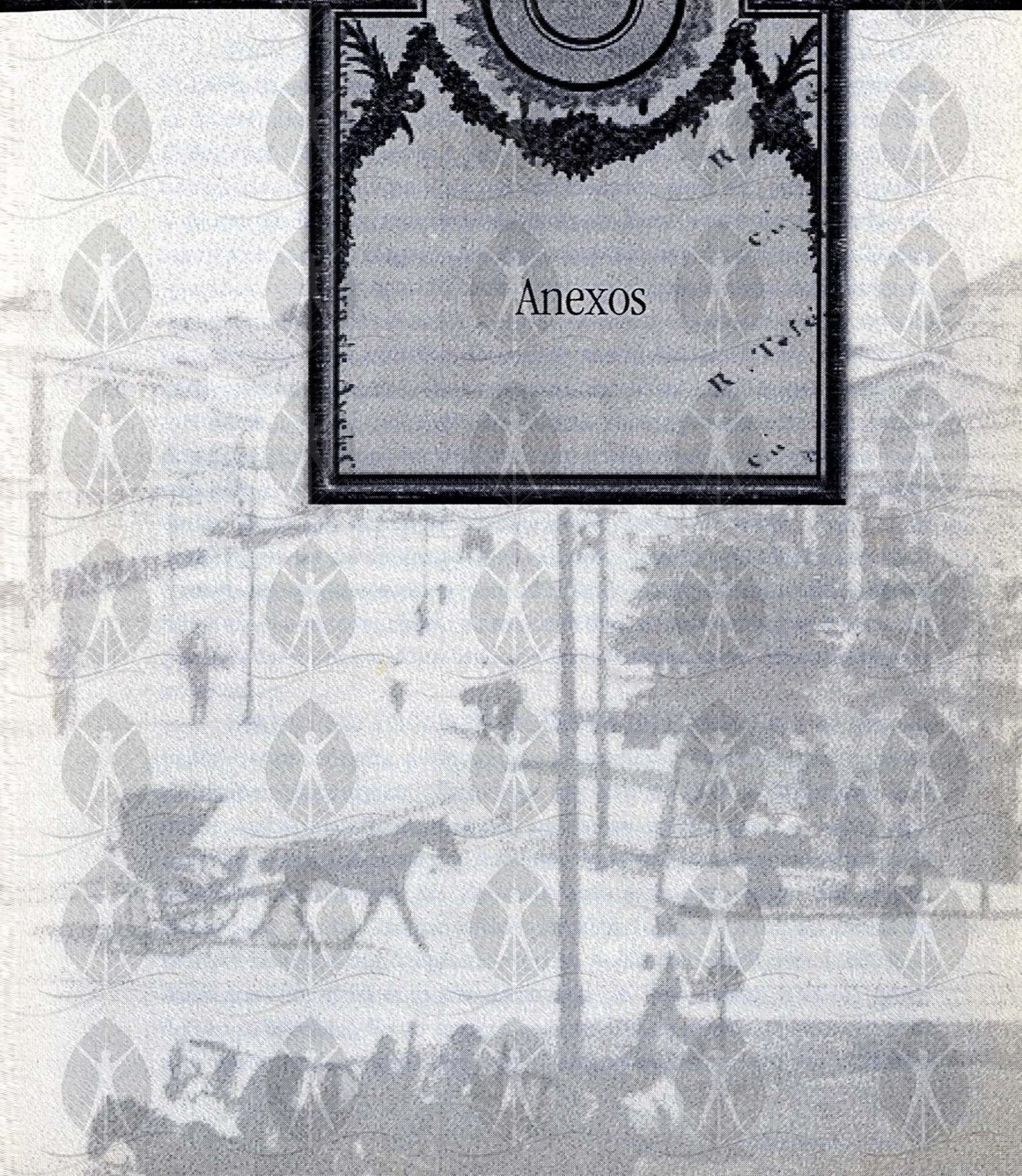
TOURAINÉ, A. (1994). *Crítica da Modernidade*. Trad. Elia F. Edel.
Petrópolis: Editora Vozes.

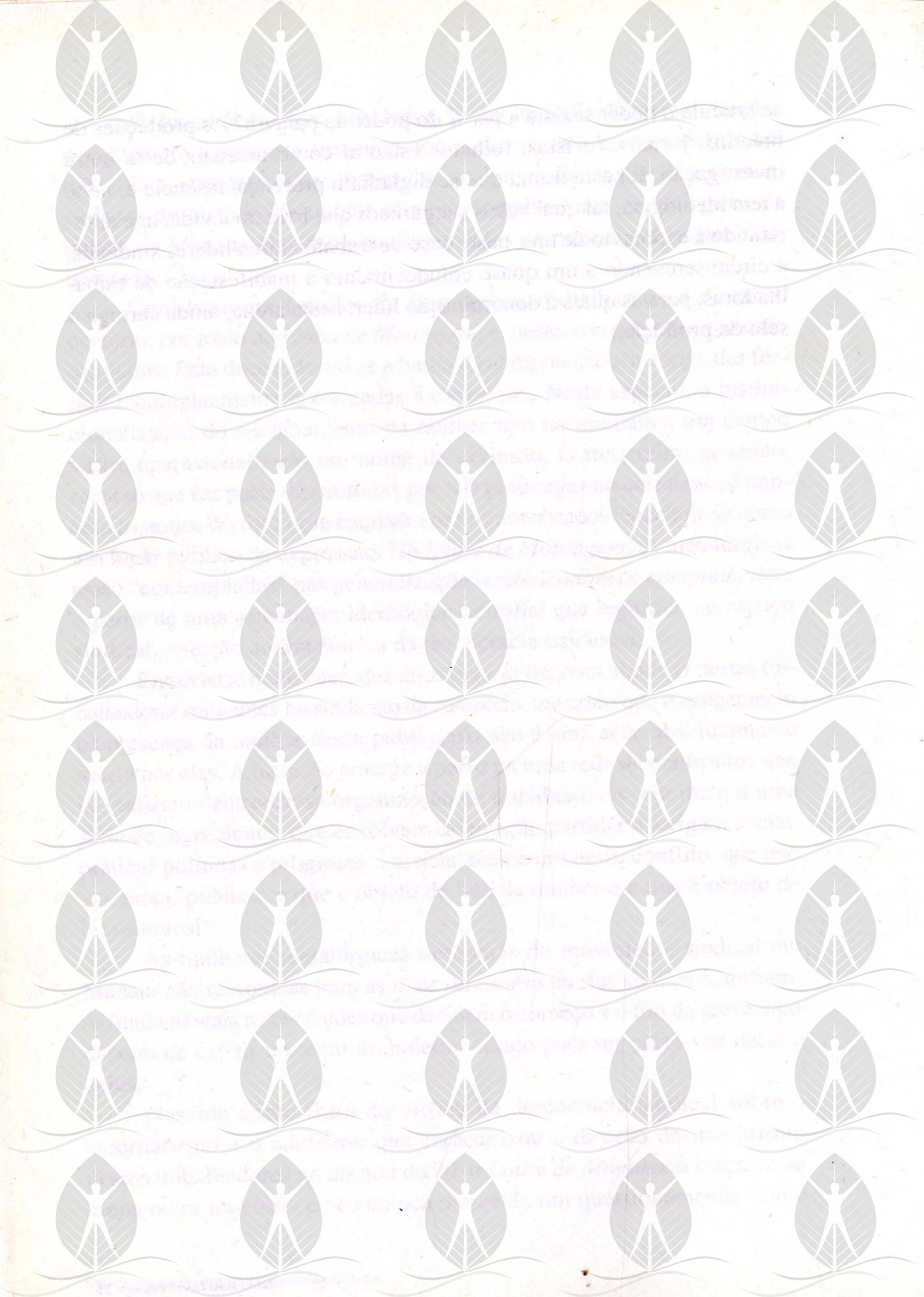
VESENTI, J. William (1996). *Sociedade e Espaço*. 33.^a ed. São Paulo:
Ática.

VIANA, Terezinha de Camargo (1998). *A Comédia Humana, Cultura e
Feminilidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.



Anexos





O QUE DIZEM AS METALÚRGICAS

DEPOIMENTOS COLHIDOS EM MAIO DE 1999

EMÍLIA MARIA SANTANA VALENTE é de Monte Alegre (PA), trabalha há nove anos na Phillips da Amazônia, no setor de Recuperação de Materiais; é secretária de Saúde do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos: “ Falta o espaço para mostrar a mulher no movimento. O que conseguimos é divulgar algumas informações, uma vez por ano, no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Eles (a direção masculina do sindicato) sempre alegam que têm matérias mais importantes e nossas questões vão ficando... Há três anos organizamos uma campanha de esclarecimento sobre o câncer do colo do útero. O boletim era importante para divulgar esse trabalho. Depois de muita discussão com a diretoria, conseguimos uma edição do jornal, mas, das 50 mil edições que saíam normalmente, esta foi reduzida para 20 mil. Talvez porque a direção entendesse que esse assunto interessaria a um público feminino e, por isso, mais reduzido... O pensamento deles é mais ou menos assim: ‘é sobre mulher, então, vocês que se virem’. Essa postura reduz, em muito, o apoio que poderíamos ter do sindicato. Um exemplo disso é a condução (meio de transporte): quem comanda (está autorizado e sabe dirigir o carro) são os homens. Na negociação do acordo coletivo, as cláusulas que tratam das questões femininas acabam sendo facilmente descartadas. Eles não brigam por elas”.

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES CARIOCA é de Manaus (AM), ex-metalúrgica, é funcionária do sindicato e membro da Comissão da Mulher Metalúrgica: “Falta mais impulso, o *Linha de Montagem* está muito enfraquecido. A luta das mulheres enfraqueceu e, olha, aqui (referindo-se o sindicato e à cidade de Manaus) já fomos referência. Há quatro anos, tínhamos no sindicato uma assistente social que brigou muito pela creche. O fruto desse trabalho foi o aumento da oferta do número de vagas e, graças a esse briga, pulamos de 600 para 1.200 (...). Acho que falta maior empenho da nossa parte. Veja, nossas matérias, quando são publicadas, ficam sempre no cantinho da página. A situação hoje está muito mais complicada com o enfraquecimento dos sindicatos, o

crescimento do desemprego e isso, junto, se reflete na fragilização da luta das mulheres”.

ANTÔNIA CÂNDIDA DA SILVA é de Manaus (AM), é secretária de Política Social do Sindicato e coordenadora da Comissão da Mulher Metalúrgica: “Quando temos matéria, não temos espaço assegurado no *Linha de Montagem*. Para trabalhar o assunto que propomos é preciso que se tenha consciência (referindo-se aos seus companheiros de diretoria e a falta de sensibilidade deles). Aguardar três/quatro meses por um espaço no boletim, que é quinzenal, é muito complicado. Por que não temos espaço? Acho que é porque a maioria da diretoria do sindicato é homem, prevalece o machismo deles, é difícil dizer isso dos companheiros, mas é assim (...). A saída para nós é fazer o que estamos tentando fazer, que é discutir nossa forma de atuação. Queremos trazer 30 mulheres para a direção do sindicato”.

FLÁVIA GOMES CARNEIRO foi montadora de rádio na década de 70, ex-coordenadora do Comitê da Mulher Metalúrgica, é funcionária, há 14 anos, do sindicato: “O boletim tinha de ter espaço maior para as questões femininas. A primeira página deveria abrigar, com destaque e de forma permanente, temas de interesse do público feminino. É preciso que aconteça alguma coisa para se ter mais espaço. Vejo a falta de determinação enquanto direção sindical para que isto aconteça, pois, material, informações, sempre tem”.

ELIZABETH ALENCAR VIEIRA, 22 anos, é de Manaus (AM), trabalha há dois anos na Samsung Display Devices, como inspetora: “Nunca ouvi falar nesse boletim (referindo-se ao *Linha de Montagem*). Se o entregaram na fábrica, eu nunca recebi nenhum exemplar. Nem sabia da sua existência”.

SOLANGE OLIVEIRA, 26 anos, é de Manaus (AM), começou a trabalhar no Distrito Industrial aos 13, foi funcionária da CCE, da Gradiente e hoje é líder de Produção (chefia um grupo de homens no turno da noite) da Samsung Display Devices: “Não conheço o boletim (referindo-se ao *Linha de Montagem*). O que posso dizer, a partir da minha experiência em trabalhar em fábrica, é que, de um modo geral, nossos superiores não levam em consideração nossas opiniões, ainda que estejamos em um cargo de comando, como é o meu caso. É como se não contássemos para eles”.

AS MANCHETES DO LINHA DE MONTAGEM DO ANO DE 1990 (EDIÇÕES ESPECÍFICAS)

“Hoje tem eleição! A Cipa é pra lutar” (Moto Honda, abril/90).

“Itaucam urgente” (Itaucam, maio/90).

“Incompetência e arrocho salarial ameaçam os companheiros da Sanyo” (Sanyo, jul./90).

“Com o gênio do vampiro a Gradiente lucra, enquanto o trabalhador passa fome” (Gradiente, jul./90).

“Semp Toshiba URGENTE: FORA IRAN” (Semp Toshiba, jul./90).

“Cipa, um caminho em defesa da vida” (PCI Vídeosom; ago./90).

“Companheiros, estamos em greve” (Philips, 1990).

“Trabalhadores da Philips são exemplos de: conscientização, organização e determinação” (Philips, jul./90).

“Se os patrões não se dispuserem a negociar, a Yamaha vai parar” (Yamaha, jun./90).

“Hora Extra Mata” (CCE, jul./90).

“Hora Extra só dá lucro para o patrão” (Sharp, jun./90).

“É hora de manter conquistas” (Sharp, jun./90).

“Pacto Social, não!” (Telefunken, 90).

“Patrão que não cumpre a convenção coletiva é bandido” (sem referência da fábrica, 90).

“Com salário de fome não dá” (BDA, out./90).

“Alerta Geral” (Philips, 90).

“Médico brinca com a saúde dos trabalhadores” (Caloi, out./90).

“Caos na Pies. É preciso Lutar Contra a Exploração” (Pies, 90).

“Terror na Ericsson” (Ericsson, 90).

“Demissões na Evadin é uma tentativa de desmobilizar” (sem referência da fábrica/90).

“A BSR está tratando os funcionários como prisioneiros” (BSR, 90).

“Os patrões querem enrolar, a greve continua!” (Philips, 90).

“Mutretas e Perseguição: estão querendo nos roubar” (Ericsson, 90).

“Aos companheiros do grupo Sharp: Alerta Contra Demissões” (Sharp, 90).

“Collor enrola: inflação continua e os salários diminuem” (Telefunken, 90).

“Depois do Plano Ladrão, o Plano Callote” (maio/90, sem referência à fábrica a que se destinava).

“Clima de Ameaças e perseguições no DI” (a manchete é a notícia publicada no Jornal de Manaus *Diário do Amazonas*, 14/12/90).

“Vamos fazer uma CIPA combativa” (Multidata, 90).

“Diga não ao salário de fome” (PCI Videosom, 90).

“Os patrões não cumprem a sentença normativa: está na hora de pôr fim ao desrespeito” (Philco, 90).

“Trabalhadores da Le Son repudiam perseguições” (sem referência do mês/90).

“Perseguição e desrespeito viram moda na Neo Life: Gerentes e Supervisores estão querendo um puxão de orelha” (Neo Life, sem referência do mês/90).

“100 demissões por dia no DI” (Caloi, sem referência do mês/90).

“Os Trabalhadores da CCE dizem: Não à Enganação” (CCE, jan./90).

“Não às Demissões” (Xerox, dez./90).

“Refripar persegue demitindo...!!!” (26/11/90).

“Vida de Rato na Estamar” (sem referência do mês/90).

“Sharp não aceita proposta do TRT. Os patrões não querem acordar” (sem referência do mês/90).

“Já perdemos quase tudo. É hora de lutar para não perder o emprego e o salário” (Philips/90).

“Vem aí! Campanha Salarial de 1990” (Construção Naval, sem referência do mês).

“Trabalhadores da Gradiente, Telefunken e VTAA na mira do Plano Collor” (abr./90).

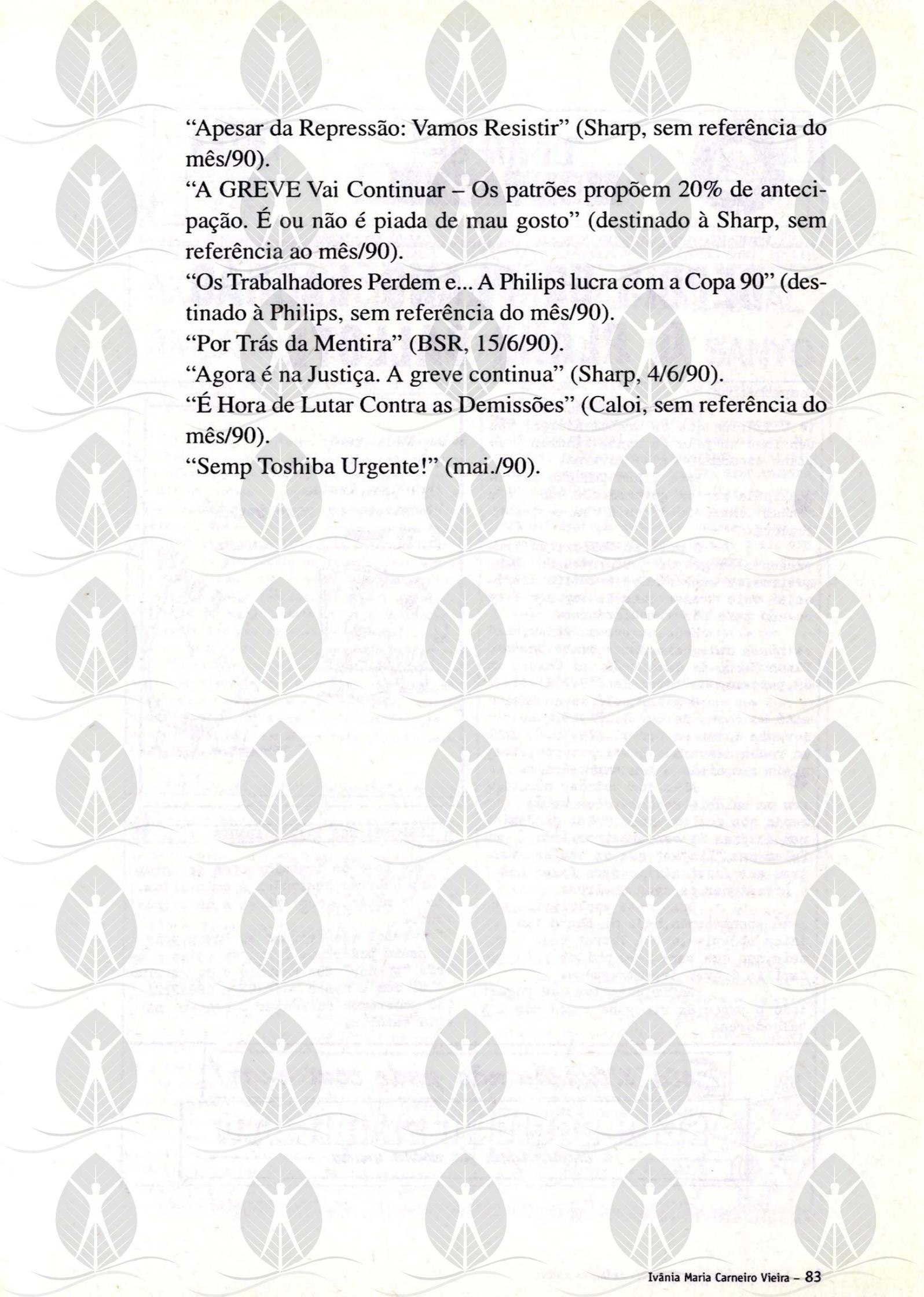
“Demissões e representação na Milmar. Chega de Exploração!” (sem referência do mês/90).

“Companheiros da Evadin: hora de União e Luta” (mar./90).

“Steck urgente” (mar./90).

“Caloi Tá Mal”... (mar./90).

“Uma lição de luta: Greve Histórica Contra a Exploração” (Philco, sem referência do mês/90).



“Apesar da Repressão: Vamos Resistir” (Sharp, sem referência do mês/90).

“A GREVE Vai Continuar – Os patrões propõem 20% de antecipação. É ou não é piada de mau gosto” (destinado à Sharp, sem referência ao mês/90).

“Os Trabalhadores Perdem e... A Philips lucra com a Copa 90” (destinado à Philips, sem referência do mês/90).

“Por Trás da Mentira” (BSR, 15/6/90).

“Agora é na Justiça. A greve continua” (Sharp, 4/6/90).

“É Hora de Lutar Contra as Demissões” (Caloi, sem referência do mês/90).

“Semp Toshiba Urgente!” (mai./90).



Linha de **MONTAGEM**

FILIADO A
CUT

ANO IV
MARÇO / 98

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE MANAUS - RUA DUQUE DE CAXIAS 958 - PRAÇA 14 - FONE: 234-0430

DEPOIS DO PLANO LADRÃO O PLANO CALLOTE

Companheiros,

Desde a posse do presidente Collorido que os trabalhadores vêm sentindo na pele as consequências do plano econômico deste governo.

Este plano Callote foi idealizado por um governo que não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora.

O governo Collor, que representa os grupos dominantes, os banqueiros, os empresários e latifundiários, só veio trazer mais desemprego e recessão para nós trabalhadores.

Hoje as perdas salariais de nossa categoria são enormes. Desde o Plano Verão do Sarney Já Vai Tarde, em 89, perdemos um total de 289,49%!!!!!!

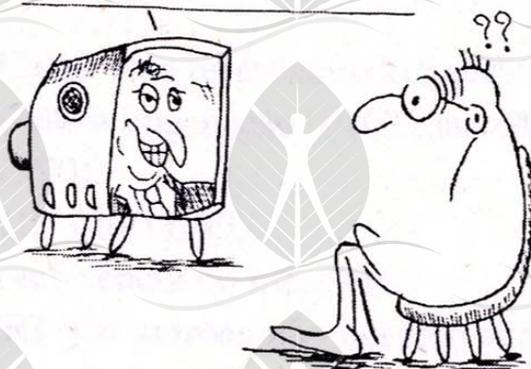
O menor salário da Sharp está em torno de Cr\$ 7.178,59, quando deveria estar em Cr\$ 20.779,59. É mais um roubo descarado deste governo, financiado e apoiado pelos empresários.

Além dos patrões não pagarem um salário decente, eles estão querendo nos roubar ainda mais: já demitiram dezenas de companheiros. Isto sem falar nas "listas" que os chefes mostram aos funcionários, para fazer medo e pressionar os companheiros.

Toda essa exploração que está acontecendo hoje na Sharp tem um único objetivo, que é lucrar cada vez mais, nem que para isso muitos pais de família fiquem desempregados.

Enfim, quem tem que pagar todo o preço da recessão somos nós trabalhadores.

EU, MACHILLINE,
DIGO AO NOSSO QUERIDO
PRESIDENTE COLLOR:
PRECISANDO DO GRUPO SHARP...
É SÓ LIGAR.



A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Mas logo os trabalhadores do grupo Sharp saberão responder a esta situação de miséria, como fizemos de outras vezes.

Teremos que retomar as lutas, pois só assim poderemos derrubar estes e outros "Planos" dos patrões e do governo.

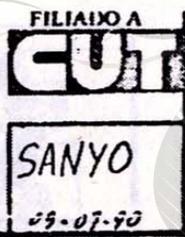
Só com a nossa UNIDADE e ORGANIZAÇÃO poderemos enfrentar e vencer mais esta batalha.

Esta situação não pode continuar!

SEJA SÓCIO DO SINDICATO
a engrenagem da nossa união



Linha de MONTAGEM



SINDICATO DOS METALURGICOS DE MANAUS - RUA DUQUE DE CAXIAS, 958 - PRACA 14 - FONE: 234-0430

INCOMPETÊNCIA E ARROCHO SALARIAL AMEAÇAM OS COMPANHEIROS DA SANYO

NA FALTA DE SERIEDADE O GREMIO ENTRA EM DECADÊNCIA

No Gremio da Sanyo voltou o fantasma da guilhotina, e ao que tudo indica vai virar mania nesse órgão. Como se não bastasse a existência de normas e regras patronais, o que acaba causando constantes irregularidades nas eleições. Recentemente os operários das três unidades fizeram um abaixo-assinado pedindo a "cabeça" do presidente do gremio. Isso demonstra e confirma o que o nosso boletim já dizia a respeito da gestão passada do Sr. Arenque. O fato é que as atividades e as arrecadações do gremio não são revertidas em benefícios dos trabalhadores, e isso, os companheiros estão observando em cada promoção do gremio, isso só acontece porque a direção do mesmo não está sob o comando nem a serviço dos trabalhadores, portanto é necessário a mobilização dos trabalhadores para que esse tipo de coisa não ocorra mais.

AS CONSEQUÊNCIAS DE UM PLANO COLORIDO DE MISÉRIAS

No período que se seguiu à edição do Plano Brasil Novo criado pelo garoto propaganda da Rede Globo, os trabalhadores, incluindo os companheiros da Sanyo, assistiram momentos de expectativas na vida do Brasil e na luta de classes. Com a vitória de Collor e a edição do Plano, houve uma diminuição das lutas dos trabalhadores, mas, com o tempo começaram a entender o verdadeiro sentido do Plano Collor e sofreram na pele o arrocho salarial imposto pelo novo governo, aliás novo no nome porque a prática de governar é a mesma dos governos anteriores, no entanto, essa tomada de consciência dos trabalhadores desembocou uma onda de greves por reposição salarial.

Na nossa categoria esta onda foi iniciada pela companheirada da coelma e logo alastrou-se por várias empresas; BASF, SHARP, BSR, SEMP TOSHIBA etc, sendo que o fato a ressaltar é que diversas obtiveram votórias expressivas, exatamente aquelas feitas nos momentos certos acompanhadas de discussões e organização.

Um exemplo disso foi o que aconteceu; na SHARP onde 5400 trabalhadores pararam 15 dias até que veio a decisão do TRT, concedendo antecipação salarial de 56%, pagamento dos dias parados, readmissão dos demitidos e estabilidade de emprego por 4 meses. Na SEMP TOSHIBA 1500 trabalhadores pararam 11 dias, a empresa pediu o julgamento da GREVE e o TRT decidiu; 166% de reposição salarial, pagamento dos dias parados e garantia de salários. Na BSR 450 operários passaram 10 dias de GREVE e o TRT decidiu o pagamento de 166% de reposição salarial, pagamento dos dias parados e garantia de salários. Na MILMAR após dois dias de paralisação, 300 companheiros negociaram com os patrões 60% de reposição salarial, garantia de salários durante 4 meses e pagamento dos dias parados. E as conquistas seguiram; na MOLEX 66% de reposição, pagamento dos dias parados, AGRALE 25% de reposição salarial, BASF 21% de reposição salarial, BOSCH 18 dias de GREVE, 117% de reposição salarial, garant' de salários por 120 dias e pagamento dos dias parados.

Na SANYO existe a especulação de que a empresa dará em agosto 65% de reposição salarial, parece muito, mas não representa nada se descontarmos os 56% de antecipação dadas desde fevereiro, restando somente 10%. Isso significa que o motivo dessa especulação é tão somente para evitar a mobilização dos companheiros na campanha salarial, e impedir que nós consigamos 110% de reposição através de luta. Portanto companheiros nesse momento é importante ficarmos atentos as manobras da japonesa e entender que será no momento certo, possivelmente na campanha salarial, com a organização dos companheiros que iremos unidos atingir os nossos objetivos.

COMPANHEIROS NÃO VAMOS
PERMITIR QUE OS NOSSOS
SALÁRIOS SEJAM
ROUBADOS!!
NÓS IREMOS À LUTA!!





Linha de MONTAGEM

FILIADO A
CUT

Suplemento Informativo

GRADIENTE EM /26-07-90

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE MANAUS - RUA DUQUE DE CAXIAS, 958 - PRACA 14 - FONE: 234-0430

COM O GÊNIO DO VAMPIRO A GRADIENTE LUCRA, ENQUANTO O TRABALHADOR PASSA FOME

CUSTO DE VIDA AUMENTA SALÁRIO DIMINUI

Companheiros, meses atrás conseguimos através da luta, 30% de reajuste salarial, em um momento em que os patrões pretendiam reduzir o mísero salário que nos pagavam. Não podemos negar o efeito significativo de reativar a luta pelos nossos direitos, foi sem dúvida uma demonstração clara de organização dos trabalhadores.

Porém hoje presenciamos no nosso dia-a-dia, que apesar do Governo negar, os preços estão aumentando constantemente, e o que ganhamos não está dando para suprir as nossas necessidades básicas. Companheiros precisamos nos organizar para somarmos força de pressão contra o arrocho salarial imposto pelos patrões e o Governo. Embora na última mobilização tenha havido um avanço qualitativo, pois 23% dos companheiros disseram NÃO a proposta dos patrões, infelizmente naquela ocasião a proposta foi aceita diante da pressão feita por; gerentes, alguns supervisores e "puxa-sacos". Mas o momento agora é outro e não podemos nos acomodar, enquanto passamos juntamente com as nossas famílias por não termos um salário digno

QUEM CALA CONSENTI!

Companheiros quando não existe organização dos trabalhadores, os patrões aproveitam para explorar o máximo possível, porque é só em lucro que eles pensam. Porém quando a união acontece a história é outra, e foi isso que ocorreu com relação a redução dos níveis técnicos, de 5 para 3, que em termos práticos diminuiu a exploração sobre os técnicos do nível 1(um) e 2(dois), pois só para termos uma idéia estes não receberam apenas 30% de antecipação, mas tiveram a equiparação com os outros níveis; 1, 2 e 3, o que totalizou aproximadamente 85% de reajuste salarial. Os técnicos conseguiram esta vitória por se encontrarem mais organizados que os; montadores(a), calibradores, revisores etc. Entretanto os técnicos não tiveram a consciência de classe, pois fecharam os olhos para

os problemas da maioria dos operários, embora não tenham sido todos porque houve aqueles que mantiveram posições coerentes.

Companheiros o exemplo mais claro de que só a luta unida é que faz as conquistas, é o quadro abaixo, onde descreve o piso salarial nas empresas que ocorreram GREVES recentes.

EMPRESA	ganho mensal	ganho diário
GRADIENTE	11.700,00	350,00
BSR	19.300,00	643,00
BOSH	19.600,00	653,00
MULTIDATA	21.000,00	700,00
PHILIPS	21.300,00	710,00





Linha de MONTAGEM



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE MANAUS RUA DUQUE DE CAXIAS 958 - PRACA 14 - FONE 234-0430

COM SALÁRIO DE FOME NÃO DÁ

Hii, ESTÃO UNIDOS ESTOU FERRADO!

DEIXA DE SER LADRAO ALEMÃO!!

Companheiros, como informamos em Boletim anterior, a situação dos trabalhadores da BASF é crítica. Estamos sendo massacrados por uma lado pelo plano Collor e, do outro, pe los patrões, que ameaçam até "abandona r" a Zona Franca caso o governo não os socorra.

Mas nós sabemos muito a que destina essas ameaças. Não nos interessa o que os patrões alegam para tentar manter os nossos salários lá embaixo.

UM MOTIVO PARA LUTAR

Apesar das campanhas milionárias promovidas pelo grupo BASF em todo o mundo, aqui os alemães da Basf nos ma tam de fome.

Nas refeições já serviram para os trabalhadores: sardinha em lata, ovo cozido com pinto dentro, comida es - tragada, feijão com barata e água com gosto de ferrugem. No refeitório da chefia, ao contrário, tem do bom e do melhor. Até caipirinha eles têm para se embriagarem e sair pressionando e gritando com os companheiros, como é caso do Molento e Valmir.

E o salário? Um dos piores salári - os da categoria é pago pela Basf a seus funcionários. O pior é que no ho lerite ainda aparecem um monte de des contos sem explicação nenhuma. No qua dro abaixo podemos ter uma idéia da nossa situação:

EMPRESA	FUNÇÃO	SALÁRIO/HORA
Telefunken	Montador	91,25
Philco Comp	" "	81,09
Sony	" "	88,05
CCE	" "	90,46
BASF	" "	66,32

Trabalhando como nós trabalhamos para no final ganhar um salário de fo me é ou não é motivo para ir à luta?

É preciso mudar esse quadro para acabar com o salário de fome que recebemos. A histó ria já nos ensinou que isso não se consegue da noite para o dia e nem podemos esperar pe la boa vontade dos patrões. Melhores condi ções de trabalho só se consegue com muita luta!



A PAUTA JÁ ESTÁ COM OS PATRÕES

Os patrões já tem em seu poder a nos sa pauta de reivindicações. Ela foi enviada a eles no dia 16/10 e esses são os pontos básicos:

- Reposição das perdas salariais de março a setembro em 354,02%
- Redução da jornada de trabalho para 19, 20 e 30 turnos, eliminando o trabalho aos sábados
- Convênio médico-odontológico pago em sua totalidade pela empresa
- Adicional e periculosidade e insalubridade
- Melhoria das condições de transporte e alimentação

Agora é preciso que todos os compa nheiros se unam para defender um salá rio melhor, que mantenham o estado de alerta caso os patrões se neguem a atender nosso pedido. Temos que respon der a essas enganações com muita força e união, pois sem mobilização patrão nenhum vai conceder coisa alguma.

SETOR INDUSTRIAL EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (*) DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DA ZFM

ANOS	FAIXAS SALARIAIS										MÉDIA MENSAL							
	MÉDIA DE EMPRESAS	ATÉ A 5 S.M.	1,05 A 2,0 S.M.	2,0 A 4,0 S.M.	4,0 A 6,0 S.M.	6,0 A 10,0 S.M.	10,0 A 15,0 S.M.	ACIMA DE 15 S.M.	2,512	3,587		4,133	3,452	1,919	1,844	2,319	2,736	2,778
1988	271	4.889	10.656	25.715	9.195	5.238	2.460	2.512	60.669									
1989	293	4.756	9.000	30.245	12.744	5.983	3.153	3.587	69.471									
1990	315	4.277	8.897	35.406	12.558	7.754	3.788	4.133	76.798									
1991	305	4.054	7.195	24.299	10.087	6.609	3.175	3.452	58.875									
1992	290	3.437	6.065	15.757	6.530	4.657	1.993	1.919	40.361									
1993	299	2.945	5.723	16.024	6.458	3.858	1.878	1.844	37.734									
1994	301	3.113	4.624	18.747	6.973	4.464	2.235	2.319	41.477									
1995	309	2.939	6.050	23.658	6.768	5.161	2.446	2.736	48.760									
1996	310	2.669	4.673	23.446	6.890	6.184	2.446	2.778	48.090									
1997	309	2.889	5.013	24.588	7.260	5.280	2.644	2.998	50.674									
1998	299	2.609	5.113	21.206	6.552	4.710	2.459	2.746	45.398									

FONTE: COISE/DEMOI/SAP

(*) Exceto mão-de-obra terceirizada e temporária

(**) Até setembro (dados parciais)

SETOR INDUSTRIAL

EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (*) DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DA ZFM

ANOS	MESES												MÉDIA	MÉDIA
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGC	SET	OUT	NOV	DEZ	MENSAL	MENSAL
1988	60.848	59.970	60.098	60.270	60.690	60.725	61.057	60.792	60.953	61.861	59.619	61.281	60.669	271
1989	60.423	60.687	57.860	62.548	66.211	68.596	72.319	75.065	78.100	78.639	77.382	75.926	69.471	293
1990	77.382	78.744	78.393	75.897	74.936	75.330	77.972	78.709	79.959	79.071	74.528	78.601	76.798	315
1991	62.218	61.177	59.756	59.256	59.436	60.070	60.296	60.299	68.820	67.996	54.300	50.772	58.875	305
1992	47.681	45.308	43.297	41.403	39.823	39.379	38.984	38.702	38.468	38.003	37.029	36.537	40.361	290
1993	37.023	36.463	36.646	36.824	36.884	37.201	37.621	38.141	39.048	39.005	39.283	38.673	37.734	299
1994	39.318	39.343	40.047	40.316	40.659	40.223	40.881	41.414	42.079	43.733	43.950	44.303	41.477	301
1995	46.446	47.468	49.010	50.219	50.779	49.950	49.074	48.995	49.264	48.509	48.411	45.998	48.760	309
1996	46.445	46.290	48.031	48.246	46.311	46.390	47.896	48.898	49.759	60.369	61.148	60.750	48.090	310
1997	51.756	52.010	51.469	51.831	51.315	51.398	51.866	51.824	60.650	49.078	48.292	47.002	50.674	309
1998(**)	46.208	46.573	47.230	47.301	46.632	47.346	47.436	46.942	45.664	.	.	.	46.815	299

FONTE: SAP/DEMOM/COISE

(*) Mão-de-obra efetiva mais temporária

(**) Em setembro (dados parciais) = 260 empresas

SETOR INDUSTRIAL

EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (*) DAS PRINCIPAIS DA ZFM

SETORES	ANOS										
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998(**)
ELETRONELETRÔNICO (***)	32.611	36.045	45.283	34.525	21.274	18.983	21.661	27.003	27.324	28.602	25.845
RELOJOEIRO	2.185	2.836	3.209	2.369	632	1.602	1.609	2.109	1.710	1.604	1.023
DUAS RODAS	3.404	3.924	4.056	2.979	2.713	2.660	3.135	3.700	3.671	4.575	5.264
TERMOPLÁSTICO	2.822	3.175	3.465	2.771	2.024	1.910	2.364	2.548	2.834	2.882	2.253
BEBIDAS	2.368	2.693	2.657	2.339	1.967	1.634	1.529	1.790	1.786	1.614	1.225
METALÚRGICO	1.038	1.082	1.079	769	756	661	609	701	666	781	1.422
MECÂNICO	523	656	794	588	458	310	300	354	319	293	331
MEDEREIRO	4.488	5.273	4.229	3.213	2.763	3.105	3.453	3.368	3.193	3.463	1.817
PAPEL E PAPELÃO	457	571	625	568	476	325	456	431	520	582	561
QUÍMICO	225	297	340	278	262	506	420	417	369	345	402
TÊXTIL	3.489	2.599	2.117	1.317	650	534	537	482	272	66	86
MINERAL NÃO METÁLICO	802	835	939	531	715	641	637	678	546	484	134
ÓTICO	1.176	1.315	1.369	1.026	831	782	863	1.036	718	827	845
BRINQUEDOS	656	863	1.105	894	799	643	710	654	451	345	541
CANETAS, ISQUEIRO E BARBEAD.DESCAARTAVEIS	1.367	1.418	1.762	1.494	1.340	1.302	1.378	1.724	1.518	1.662	1.406
OUTROS (***)	3.659	3.936	3.979	3.104	1.793	2.132	1.822	1.765	2.079	2.019	2.210
TOTAL	60.669	69.471	76.796	58.675	40.361	37.734	41.477	49.760	48.090	50.674	45.684

FONTE: SAP/DEMOICOISE

(*) Mão-de-obra efetiva mais temporária

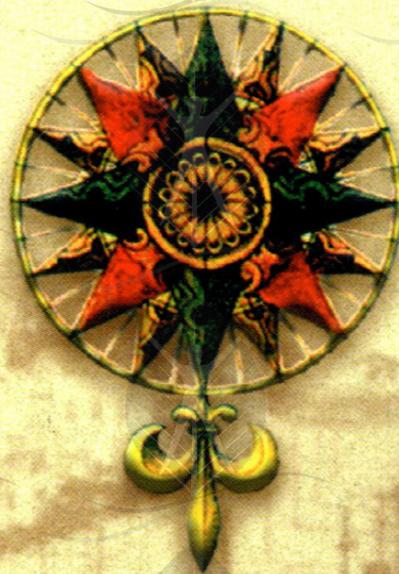
(**) Em setembro (dados parciais) = 260 empresas

(***) Inclusive bens de informática

(****) composto pelos setores couros e similares; material de limpeza; produtos alimentícios; ed. e gráfico; mobiliário; benef. da borracha e naval



Este livro foi impresso na cidade de Erechim/RS, em novembro de 2001, pela Gráfica Edelbra. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi Times no corpo 11,5/14. O projeto gráfico – miolo (editoração/fotolitos) e capa – foi feito pela Valer Editora. Os fotolitos da capa foram produzidos em Manaus pelo Bureau.com.



A jornalista Ivânia Vieira construiu até aqui uma reputação de seriedade e compromisso com a vida e a dignidade do ser humano. Este livro, *O Discurso Operário e o Espaço da Fala da Mulher*, é uma confirmação de suas preocupações humanísticas. Trata-se de um estudo sobre a história escura, escamoteada e sombria da vida das trabalhadoras desta Zona Franca de Manaus. Debruça-se sobre um tema escondidinho, miúdo diante da grandeza dos meios de comunicação, neste mundo de avassaladoras megaestruturas: um boletim operário – *Linha de Montagem*. E dentro desse mundo operário, algo ainda mais escondido: a mulher operária, a fala da mulher operária, ou pior, a exclusão, a ausência, o silêncio e o escanteio do ser feminino, que como afirma: *São indícios da presença despercebida, ignorada da fala das mulheres.*

**Valer**
EDITORA

CULTURA
**Edições**
Governo do Estado

ISBN 85-7512-044-1



9 788575 120446



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA